



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

Trabalho de Investigação Aplicada

A Reforma Penal de 2007

– Restrições à Investigação Criminal –

ALUNO: Aspirante GNR/INF Ricardo Luís Rodrigues Guimarães da Silva

ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Pedro Filipe Saragoça Ribeiro

Lisboa, Março de 2009



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

Trabalho de Investigação Aplicada

A Reforma Penal de 2007

– Restrições à Investigação Criminal –

ALUNO: Aspirante GNR/INF Ricardo Luís Rodrigues Guimarães da Silva

ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Pedro Filipe Saragoça Ribeiro

Lisboa, Março de 2009

DEDICATÓRIA

À minha família e namorada pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não se teria tornado uma realidade sem o contributo e entrega das seguintes pessoas, às quais faço expressar os meus sinceros agradecimentos.

Ao Capitão Pedro Ribeiro, meu orientador, pela sua disponibilidade e capacidade de conjugar o seu ocupadíssimo tempo nas múltiplas funções desempenhadas nesta instituição, com o apoio total e incondicional prestado ao meu trabalho.

Ao Major António Matias, pelo valioso contributo na definição do caminho a seguir e pelo exemplo de um oficial sempre disponível para auxiliar com a sua experiência e saber um camarada.

Ao Tenente-Coronel Pereira, pela abertura para ajudar, pelo seu pragmatismo nas decisões e pelos conselhos no âmbito de investigação criminal.

Ao Superintendente-Chefe Francisco Santos, ao Major António Pereira, ao Major Carlos Luís, ao Major Amândio Marques, ao Major José Nascimento e ao Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes, pela disposição do tempo e por terem aceite o convite para serem entrevistados.

À minha namorada, pelo auxílio na pesquisa bibliográfica, pelo esclarecimento de dúvidas, pela compreensão, pelo valioso e constante encorajamento e por toda a dedicação empenhada.

À minha família, em especial à minha avó, pela compreensão demonstrada, mesmo nas alturas mais complicadas, em que o tempo de trabalho se sobrepôs ao tempo destinado a estar convosco.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento especial ao meu Pai, José Silva, e à minha Mãe, Eunice Silva, pela entrega e dedicação ao longo destes 22 anos e que constituem para mim um exemplo a seguir.

A todos, o meu sincero Obrigado.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE TABELAS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
RESUMO	xiv
EPÍGRAFE	xvi
APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	1
FINALIDADE	1
ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	2
OBJECTIVOS	2
PERGUNTA DE PARTIDA	2
ESTRUTURA DO TRABALHO.....	3
TÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
CAPÍTULO 1 – REFORMA PENAL DE 2007	4
1.1 INTRODUÇÃO	4
1.2 DO CÓDIGO PENAL.....	5
1.2.1 SANÇÕES PENAIS	6
1.2.2 LIBERDADE CONDICIONAL.....	7
1.3 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	8
1.3.1 A DETENÇÃO	9
1.3.2 A CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO.....	10
1.3.3 O INTERROGATÓRIO DE ARGUIDO.....	11
1.3.4 MEDIDAS DE COACÇÃO.....	11
1.3.4.1 PRISÃO PREVENTIVA.....	12

1.3.5 SEGREDO DE JUSTIÇA E PRORROGAÇÃO E ACESSO AOS AUTOS	13
1.3.6 A PROVA E OS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	14
1.3.7 OS PROCESSOS ESPECIAIS	15
CAPÍTULO 2 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	17
2.1 INTRODUÇÃO	17
2.2 LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	17
2.2.1 DEFINIÇÃO	17
2.2.2 DIRECÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	17
2.2.3 ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL	18
2.2.4 COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	18
2.2.5 INCOMPETÊNCIA	18
2.2.6 COMPETÊNCIA DA GNR E DA PSP	19
2.2.7 COMPETÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA	19
2.2.8 CONFLITOS NEGATIVOS DE COMPETÊNCIA	20
2.2.9 DEVER DE COOPERAÇÃO	20
TÍTULO II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO	22
CAPÍTULO 1 - HIPÓTESES	22
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....	23
2.1 AMOSTRA	24
2.2 INSTRUMENTO	29
2.3 PROCEDIMENTO	29
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
3.1 QUESTIONÁRIOS	32
3.2 ENTREVISTAS	32
CAPÍTULO 4 – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	33
4.1 ANÁLISE FACTORIAL DOS QUESTIONÁRIOS	33
4.1.1 NÍVEL PROCESSUAL GERAL.....	34
4.1.2 NÍVEL PROCESSUAL PÚBLICO	34

4.1.3 NÍVEL PROCESSUAL RESTRITO	34
4.1.4 NÍVEL PROCESSUAL CONCRETO	35
4.1.5 NÍVEL PROCESSUAL MISTO	35
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	35
4.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 1	36
4.2.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 2	36
4.2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 3	36
4.2.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 4	37
4.2.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 5	37
4.2.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 6	38
4.2.7 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 7	38
4.2.8 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 8	39
4.2.9 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 9	40
4.2.10 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 10.....	40
4.3 CONCLUSÕES	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	43
LEGISLAÇÃO: RECENTEAMENTO SUMÁRIO	44
SITES DA INTERNET	44
ANEXOS	45
ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CHEFES DE NIC	46
ANEXO B - RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS	52
ANEXO C - RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS NÍVEIS PROCESSUAIS	59
ANEXO D - GRELHAS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	66
ANEXO E - SUPERINTENDENTE-CHEFE ASCENSÃO SANTOS	76
ANEXO F - ENTREVISTA MAJOR MATIAS.....	80
ANEXO G - ENTREVISTA PROF. DOUTOR PAULO MENDES	83
ANEXO H - ENTREVISTA TENENTE-CORONEL PEREIRA.....	90
ANEXO I - ENTREVISTA MAJOR PEREIRA	96
ANEXO J - ENTREVISTA MAJOR LUÍS	100
ANEXO K - ENTREVISTA MAJOR MARQUES.....	102
ANEXO L - ENTREVISTA MAJOR NASCIMENTO	104

ANEXO M - SANÇÕES PENAIS.....	109
ANEXO N - LIBERDADE CONDICIONAL.....	111
ANEXO O - DETENÇÃO CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO.....	112
ANEXO P - MEDIDAS DE COACÇÃO.....	113
ANEXO Q - PRISÃO PREVENTIVA	114
ANEXO R - SEGREDO DE JUSTIÇA E ACESSO AUTOS.....	115
ANEXO S - PROVA POR RECONHECIMENTO REVISTAS E BUSCAS	116
ANEXO T - ESCUTAS TELEFÓNICAS.....	117
ANEXO U - PROCESSOS ESPECIAIS	118
ANEXO V - MATRIZ RODADA, MÉTODO <i>VARIMAX</i> E REGRA DE KAISER	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1 Relação Circular dos Níveis Processuais e Variância Explicada.....	33
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Distribuição de Frequências por posto	25
Gráfico 2.2 - Distribuição de Frequências por idade	25
Gráfico 2.3 - Distribuição de Frequências por CTer	26
Gráfico 2.4 - Distribuição de frequências por anos de experiência de IC	27
Gráfico B.1 - Detenção	52
Gráfico B.2 - Detenção 2	52
Gráfico B.3 - Detenção 3	52
Gráfico B.4 - Constituição de Arguido	52
Gráfico B.5 - Constituição de Arguido 2	52
Gráfico B.6 - Constituição de Arguido 3	52
Gráfico B.7 - Constituição de Arguido 4	53
Gráfico B.8 - Interrogatório Arguido	53
Gráfico B.9 - Interrogatório Arguido 2	53
Gráfico B.10 - Interrogatório Arguido 3	53
Gráfico B.11 - Interrogatório Arguido 4	53
Gráfico B.12 - Interrogatório Arguido 5	53
Gráfico B.13 - Prisão Preventiva	54
Gráfico B.14 - Prisão Preventiva 2	54
Gráfico B.15 - Prisão Preventiva 3	54
Gráfico B.16 - Prisão Preventiva 4	54
Gráfico B.17 - Segredo Justiça	54
Gráfico B.18 - Segredo Justiça 2	54
Gráfico B.19 - Segredo Justiça 3	54
Gráfico B.20 - Segredo Justiça 4	55
Gráfico B.21 - Obtenção Meios de Prova	55
Gráfico B.22 - Obtenção Meios de Prova 2	55
Gráfico B.23 - Obtenção Meios de Prova 3	55
Gráfico B.24 - Obtenção Meios de Prova 4	55
Gráfico B.25 - Obtenção Meios de Prova 5	55
Gráfico B.26 - Obtenção Meios de Prova 6	56
Gráfico B.27 - Obtenção Meios de Prova 7	56
Gráfico B.28 - Obtenção Meios de Prova 8	56
Gráfico B.29 - Obtenção Meios de Prova 9	56

Gráfico B.30 - Obtenção Meios de Prova 10	56
Gráfico B.31 - Obtenção Meios de Prova 11	56
Gráfico B.32 - Processos Especiais	57
Gráfico B.33 - Processos Especiais 2	57
Gráfico B.34 - Processos Especiais 3	57
Gráfico B.35 - Processos Especiais 4	57
Gráfico B.36 - Processos Especiais 5	57
Gráfico B.37 - Processos Especiais 6	57
Gráfico B.38 - Reforma na Globalidade	58
Gráfico C.4 - Constituição de Arguido	59
Gráfico C.5 - Constituição de Arguido 2	59
Gráfico C.6 - Constituição de Arguido 3	59
Gráfico C.9 - Interrogatório Arguido 2	59
Gráfico C.10 - Interrogatório Arguido 3	59
Gráfico C.11 - Interrogatório Arguido 4	60
Gráfico C.12 - Interrogatório Arguido 5	60
Gráfico C.14 - Prisão Preventiva 2	60
Gráfico C.15 - Prisão Preventiva 3	60
Gráfico C.26 - Prisão Preventiva 4	60
Gráfico C.27 - Obtenção Meios de Prova 7	60
Gráfico C.28 - Obtenção Meios de Prova 8	61
Gráfico C.29 - Obtenção Meios de Prova 9	61
Gráfico C.16 - Prisão Preventiva 4	61
Gráfico C.17 - Segredo Justiça	61
Gráfico C.18 - Segredo Justiça 2	61
Gráfico C.19 - Segredo Justiça 3	61
Gráfico C.37 - Processos Especiais 6	62
Gráfico C.38 - Reforma na Globalidade	62
Gráfico C.32 - Processos Especiais	62
Gráfico C.33 - Processos Especiais 2	62
Gráfico C.34 - Processos Especiais 3	62
Gráfico C.35 - Processos Especiais 4	63
Gráfico C.36 - Processos Especiais 5	63
Gráfico C.20 - Segredo Justiça 4	63
Gráfico C.21 - Obtenção Meios de Prova	63
Gráfico C.22 - Obtenção Meios de Prova 2	63
Gráfico C.23 - Obtenção Meios de Prova 3	64

Gráfico C.24 - Obtenção Meios de Prova 4.....	64
Gráfico C.25 - Obtenção Meios de Prova 5.....	64
Gráfico C.31 - Obtenção Meios de Prova 11.....	64
Gráfico C.1 - Detenção	64
Gráfico C.2 - Detenção 2	65
Gráfico C.3 - Detenção 3	65
Gráfico C.7 - Constituição de Arguido 4.....	65
Gráfico C.8 - Interrogatório Arguido	65
Gráfico C.30 - Obtenção Meios de Prova 10.....	65

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro D. 1 - Grelha de análise da questão n.º 1.....	66
Quadro D. 2 - Grelha de análise da questão n.º 2.....	67
Quadro D. 3 - Grelha de análise da questão n.º 3.....	68
Quadro D. 4 - Grelha de análise da questão n.º 4.....	69
Quadro D. 5 - Grelha de análise da questão n.º 5.....	70
Quadro D. 6 - Grelha de análise da questão n.º 6.....	71
Quadro D. 7 - Grelha de análise da questão n.º 7.....	72
Quadro D. 8 - Grelha de análise da questão n.º 8.....	74
Quadro D. 9 - Grelha de análise da questão n.º 9.....	74
Quadro D. 10 - Grelha de análise da questão n.º 10.....	75
Quadro M. 1 - Sanções Penais	109
Quadro M. 2 – Sanções Penais	110
Quadro N. 1 - Liberdade Condicional.....	111
Quadro O. 1 - Detenção.....	112
Quadro O. 2 - Constituição de Arguido	112
Quadro P. 1 - Medidas de Coacção	113
Quadro Q. 1 - Prisão Preventiva	114
Quadro R. 1 - Segredo de Justiça e Acesso aos Autos.....	115
Quadro S. 1 - Prova por Reconhecimento	116
Quadro S. 2 - Revistas e Buscas	116
Quadro T. 1 - Escutas Telefónicas.....	117
Quadro U. 1 - Processos Especiais	118

INDICE DE TABELAS

Título I

Tabela 2.1 - Distribuição de Frequências por posto	24
Tabela 2.2 - Distribuição de Frequências por idade	25
Tabela 2.3 - Distribuição de Frequências por Cter	26
Tabela 2.4 - Distribuição de Frequências por anos de experiência de IC.....	27
Tabela 2.5 - <i>Crosstabulation</i> «Posto - Idade»	28
Tabela 2.5 - <i>Crosstabulation</i> «CTer - Anos de Experiência de IC»	28
Tabela 2.6 - <i>Crosstabulation</i> «CTer - Idade»	29

Título II

Tabela 2.1 - Escala Tipo Likert de 5 pontos	29
Tabela 2.2 - Itens da Estrutura Penta-Factorial obtida [não ordenados por n.º]	30
Tabela 2.3 - Atribuição Nominal Teórica da Estrutura Penta-Factorial obtida	30
Tabela 2.4 - <i>Alpha</i> de Cronbach associado a cada Factor	31
 Tabela V.1 - <i>Rotated Component Matrix</i>	 119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJ	Autoridade Judiciária
AM	Academia Militar
APC	Autoridade de Polícia Criminal
ASAE	Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CMVM	Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
DIAP	Departamento de Investigação e Acção Penal
DL	Decreto-Lei
DTer	Destacamento Territorial
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Investigação Criminal
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LPC	Lei de Política Criminal
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
MP	Ministério Público
NUIPC	Número Único de Identificação do Processo Criminal
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PGR	Procurador-Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PSP	Polícia de Segurança Pública
RP 2007	Reforma Penal de 2007
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TIR	Termo de Identidade e Residência
UAF	Unidade de Acção Fiscal
UMRP	Unidade de Missão para a Reforma Penal

RESUMO

O enquadramento jurídico, hoje mais que nunca, norteia o *modus operandi* da Guarda Nacional Republicana nas suas mais diversas vertentes. É, portanto, basilar que os seus profissionais possuam o ónus do conhecimento das áreas jurídico-penal e processual penal.

Neste contexto, o presente estudo, subordinado ao tema «A Reforma Penal de 2007: Restrições à Investigação Criminal», funda-se, sobremaneira, na análise, à luz daquele objectivo, das principais alterações introduzidas pelos novos textos legais do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Assim, no Título I, Enquadramento Teórico, procede-se a uma análise da bibliografia relevante e da legislação que se lhe associa, de modo a apurar a relação causa-efeito «Reforma-Investigação». Neste sentido, optou-se pela abordagem das alterações do CPP mais importantes para aquela relação, designadamente a constituição de arguido, a detenção, o interrogatório de arguido, as medidas de coacção, a prova e os meios de obtenção de prova, a validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos e processos especiais; e, ao nível do CP, as alterações às sanções penais e à liberdade condicional. Desta análise resultaram algumas hipóteses de estudo sobre a realidade do Chefe de NIC, no âmbito dos quotidianos dos DTer e respectivos comandantes.

No Título II, Enquadramento Empírico, é feita a análise de conteúdo sobre 8 entrevistas, sendo 3 de carácter geral sobre a RP 2007 e 5 de carácter específico sobre a IC. Foram igualmente realizados inquéritos a 49 Chefes de NIC, de um universo de 82, cujo tratamento estatístico foi feito com recurso às aplicações informáticas *Google Docs*, *SPSS* [v. 17] e *Microsoft Excel 2007*, com o propósito de obter respostas para a Pergunta de Partida e hipóteses formuladas.

Em termos metodológicos, o SPSS devolveu uma estrutura penta-factorial para os inquéritos aplicados, revelando que a semântica e sequência das questões colocadas se adequaram aos objectivos inicialmente pretendidos. Paralelamente, foi possível verificar alguma divergência de sensibilidades, quanto às alterações introduzidas pela RP 2007, bem como aquilatar das diferentes intensidades de resistência à mudança, quando se cruzam as variáveis «posto», «idade», «Comando Territorial» e «anos de experiência». Não obstante, foi possível verificar que os profissionais da GNR consideram estas matérias de extrema importância funcional, o que, salvo melhor opinião, reforça a pertinência que estes temas ligados ao Direito, e os textos legais que lhes subjazem, continuam a ter nos dias de hoje.

O estudo foi realizado entre Janeiro e Março de 2009.

Palavras-chave: Reforma Penal, CPP, CP, Investigação Criminal, Restrições

ABSTRACT

The legal framework, now more than ever, guides the modus operandi of the Guardia Nacional Republicana in its various aspects. It is therefore fundamental that its practitioners have knowledge of the burden of legal, criminal and criminal procedure areas.

In this context, the present study, with the theme «The 2007 Penal Reform: Restrictions on Criminal Investigation», is based, above all, on the analysis, within the light of that objective, of the main changes introduced by the new legal texts of the Penal Code and the Criminal Procedure Code.

Thus, Title I, Theoretical Framework, is a review of relevant literature and legislation that are associated, in order to establish the cause-effect relationship «Reform-Investigation». In this sense, it was decided to approach the most important changes in the Criminal Procedure Code for that relationship, including the designation of a suspect, arrest and interrogation of the accused, the measures of restraint, the evidence and the means of obtaining evidence, the validation of confidentiality of investigations and extension and postponement of access to files and special procedures; and with reference to the Penal Code, the changes to penalties and parole. This analysis results in some hypotheses to study the role of the Head of the Center for Criminal Investigation, as part of the daily Territorial Detachment and their Commanders.

In Title II, Empirical Framework, a content analysis of 8 interviews is made, of which 3 are general in nature on 2007 Penal Reform and 5 are specific to the nature of Criminal investigation. Surveys were also given to the Heads of 49 Center for Criminal Investigation, of a total of 82, the treatment was done using statistical software such as Google Docs, SPSS [v. 17] and Microsoft Excel 2007 with the purpose of obtaining answers to the Departure Question and Hypotheses made.

In methodological terms, the SPSS returned a five-factor structure for the surveys used, revealing that the semantic and sequence of questions is consistent with the objectives initially set. In addition, it was possible to verify any difference in sensitivity to changes made by the 2007 Penal Reform and assess the different levels of resistance to change, when crossing the variables «rank», «age», «Territorial Command» and «years of experience». However, it was possible to verify that the GNR professionals consider these matters of great functional importance, which, except for a better view, increases their relevance to these issues of law and the legal texts that underlie them, and continue to have nowadays.

The study was conducted between January and March 2009.

Keywords: *Penal Reform, Criminal Procedure Code, Penal Code, Criminal Investigation, Restrictions*

EPÍGRAFE

«A boa justiça depende essencialmente da prudência e empenho das pessoas que têm por função a aplicação das leis e menos, muito menos, dos textos legais.»

Germano Marques da Silva, Prof. de Direito

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

FINALIDADE

Este trabalho, subordinado ao tema «A Reforma Penal de 2007: Restrições à Investigação Criminal», representa o culminar do curso de Oficiais de Ciências Militares, na especialidade de Segurança – Ramo Armas, que se pretende, cada vez mais, orientado para as áreas científica e de investigação, bem como para a sua aplicabilidade teórico-prática às realidades do quotidiano.

O presente Trabalho de Investigação Aplicada surge na sequência da revisão a que a estrutura curricular da AM foi sujeita, após a introdução do designado «Processo de Bolonha», cujos propósitos passam por tornar inteligíveis e comparáveis as formações universitárias nos diversos países que a subscreveram, promovendo a dimensão europeia do ensino superior, a mobilidade e a cooperação, em particular nos domínios da avaliação e da qualidade.

É, assim, neste enquadramento conceptual que surge este trabalho, cumprindo um triplo objectivo: contribuir para o desenvolvimento profissional do autor, constituir, no âmbito de uma dinâmica social cada vez mais volátil, uma mais-valia funcional para a GNR e servir de plataforma para uma reflexão mais aprofundada sobre as vertentes jurídica e criminal, nos domínios da Segurança e da Defesa.

ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

«A Reforma Penal de 2007: Restrições à Investigação Criminal», enquanto título e tema do presente Trabalho de Investigação Aplicada, tiveram a sua génese em vários factores, concorrentes na sua cuja interligação conceptual. Com efeito, o ramo do Direito assume hoje, para a GNR, uma importância transversal à sua missão, revelando-se imprescindível uma crescente familiarização dos seus profissionais com as áreas jurídico-penal e processual penal, de forma a «assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei» (art.º 1.º n.º 2 LOGNR).

Nas palavras de Sousa & Galvão (2000, p.11), «não há Direito sem sociedade». Na verdade, a necessidade implícita desta «aculturação legislativa», assume-se como um desígnio endógeno a uma correcta aplicação da Lei, no sentido do respeito e protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, numa simbiose social entre a Democracia e o Direito.

Cumulativamente, o interesse pessoal do autor na matéria, bem como a inexistência de estudos detalhados sobre este assunto, constituíram-se, igualmente, em catalisadores da decisão, ora consubstanciada neste documento.

DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

«A ordem jurídica é uma realidade unitária, mas o seu estudo obriga a que se estabeleçam demarcações e se tracem fronteiras», (Sousa & Galvão, 2000, p. 312). Com efeito, a extensão teórica que, na sua essência, o tema deste trabalho sugere, impôs, num contexto de clareza e de rigor, a delimitação do seu conteúdo.

Desta forma, optou-se por orientar toda a investigação experimental, bem como a exposição teórica que lhe subjaz, segundo o eixo «Reforma Penal – Investigação Criminal», relevando, para o caso, as alterações introduzidas no CPP ao nível da constituição de arguido, da detenção, do interrogatório de arguido, das medidas de coacção, da prova e dos meios de obtenção de prova e da validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos. E de duas alterações do CP, designadamente, as sanções penais e a liberdade condicional.

Assim, a intersecção destas alterações com a prática da IC, ao nível dos NIC dos DTer, no quadro do seu desempenho operacional, constituiu a base da matriz de investigação deste Trabalho.

OBJECTIVOS

Face ao que antecede, foi definido, enquanto objectivo geral, o seguinte: «identificar as restrições à investigação criminal resultantes da RP 2007».

Neste contexto, associam-se-lhe os seguintes objectivos específicos:

- Enquadrar as alterações introduzidas pela RP 2007, relevantes para a investigação;
- Identificar, ao nível da sua eficácia, as alterações abordadas;
- Visitar, no enquadramento deste Trabalho, a Lei n.º 49/2008 (LOIC);
- Demonstrar o sentido da curva de eficiência operacional dos NIC dos DTer, após a RP 2007.

PERGUNTA DE PARTIDA

Nesta sequência, qualquer trabalho científico, independentemente da sua origem ou motivação, requer uma metodologia que lhe confira adequada estrutura, clareza e rigor. Assim, as relações de pertinência devem possibilitar a enunciação geral do problema, cuja expressão deve descrever a relação entre as variáveis consideradas, ultrapassar eventuais ambiguidades e insinuar a possibilidade da sua avaliação estatística.

Naturalmente, não existe uma regra única para a formulação de problemas de investigação, podendo cada investigador, desde que justificadamente, fazê-lo da forma que julgar mais conveniente. Não obstante, é comumente aceite, para aquele fim, a utilização da forma gramatical interrogativa [pergunta], cujas características devem corresponder à definição concreta da situação e ao teor da investigação a realizar.

Assim, na perspectiva de Quivy & Campenhoudt (2008, p.44) a Pergunta de Partida, sem solução prévia ou matriz de correcção, deve, em simultâneo, integrar a operacionalidade do problema que lhe dá origem e, cumulativamente, conter três adjectivos essenciais: «clareza», a pergunta deverá ser precisa, concisa e unívoca; «exequibilidade», deve ser realista e «pertinência», isto é, deve contribuir para a evolução da investigação científica e ter uma intenção compreensiva ou explicativa. Neste contexto, sugere-se a seguinte Pergunta de Partida:

Existe alguma relação entre as alterações introduzidas pela Reforma Penal de 2007 e o desempenho da actividade operacional da Investigação Criminal?

ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura formal deste Trabalho segue as orientações propostas pela AM (2008), dividindo-se estruturalmente em duas partes principais.

Assim, o Título I, com uma breve introdução à RP 2007, tem por finalidade, no primeiro Capítulo, o enquadramento teórico do tema, contendo uma descrição das alterações relevantes, e inclui, no Capítulo 2, no que concerne à IC, uma análise à LOIC.

No Título II, nos dois primeiros Capítulos, à luz da Pergunta de Partida, são apresentadas as hipóteses de trabalho, a caracterização da amostra, o instrumento utilizado para a recolha dos dados, bem como o procedimento da sua aplicação. O Capítulo 3, inclui os resultados experimentais obtidos, a sua análise e discussão. Por fim, são expostas as principais conclusões, bem como uma apreciação global à investigação ora em apreço.

TÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – REFORMA PENAL DE 2007

1.1 INTRODUÇÃO

O processo de revisão foi conduzido pela UMRP (criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º138/2005, 29 Julho, publicada no D.R., I Série – B, de 17 de Agosto), que integra um conselho dirigido pelo Dr. Rui Pereira, «no qual têm assentos representantes das magistraturas, dos advogados, das polícias, dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social e de todos os organismos relevantes dependentes do Ministério da Justiça, para além de vários professores universitários convidados. Só um processo desta natureza permitiu que, em matérias que exigem um conhecimento profundo da realidade criminal portuguesa, se tenha chegado a propostas ponderadas e consensuais que se espalham por mais de uma centena de artigos. Além disso, teve-se em conta a experiência estrangeira. As leis penais alemãs, espanhola, italiana e francesa e os trabalhos de reforma em curso nesses e noutros países foram sistematicamente considerados nos nossos trabalhos» (Pereira, 2006, p. 2)

A RP 2007, materializada na revisão do CP e do CPP, adveio das obrigações internacionais do Estado Português. Com efeito, «hoje há uma legislação europeia de importância crescente, que obriga a certas alterações, por exemplo, em matéria de crimes sexuais contra crianças, corrupção e tráfico de influência e responsabilidade das pessoas colectivas» (Pereira, 2007, pp.101,102). Adicionalmente, algumas das alterações impostas pelo Tribunal Constitucional, no âmbito de «certas normas, como as que distinguem actos homossexuais e actos heterossexuais com adolescentes, foram julgadas inconstitucionais» (*ibidem*). Ainda nesta linha, «a própria revisão constitucional, obrigou a certas alterações, ao passar a admitir, por exemplo, buscas domiciliárias nocturnas. Por fim, as recomendações do Provedor de Justiça e o Relatório da Comissão presidida pelo Professor Freitas do Amaral também aconselhavam alterações em matéria de penal» (Pereira, 2007, p. 102).

Ainda segundo Pereira (2007), é essencial a explicação das causas da RP 2007, de modo a desmentir a ideia de que a mesma corresponde a um capricho do legislador. Na verdade, a reforma surge para responder a fenómenos criminais graves, para cumprir o programa do Governo e até para resolver algumas lacunas legais.

Com esta reforma, pretende-se aumentar o grau de envolvimento dos órgãos de soberania na definição da política criminal, pois segundo o art.º 219.º da CRP, os órgãos de soberania devem definir objectivos, prioridades e orientações de política criminal, com respeito pela legalidade, pela independência dos tribunais e pela autonomia do MP; pretende-se também responder com maior eficácia a novos fenómenos criminais e reforçar

a tutela das vítimas indefesas, de acordo com a linha de política criminal inscrita no programa do Governo; procura-se aprofundar as garantias de defesa (por exemplo, em matéria de prisão preventiva, de acesso aos autos ou indemnização de arguidos inocentes que tenham sido privados de liberdade; pretende-se por fim, garantir maior celeridade e eficácia processuais, alargando-se o âmbito de aplicação dos processos especiais, (Pereira, 2007).

Na RP 2007, a seguir abordado neste trabalho mais detalhadamente, a atenção vai, naturalmente, centrar-se no processo penal, porque segundo Mata-Mouros (2007, p. 104), «é o processo penal que traz instrumentos com que o juiz tenta fazer justiça, com que o MP tenta investigar com a ajuda das polícias, e ainda os instrumentos com os quais o arguido procura defender-se e a vítima reclamar justiça».

1.2 DO CÓDIGO PENAL

«A evolução da vida em sociedade nos últimos anos tem sido célere de todos os pontos de vista; veja-se o desenvolvimento tecnológico, o modo de vida das pessoas, a própria mentalidade destas. Como consequência, o Direito teve e tem que acompanhar esse evoluir social e, por isso, a sua mutabilidade é cada vez mais notória.»

(Pedrosa, 1997, p. 3)

Esta revisão do CP inclui alterações à Parte Geral e Parte Especial resultantes do trabalho realizado pela UMRP, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2005. Estas alterações constituem modificações materiais, aditamentos e meros ajustes formais, sendo que, no essencial não deformou o sistema do CP de 1995. (Mendes, 2007)

Segundo Pereira (2007), a revisão do CP é imposta por vários factores: «várias obrigações comunitárias e internacionais, resultantes de uma dezena de Convenções e Decisões-Quadro da União Europeia; recomendações constantes do relatório concluído em 2004 pela Comissão de Reforma do Sistema Prisional; a jurisprudência, em alguns casos criativa, do Tribunal Constitucional, em especial quanto a crimes contra a autodeterminação sexual; algumas recomendações do Provedor da Justiça sobre a contagem dos prazos de prisão; a emergência de novos e preocupantes fenómenos criminais, designadamente em matéria de tráfico de pessoas e falsificação de documentos; e, por fim mas não em último lugar por ordem de importância, o programa do Governo, que inclui opções político-criminais legitimadas por uma eleição democrática.»

A revisão procura fortalecer a defesa dos bens jurídicos, tendo sempre como luz orientadora que o direito penal constitui a *ultima ratio* da política criminal do Estado, sendo que de entre as principais alterações, se destaca:

«Na Parte Geral, a aplicação retroactiva da lei penal mais favorável após o trânsito em julgado da condenação; a ampliação do âmbito de aplicação da lei penal portuguesa; a consagração da responsabilidade penal das pessoas colectivas, tida como indispensável para prevenir actividades especialmente danosas; a restrição do crime continuado no caso de ofensa a bens jurídicos pessoais; a elevação de 14 para 16 anos da idade mínima requerida para o consentimento do ofendido com eficácia justificante; a diversificação das sanções não privativas da liberdade, para adequar as penas aos crimes, promover a reintegração social dos condenados e evitar a reincidência;

Na Parte Especial, a resposta mais eficaz a fenómenos criminais graves, como o tráfico de pessoas, o incêndio florestal, os crimes ambientais e as falsificações; o reforço da tutela de pessoas particularmente indefesas, como as crianças, os menores e as vítimas de violência doméstica, maus tratos ou discriminação; a agravação de crimes cometidos contra membros de Forças ou Serviços de Segurança, tendo em conta que as funções por eles exercidas garantem a incolumidade dos direitos dos cidadãos; a tipificação de novos crimes contra a liberdade pessoal e sexual e a previsão de novas circunstâncias agravantes nos crimes contra a vida e a integridade física; a efectiva reparação do prejuízo causado à vítima nos crimes contra o património; a distinção de níveis de responsabilidade pela violação de segredos, tendo em conta a qualidade do agente e o resultado produzido.» (Pereira, 2007, p. 102)

Neste trabalho, pela sua especificidade e obrigatória delimitação do problema e respectivo âmbito de estudo, serão abordadas as alterações às sanções penais e à liberdade condicional.

1.2.1 SANÇÕES PENAIS¹

A RP 2007, com o objectivo de reforçar a aplicação de penas não privativas da liberdade, induziu a várias alterações no quadro sancionatório.

O regime de permanência na habitação surge, portanto, como a mais evidente vontade em o legislador reforçar as penas não privativas de liberdade em detrimento das penas de prisão efectiva, em que o condenado pode agora cumprir, neste regime, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano ou o remanescente não superior a um ano de pena de prisão efectiva que exceder o tempo de privação da liberdade a que o arguido esteve sujeito em regime de detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação.

No âmbito da substituição da pena de prisão, consagrada no art.º 43.º do CP, esta vê o seu âmbito de aplicação alargado podendo agora ser aplicada, segundo o seu n.º 1, em medida não superior a um ano (invés dos 6 meses) em substituição por pena de multa ou

¹ Anexo M - Sanções Penais

por outra pena não privativa de liberdade, excepto se a execução da prisão for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes. O âmbito de aplicação é mais uma vez alargado, de forma inovadora, no n.º 3 do mesmo artigo, em que a pena de prisão pode agora ser aplicada em medida não superior a 3 anos é substituída por pena de proibição, por um período de dois a cinco anos, do exercício de profissão, função ou actividade, públicas ou privadas, quando o crime tenha sido cometido pelo arguido no respectivo exercício, sempre que o tribunal concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Relativamente aos outros regimes não privativos de liberdade, em todos foi alargado o âmbito de aplicação sendo que: o Regime de Prisão por dias livres e o Regime de Semi-detenção podem agora ser aplicados a pena de prisão em medida não superior a um ano, invés dos 3 meses anteriores; a Suspensão da Execução da Pena de Prisão pode agora ter lugar em caso de pena de prisão aplicada em medida não superior a 5 anos, invés dos 3 anos anteriores; a Prestação de trabalho a favor da comunidade, pode agora ser aplicada a pena de prisão em medida não superior a 2 anos; e finalmente a Admoestação pode agora ser aplicada a pena de multa em medida não superior a 240 dias, invés dos 120 dias anteriores.

1.2.2 LIBERDADE CONDICIONAL²

«A liberdade condicional visa criar um período de transição entre a prisão e a liberdade, durante o qual o delinquente possa equilibradamente recobrar o sentido de orientação social fatalmente enfraquecido por efeito da reclusão.»

(Vargues, 2008, p. 60)

Quando não existe risco do condenado persistir na actividade criminosa ou de a sua libertação perturbar a ordem e a paz social (alínea a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º do CP), destaca-se com a reforma, a possibilidade de concessão de liberdade condicional sempre que o mesmo tenha cumprido metade da pena (invés dos 2/3 e 5/6 para penas de prisão inferiores a 5 anos ou superiores a 6 anos, respectivamente).

Outra novidade trazida ao CP pela reforma, é o instituto da adaptação à liberdade condicional³, que no seu art.º 62.º, veio possibilitar a antecipação de colocação em liberdade condicional, por um período máximo de um ano, ficando o condenado obrigado durante o período da antecipação, para além do cumprimento das demais condições impostas, ao regime de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância.

² Anexo N - Liberdade Condicional

³ Cfr. Vargues, A. (Número 8 de 2008). *Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*. Revista do CEJ

Por fim, a reforma, introduziu a recorribilidade dos despachos de não concessão (art.º 485.º, n.º 6, CPP) e de revogação (art.º 486.º, n.º 4, CPP) da liberdade condicional.

1.3 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

O CPP português, aprovado pelo DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, é considerado pela generalidade dos operadores de justiça nacionais, uma obra notável de legislação.

Mas, todas as moedas têm o seu revés, e sendo alvo de críticas a aspectos pontuais da sua essência, foi sujeito por catorze vezes a alterações cirúrgicas, apesar de nenhuma delas o ter desfigurado. (Mendes, 2007)

Surgiu então, a décima quinta alteração, com a apresentação à Assembleia da República da proposta de lei n.º 109/X pelo Governo, em 20 de Dezembro de 2006. Esta proposta de lei teve como background os trabalhos da UMRP, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2005, assim como também foram apresentadas iniciativas com a intenção de alterar o CPP, pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP, BE e PCP. (*ibidem*)

Através do «Pacto de Justiça» entre o PS e PSD, assinado a 8 de Setembro de 2006, tornou possível a materialização prática da aprovação a proposta de lei apresentada, o que foi conseguido em 15 de Março de 2007 com os votos favoráveis do PS e PSD e a abstenção do BE, CDS-PP, PCP e PEV, sendo que viria a sofrer depois alterações na especialidade. (*ibidem*)

Por fim, a revisão do CPP foi aprovada através da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto., que após um curto período de *vacatio legis*, entrou em vigor no dia 15 de Setembro de 2007, em consonância com a revisão do CP e com a Lei n.º 51/2007, de 31 de Agosto (Lei de Política Criminal). (*ibidem*)

Ainda segundo Mendes (2007), o «aperfeiçoamento da legislação processual penal nunca é, porém, uma questão meramente técnica, axiologicamente neutra», mas precisamente o oposto e tendo sempre presente que o Processo Penal é Direito Constitucional aplicado sendo que a presunção de inocência e o direito a um julgamento rápido está consagrado no n.º 2 do art.º 32.º da Constituição, esta reforma versou sobre determinados objectivos político-criminais, como o acréscimo da protecção da vítima ou ofendido, o reforço das garantias de defesa do arguido, o reforço dos poderes do MP e a promoção da celeridade processual, como descrito na Proposta de Lei n.º 109/X, «As matérias versadas na presente Revisão do Código de Processo Penal referem-se a 191 artigos e abrangem um vasto conjunto de institutos processuais, incluindo os sujeitos, os actos, os meios de prova e de obtenção de prova, as medidas de coacção e de garantia patrimonial, o inquérito, a instrução, o julgamento, os processos especiais e os recursos.»

Em suma, citando Fernandes (2008, p.174), nesta reforma do CPP, «consigna-se como referente matricial o equilíbrio entre os direitos da vítima, eficácia da investigação e garantias de defesa.»

1.3.1 A DETENÇÃO⁴

«Muito embora a Constituição Portuguesa expressamente consagre e salvaguarde o direito de todos os cidadãos à liberdade e à segurança⁵, não deixa de contemplar no quadro-limite-excepção em que se configura, algumas restrições ao princípio fundamental da liberdade, como a detenção de uma pessoa em certos casos e condições, e isto por exigência de defesa de valores fundamentais da própria comunidade, cuja mesma liberdade e segurança se intenta salvaguardar.

A detenção é uma prisão por curto prazo, que a polícia está autorizada a fazer quando capture criminosos em flagrante delito, bem como suspeitos de haverem praticado alguns dos crimes que permitam a prisão preventiva.

Para efeitos técnico-operacionais, considera-se detenção, o acto executivo de captura de qualquer pessoa e ainda o momento compreendido entre o mesmo e a sua manutenção sob custódia da Guarda.

Sendo a detenção de pessoas, uma medida instrumental de polícia inerente aos poderes de coacção indispensáveis à actividade policial, que afecta e restringe a liberdade, deverá ser utilizada com redobrados cuidados e obedecendo a todos os pressupostos previstos na lei⁶, não esquecendo que se trata de um acto de resultados imprevisíveis, em virtude de se desconhecer a reacção do detido ou de outras pessoas presentes.»

(Manual de Operações, Volume I, Título II, Capítulo VII)

O regime da detenção, está consagrada no CPP do art.º 254.º ao 261.º, e determina que esta só deve ser efectuada em casos de estrita necessidade.

A RP 2007, trouxe ao regime da detenção, o aditamento de um novo pressuposto material transversal quer à detenção fora de flagrante delito, com a necessidade de existência de fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria espontaneamente perante a autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado, quer à manutenção da detenção em flagrante delito, se a apresentação ao juiz não tiver lugar em acto seguido a esta⁷, em que o arguido só continua detido se houver razões para crer que não se apresentaria espontaneamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado, sem o prejuízo de ser libertado, de qualquer forma, no prazo máximo de 48 horas, por força do n.º 1 do art.º 28.º da CRP.

Ainda segundo Fernandes (2008, p. 178), a «única diferença que encontramos, é ao nível das razões exigidas para fundamentar o juízo de prognose, pois o estado concreto de

⁴ Anexo O - Detenção

⁵ Art.º 27.º, CRP - Direito à liberdade e à segurança

⁶ Art.ºs 58.º e 59.º, CPP

⁷ Art.º 385.º, n.º 1, CPP

perigo pressuposto é o mesmo (...). Por imperativo legal e democrático, qualquer acto decisório deve ser sempre fundamentado de facto e de direito⁸. Aliás, nem concebemos a existência de razões destituídas de fundamento racional – ou não seriam razões. Pelo que o critério normativo de distinção, não sendo redundante, há-de supor uma mera diferença de grau, ou seja, quantitativa e não qualitativa, quanto ao juízo de prognose.»

1.3.2 A CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO⁹

Antes de se abordar as alterações que a constituição de arguido sofreu com a RP 2007, deve-se de antemão distinguir as figuras de suspeito (art.º 1.º, n.º 1, alínea e) CPP) e arguido.

O suspeito não é um sujeito processual, pois apesar de gozar de certos direitos, não beneficia de um estatuto processual específico. O suspeito tem como direito: não poder, em caso algum, ser obrigado a fornecer provas ou a prestar declarações auto-incriminatórias¹⁰, seja qual for a origem e a consistência da suspeita pois o «direito à não auto-incriminação» (*nemo tenetur se ipsum accusare*), incluindo o direito ao silêncio, é uma decorrência essencial das garantias de defesa¹¹.

O arguido cuja figura é consagrada no art.º 57.º do CPP, que no seu n.º 1 e n.º 2 diz que assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal, e que essa qualidade se conserva durante todo o decurso desse mesmo processo, ou seja, segundo o Mendes (2007), o arguido é uma pessoa formalmente constituída como sujeito processual e contra quem corre um processo penal,

Com a Reforma de 2007, o art.º 58.º do CPP, passou a incluir como novos requisitos para a constituição de arguido: que a notícia do crime não seja manifestamente infundada e, no caso de correr inquérito contra pessoa determinada, que exista «suspeita fundada» da prática do crime pela pessoa a constituir como arguida, «sem esquecer que a qualidade de arguido corresponde a uma condição *sine qua non* do exercício de direitos processuais e que até pode ser adquirida por iniciativa do suspeito, exclui-se a possibilidade de constituição de arguido quando a notícia de crime for manifestamente infundada e

⁸ Art.º 97.º, n.º 5, CPP

⁹ Anexo P - Constituição de Arguido

¹⁰ Cfr. Moutinho, L., *Arguido e Imputado no Processo Penal Português*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2000, pp. 170-195

¹¹ O direito à não auto-incriminação é reconhecido por vários instrumentos de direito internacional convencional. Em especial, veja-se o art. 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) e a sua interpretação pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH). Veja-se também o art. 14.º, n.º 3, alínea g), do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), adoptado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (AG-NU), um normativo que é taxativo quanto ao direito de a pessoa «não ser obrigada a prestar declarações contra si própria nem a confessar-se culpada». Mendes, *op. cit.*

determina-se, no art.º 58.º, que tal constituição depende da existência de suspeita fundada», (Proposta de Lei N.º 109/X); a exigência da validação dessa constituição por autoridade judiciária competente, quando tiver sido promovida por OPC e ainda a comunicação por parte do mesmo à AJ no prazo de 10 dias, sendo apreciada e validade em igual prazo.

1.3.3 O INTERROGATÓRIO DE ARGUIDO

O procedimento de aquisição de declarações do sujeito processual, arguido, sofreu quatro alterações significativas, sendo que duas concernem ao tempo e duração do interrogatório, e outras duas relativamente à regulamentação da tramitação do primeiro interrogatório não judicial de arguido detido.

Quanto ao tempo e duração do interrogatório de arguido, como consagrado no n.º 3 do art.º 103.º do CPP, este não pode agora ser efectuado entre as 0 e as 7 horas, salvo em acto seguido à detecção, nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa, ou quando o próprio arguido o solicite. No n.º 4 do mesmo art.º, o interrogatório de arguido tem a duração máxima de quatro horas, podendo ser retomado, em cada dia, por uma só vez e idêntico prazo máximo, após um intervalo mínimo de sessenta minutos.

Relativamente e especificamente ao primeiro interrogatório não judicial de arguido detido, existe agora a obrigatoriedade de assistência do arguido por defensor (art.º 141.º, n.º 1 e art.º 143.º, n.º 2, ambos do CPP) assim como a prestação de informação ao arguido dos direitos que lhe assistem, dos motivos da detenção, dos factos que lhe são concretamente imputados, incluindo, sempre que forem conhecidas, as circunstâncias de tempo, lugar e modo e dos elementos do processo que indiciam os factos imputados, sempre que a sua comunicação não puser em causa a investigação, não dificultar a descoberta da verdade nem criar perigo para a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade dos participantes processuais ou das vítimas do crime, ficando tais informações a constar do auto de interrogatório (art.º 141.º, n.º 4 do CPP).

1.3.4 MEDIDAS DE COACÇÃO¹²

Segundo o n.º 1 do art.º 191.º do CPP, a liberdade das pessoas só pode ser limitada, total ou parcialmente em função de exigências processuais de natureza cautelar, pelas medidas de coacção e de garantia patrimonial previstas na lei, que vem dar cumprimento ao consagrado no n.º 2 do art.º 27.º da CRP.

As alterações ao regime das medidas de coacção e de garantia patrimonial, trazidas pela RP 2007, para uns constituem uma leitura rigorosa imposta pela CRP, para outros

¹² Anexo P - Medidas de Coacção

constituem um potencial do alarme social, exponenciado pelos meios de comunicação social e uma descredibilização dos OPC, por isso serão abordadas especificamente as alterações mais significativas no âmbito da aplicação da prisão preventiva, e no que concerne à aplicação prática, a obrigação de permanência na habitação com recurso a vigilância electrónica.

A alteração mais marcante, ao nível dos requisitos gerais de aplicação de medidas de coacção, foi a necessidade de fundamentação do despacho dessa mesma aplicação, com excepção do TIR (art.º 194.º, n.º 4, CPP).

1.3.4.1 PRISÃO PREVENTIVA¹³

«Um dos domínios onde o ímpeto reformista se fez sentir com maior intensidade foi o da prisão preventiva.»

(Santos, V.S., 2008, p. 133)

É de relevo referir as duas principais alterações que se prendem, em primeiro lugar, a que vai de encontro com a característica da prisão preventiva como medida de coacção de *ultimo ratio*, consagrada no n.º 1 do art. 202.º, que diz que a mesma se aplica quando todas as outras medidas de coacção se considerarem inadequadas ou insuficientes, através do aumento do grau de exigência de um dos pressupostos específicos da sua aplicação (artigos 202.º, n.º 1, alíneas a) e b) e 203.º, n.º 2) e em segunda instância com a genérica diminuição (com a excepção prevista no n.º 6 do art. 215.º) dos prazos de duração máxima da prisão preventiva (Santos, V., *op. cit.*)

Relativamente à primeira alteração supramencionada, a anterior alínea a) do n.º 1 do art.º 202.º foi desdobrada em duas: a actual alínea a), que estabelece o regime-regra, segundo o qual o crime doloso de cuja prática existam fortes indícios tem de ser punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos, enquanto anteriormente bastava que esse crime fosse punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos; a alínea b), que, para as hipóteses em que o crime doloso de cuja prática existem fortes indícios de se integrar numa das categorias legais de terrorismo, criminalidade violenta ou criminalidade altamente organizada, apenas exige que esse crime seja punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos. Refira-se também o n.º 2 do art.º 203.º, altamente inovador, estabelece que, mesmo quando se trate de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou inferior a 5 anos, desde que superior a 3 anos, o juiz pode impor a prisão preventiva quando o arguido não cumpra a obrigação de permanência na habitação. (*ibidem*)

Quanto à segunda alteração referida anteriormente, da diminuição genérica dos prazos de duração máxima da prisão preventiva, com a excepção prevista no novo n.º 6 do

¹³ Anexo Q - Prisão Preventiva

art.º 215.º, estabelece o n.º 1 do art.º 215.º, que a prisão preventiva se extingue quando, desde o seu início, tiverem decorrido: a) 4 meses sem que tenha sido deduzida acusação (invés dos 6 meses anteriores); b) 8 meses sem que, havendo lugar a instrução, tenha sido proferida decisão instrutória (invés dos 10 meses anteriores); c) 1 ano e 2 meses sem que tenha havido condenação em primeira instância (invés do 1 ano e 6 meses anteriores); d) 1 ano e 6 meses sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado (invés dos 2 anos anteriores). No entanto, estes prazos máximos de prisão preventiva normais, podem sofrer alargamentos em determinadas circunstâncias, segundo o número 3 e seguintes do art.º 215.º. (*ibidem*)

1.3.5 SEGREDO DE JUSTIÇA E PRORROGAÇÃO E ACESSO AOS AUTOS¹⁴

Antes de se entrar na alteração há que distinguir de antemão que o segredo de justiça se subdivide em segredo interno (aplicado aos participantes processuais) e segredo externo (aplicada a qualquer pessoa estranha ao processo).

É nesta alteração, no seu regime-regra, que se consagra com maior amplitude o princípio da publicidade, segundo o qual o processo é público em qualquer fase, ressalvando excepções com o intuito de protecção da prova. Excepções estas: segundo n.º 2 do art.º 86.º, o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça; segundo o n.º 3 do mesmo art.º, o MP pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando esta decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução.

Mas é no âmbito do segredo interno que surge a maior alteração, em que no âmbito do inquérito (ressalvando-se mais uma vez a investigação e os direitos dos participantes processuais), é facultado o acesso ao processo ou elementos dele constantes, ao arguido, assistente, ofendido, lesado e responsável civil, bem como a obtenção dos correspondentes extractos, cópias ou certidões, salvo quando, o MP se opuser. No entanto, findo o inquérito, todos os elementos do processo podem ser consultados por estes sujeitos, podendo ser essa consulta adiada pelo juiz de instrução, a requerimento do MP, por um período máximo de três meses, o qual pode ser prorrogado, por uma só vez quando estiver em causa a criminalidade a que se referem as alíneas i) a m) do art.º 1.º do CPP, e por um prazo objectivamente indispensável à conclusão da investigação.

¹⁴ Anexo R - Segredo de Justiça e Acesso aos Autos

1.3.6 A PROVA E OS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA

«A lei processual penal tem regras rígidas quanto à produção, utilização e valoração da prova, não obstante o princípio da livre apreciação da prova que concede ao julgador larga margem de manobra na apreciação das provas. Pela importância que a prova assume na verificação ou não do crime, na punibilidade ou não do arguido e na determinação da pena ou medida de segurança, ou seja na busca da verdade material, não pode reinar uma lógica de vale-tudo. E não pode porque estamos a lidar com direitos fundamentais [...]»

(Rangel, R., 2008, Janeiro 24. *In* Reforma Penal. *Correio da manhã*. Consultado em 17 Fevereiro de 2009 de www.correiodamanha.pt)

A RP 2007 trouxe significativas alterações às disposições legais referentes à prova e meios de obtenção de prova, sendo que as mais significativas foram introduzidas nas escutas telefónicas.

Pela relevância para o trabalho e pelo índice de importância trazido pela reforma, as alterações a serem abordadas, serão relativas à prova por reconhecimento, prova pericial, revistas e buscas, escutas telefónicas e prova digital.

Relativamente à prova por reconhecimento¹⁵, com a RP 2007, prevê-se agora uma regulamentação mais pormenorizada do reconhecimento feito com recurso a fotografias, filmes ou gravações, pois segundo o n.º 4, art.º 147.º do CPP, quem participar no processo reconhecimento, se a isso consentir, é fotografado e as suas fotografias juntas aos autos e explicita-se que este reconhecimento realizado no âmbito da IC só pode valer como meio de prova quando for seguido do reconhecimento presencial (art.º 174.º, n.º 5 do CPP), seja qual for a fase do processo em que ocorrer (art.º 147.º, n.º 7 do CPP).

O regime jurídico das revistas e buscas¹⁶, sofreu duas alterações com a reforma, a definição de um prazo de validade de 30 dias do despacho que ordena ou autoriza a revista ou busca (art.º 174.º, n.º 4 do CPP) e a mais significativa, a possibilidade de realização de buscas domiciliárias entre as 21 horas e as 7 horas (que até então não era possível) nos casos de terrorismo ou criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, ou casos de flagrante delito pela prática de crime punível com pena de prisão superior, no seu máximo, a 3 anos (art.º 177.º, n.º 2 do CPP).

Quanto ao regime jurídico das escutas telefónicas¹⁷, este foi extensivamente alterado, com três alterações ao nível da sua admissibilidade e uma alteração ao nível das

¹⁵ Anexo S – Prova por Reconhecimento

¹⁶ Anexo S – Revistas e Buscas

¹⁷ Anexo T – Escutas Telefónicas

formalidades. Estas alterações foram no entanto de encontro com a jurisprudência dos tribunais superiores, designadamente do Tribunal Constitucional.

A primeira alteração à admissibilidade das Escutas Telefónicas, prende-se com uma refinação dos seus requisitos, consagrada no n.º 1 do art.º 187.º do CPP, sendo que agora só podem ser autorizadas, durante o inquérito, quando haja razões para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria, de outra forma, impossível ou muito difícil de obter (*ultima ratio*).

Ainda no âmbito da admissibilidade surgem também duas alterações que se traduzem em delimitações às intercepções telefónicas, uma de carácter subjectivo em que as mesmas apenas podem ser autorizadas contra o suspeito ou arguido, pessoa que sirva de intermediário, relativamente à qual haja fundadas razões para crer que recebe ou transmite mensagens destinadas ou provenientes de suspeito ou arguido ou ainda contra vítima de crime, mediante o respectivo consentimento, efectivo ou presumido (art.º 187º, n.º 4, CPP), e uma delimitação de carácter temporal, em que as mesmas são autorizadas por um prazo máximo de três meses, renovável por períodos sujeitos ao mesmo limite, segundo o n.º 6 do art.º 187.º do CPP.

Relativamente à alteração ao nível das formalidades, segundo os n.ºs 1, 3 e 4, do art.º 188.º do CPP, o OPC elabora auto e relatório no qual indica as passagens relevantes, descreve de modo sucinto o respectivo conteúdo e explica o seu alcance para a descoberta da verdade, de seguida leva ao conhecimento do MP de 15 em 15 dias a partir do início da primeira intercepção e este leva ao conhecimento do juiz no prazo máximo de 48 horas.

A RP 2007, introduziu também a extensão, consagrada no art.º 189.º do CPP, do regime previsto para as escutas telefónicas aplicável às conversações ou comunicações transmitidas por qualquer outro meio técnico diferente do telefone, designadamente correio electrónico ou outras formas de transmissão de dados por via telemática, mesmo que se encontrem guardadas em suporte digital, e à intercepção das comunicações entre presentes.

1.3.7 Os PROCESSOS ESPECIAIS¹⁸

A diferença entre a pequena e média criminalidade e a criminalidade mais grave e complexa, redundando na necessária diferente canalização de esforços por parte do sistema de administração da justiça, na procura de agilização e simplificação processual.

Face a isso, surgiram com a entrada em vigor do CPP, em 1 de Junho de 1987, e com a Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, os processos sumário, sumaríssimo e abreviado, assim

¹⁸ Anexo U – Processos Especiais

como a suspensão provisória do processo e mais recentemente a mediação penal¹⁹, com a Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho.

«As soluções de processo penal que respeitam o princípio da legalidade passam geralmente pela criação de formas de processo abreviadas ou aceleradas. As soluções de processo penal orientadas pelo princípio da oportunidade passam pela busca do consenso, informalidade, eficácia, celeridade, falta de publicidade, diversão e ressocialização [...] Tanto o processo sumaríssimo (art.º 392º ss.) como o arquivamento em caso de dispensa de pena (art.º 280.º) e a suspensão provisória do processo (art.º 281.º) rendem homenagem à nova atitude inspirada na ideia de diversão do processo, provinda do legado científico do *labelling approach*, de molde a poupar o arguido à «cerimónia degradante» da audiência de julgamento, amplificadora das sequelas da estigmatização»

(Andrade, M., 2008

Jornadas de Direito Processual Penal - O novo Código de Processo Penal,
Coimbra: Almedina, 1989, pp. 319-358)

A RP 2007, introduziu novas alterações nestes institutos com o objectivo de eliminar bloqueios legais e ampliar o âmbito de aplicação.

Imagem da vontade de agilizar o sistema de administração de justiça, foi a alteração que consagra a possibilidade de a fita de tempo ser preenchida no seu todo, com o facto de os actos processuais passarem a poder realizar-se em dias não-úteis e os respectivos prazos correm durante férias judiciais, sendo assim eliminado um bloqueio legal existente.

Relativamente ao processo sumário, as alterações mais significativas e consideradas mais relevantes para este trabalho são: a possibilidade de aplicar a casos de detenção em flagrante delito, por crime punível com pena de prisão não superior a 5 anos (invés dos 3 anos anteriores), ou seja, alarga-se o âmbito de aplicação; abrange agora a detenção efectuada por qualquer pessoa, desde que o detido seja entregue a uma autoridade judiciária ou entidade policial, num prazo que não exceda as 2 horas.

Quanto ao processo sumário, surge o conceito de provas simples e evidentes quando o agente tiver sido detido em flagrante delito que, conduz o julgamento para este processo quando não possa ser julgado sob a forma sumária.

Finalmente, o processo sumaríssimo vê o seu âmbito de aplicação alargado a crimes puníveis com prisão não superior a 5 anos ou só com pena de multa, invés dos 3 anos anteriores.

¹⁹ A mediação penal está a vigorar a título experimental nas comarcas do Porto, Aveiro, Oliveira do Bairro e Seixal

CAPÍTULO 2 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

2.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a taxa geral de criminalidade e o sentimento de insegurança da população tem vindo a crescer substancialmente. Para estagnar e até mesmo contrariar esse aumento, uma das políticas do Governo, dentro dos objectivos fundamentais da RP 2007, foi o reforço da eficácia da actuação das forças de segurança no combate à criminalidade que se consubstancia numa das suas vertentes na publicação da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, que aprova a LOIC.

Neste novo diploma foram introduzidas alterações ao nível da repartição das competências assim como ao nível da coordenação e cooperação da IC entre cada OPC.

As principais alterações introduzidas para promover a eficácia da actuação das forças de segurança no combate à criminalidade, serão analisadas no ponto seguinte tendo sempre como fim último a correlação com o tema do presente trabalho.

2.2 LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL²⁰

2.2.1 DEFINIÇÃO

Segundo o art.º 1.º da LOIC, «a investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher provas, no âmbito do processo.»

Não deverá, no entanto, ser esquecido o facto de que «a investigação criminal não se deve prender única e exclusivamente com a descoberta, recolha, conservação, exame e interpretação de provas conducentes à incriminação de A ou B, mas de todas aquelas que possam também corroborar a tese da sua inocência – falamos de uma investigação criminal leal e democrática, em que o Homem é o centro de partida e de chegada.» (Valente, 2003)

2.2.2 DIRECÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A AJ é, em cada fase do processo, responsável pela direcção do mesmo, ficando a sua realização, sob dependência funcional e sem prejuízo da respectiva organização hierárquica, ao cargo dos funcionários das respectivas FSS, designados pelas APC, competentes no âmbito das suas autonomias técnica²¹ e tática.

²⁰ Baseado *In*, Seminário - LOIC, A cooperação e a Coordenação da Investigação, proferido por Major António Marques Romeira Matias, 10 de Dezembro de 2008, Escola da Guarda.

²¹ Segundo o n.º 6 do mesmo art.º, a «autonomia técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia tática consiste na escolha do tempo, lugar e

Não obstante, os OPC, logo que tomem conhecimento de qualquer crime e depois de comunicar o facto ao MP no mais curto prazo, devem iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, «praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, sem prejuízo de a Autoridade Judiciária poder, a todo o tempo, avocar o processo, fiscalizar o seu andamento e legalidade e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer actos.» (art.º 249.º CPP).

2.2.3 ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL

Aos OPC podem estar associadas três tipos de competência em matéria de IC: genérica, específica e reservada.

São OPC de competência genérica a GNR, a PSP e a PJ, sendo os demais OPC de competência específica - SEF, ASAE, PM, etc.

Quanto atribuição de competência reservada a um OPC, esta depende de previsão legal expressa.

Consagra, igualmente, a obrigação legal de todos os OPC, coadjuvarem as AJ na investigação assim como desenvolver acções de prevenção e investigação de crimes da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas AJ competentes.

2.2.4 COMPETÊNCIA ESPECÍFICA

A atribuição de competência específica obedece aos princípios da especialização e racionalização na afectação dos recursos disponíveis para a IC.

Nos crimes que, em concreto, estejam a ser investigados por OPC de competência específica, estes têm o primado da investigação sobre os OPC de competência genérica, ressalvando-se as situações de competência concorrential (n.ºs 4 e 5 do art.º 7.º) e em que outro OPC, por haver adquirido a notícia do crime ou por determinação da AJ competente, a tiver iniciado.

2.2.5 INCOMPETÊNCIA

Com a excepção dos casos de competência deferida pelo PGR (art.º 8.º da LOIC), o OPC que tiver notícia do crime e não seja competente para a sua investigação, apenas²² pode praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

Se na investigação em curso vier a revelar conexão com crimes que não são da competência do OPC que tiver iniciado a investigação, este remete para no prazo máximo

modo adequados à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal.»

²² Segundo o art.º 171.º, n.º 2 e 173.º CPP, os OPC, perante a prática de um crime e no respeito pelo princípio da legalidade, estes não podem deixar de praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

de 24 horas a partir da data do conhecimento, para o OPC competente, com conhecimento ao MP.

O DIAP de Lisboa através da Acta da Reunião do Grupo de Missão da articulação DIAP e PSP, de 17 de Outubro de 2008, distingue as várias situações:

- Se houver uma relação directa, sendo por conseguinte aconselhável uma investigação conjunta de todos os factos, deverá remeter-se o inquérito para o OPC competente, com conhecimento ao MP;
- Se a situação de competência reservada detectada não suscitar dúvidas quanto à sua autonomia relativamente aos outros ilícitos em investigação, o OPC de competência genérica deverá elaborar auto de notícia a remeter ao órgão de polícia criminal de competência reservada, com conhecimento ao MP, seguindo as investigações de forma separada;
- Nas situações previstas no n.º 3 deste art.º, o OPC que tiver iniciado a investigação deverá remeter o processo ao MP com informação pertinente sobre a situação detectada, para apreciação e eventual promoção de cooperação entre OPC envolvidos.

2.2.6 COMPETÊNCIA DA GNR E DA PSP

A investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros OPC e crimes cuja investigação, nos termos do art.º 8.º, lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, é da competência genérica da GNR e da PSP.

2.2.7 COMPETÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Sem prejuízo dos termos do art.º 8.º, cujas investigação de crimes que lhe seja cometida pela AJ competente para a direcção do processo, a PJ é dotada:

- N.º 2: De reserva absoluta na competência de investigação do catálogo de crimes elencados neste número, não podendo esta ser deferida a outros OPC;
- N.º 3: De reserva relativa na competência de investigação do catálogo de crimes elencados neste número, podendo ser deferida a outros OPC desde que respeitados os seguintes procedimentos:
- Pelo PGR (ou pelos Procuradores-Gerais Distritais, mediante delegação de competências), na fase de inquérito, após audiência prévia dos OPC envolvidos e desde que:

- Tal se afigure, em concreto, mais adequado ao andamento da investigação e, designadamente quando:
- Existam provas simples e evidentes na aceção do CPP;
- Estejam verificados os pressupostos das formas especiais de processo, nos termos do CPP;
- Se trate de crime sobre o qual incidam orientações sobre a pequena criminalidade, nos termos da LPC em vigor; ou
- A investigação não exija especial mobilidade de actuação ou meios de elevada especialidade técnica;

Não é aplicável quando:

- A investigação assuma especial complexidade por força do carácter plurilocalizado das condutas ou da pluralidade dos agentes ou das vítimas;
- Os factos tenham sido cometidos de forma altamente organizada ou assumam carácter transnacional ou dimensão internacional; ou
- A investigação requeira, de modo constante, conhecimentos ou meios de elevada especialidade técnica.

No n.º 4, é estabelecido o catálogo de crimes cuja competência de investigação é concorrential entre a PJ, a UAF da GNR, o SEF e a CMVM, firmando-se como critério para atribuição dessa competência de investigação, aquele que em primeiro lugar a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por determinação da AJ competente, ressalvados os casos de deferimento previsto no n.º 5, do art.º 8.º.

2.2.8 CONFLITOS NEGATIVOS DE COMPETÊNCIA

Caso se considerem incompetentes para a IC do mesmo crime dois ou mais OPC, o conflito é dirimido pela AJ competente em cada fase do processo.

2.2.9 DEVER DE COOPERAÇÃO

É estabelecido um dever de cooperação mútuo entre todos os OPC, no exercício das suas atribuições.

No n.º 2 deste art.º é ainda estabelecido um dever de comunicação, em que os OPC devem fazê-lo à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder as 24 horas, relativamente aos factos que tenham conhecimento relativos à preparação e execução de crimes para cuja investigação não sejam competentes, apenas podendo praticar, até à sua intervenção, os actos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova.

No n.º seguinte, deste mesmo art.º, o legislador estabelece que o NUIPC é atribuído pelo OPC competente para a investigação. Esta norma, quanto ao seu alcance prático, tem vindo a suscitar algumas dúvidas, pelo risco de duplicação de processos e notação de crimes que vão complicar a celeridade da investigação, pelo que vieram pronunciar-se sobre esta matéria, o DIAP de Lisboa através da Acta que vem sendo referida e a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, através do seu Despacho n.º 234/2008, de 7 de Novembro e a estabelecer como orientação na sua área de responsabilidade, o seguinte:

«O art.º 10.º, n.º 3 estabelece que o número único de identificação de processo é atribuído pelo OPC competente. Contudo, importa ter presente que o referido preceito não pode ser dissociado de todo o art.º 10.º, nem deve ser interpretado à margem da unidade do sistema processual penal, nomeadamente do disposto nos art.ºs. 242.º e 243.º, do CPP, e ainda da Portaria n.º 1223-A/91, de 30 de Dezembro (que não se mostra revogada).

Nesse sentido, há desde logo que atender à circunstância do art.º 10.º, nº 2, regular unicamente situações de transmissão de conhecimento da preparação ou execução de um crime adquirido por OPC diverso do competente, determinando expressamente que o OPC não competente só pode intervir (nestas situações) quando a sua actuação se destinar a acautelar a consumação do crime. Assim, será de concluir que o que se pretende é assegurar o início do processo criminal por parte do OPC competente quando o crime ainda não foi consumado e relativamente ao qual ainda não tenham sido praticados quaisquer actos processuais.

Neste contexto, o NUIPC deve ser atribuído pelo OPC competente apenas nos casos previstos no n.º 2, do art.º 10.º, ou seja, relativamente a crimes que se encontram em preparação e/ou execução (art. 10.º, n.º 2).

Caso contrário, quando o OPC não competente tome conhecimento de um crime consumado, e mais especificamente quando proceda a uma detenção em flagrante delito (o que é em si mesma um acto processual e não um acto cautelar e de polícia, pressupondo por isso a existência de um processo criminal, logo um NUIPC atribuído) o OPC em causa deve elaborar o expediente com a atribuição de NUIPC e remeter tal expediente ao Ministério Público nos termos gerais, nomeadamente nos termos dos arts. 13.º, da referida Portaria, e 242.º e 243.º do Código de Processo Penal.»

(Despacho n.º 234/2008, de 7 de Novembro [excerto])

Esta interpretação do DIAP de Lisboa e da PGR Distrital de Lisboa desta norma, indica uma solução razoável e de utilidade prática, sendo aquela que, encontra uma boa solução dentro do quadro legal, recorrendo ao elemento sistemático.

TÍTULO II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

CAPÍTULO 1 - HIPÓTESES

«Uma hipótese é um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. É uma predição baseada na teoria ou numa porção desta (proposição).»

(Fortin, 1999, p.102)

Deste modo, foram colocadas as seguintes hipóteses, cuja análise e confirmação conduziram à resposta da Pergunta de Partida:

- H1: As alterações que as sanções penais sofreram com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H2: As alterações que a liberdade condicional sofreu com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H3: As alterações que a constituição de arguido sofreu com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H4: As alterações que a detenção sofreu com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H5: As alterações que o interrogatório de arguido sofreu com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H6: As alterações que as medidas de coacção, designadamente a prisão preventiva, sofreram com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H7: As alterações que a validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos sofreram com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H8: As alterações que a prova e os meios de obtenção de prova sofreram com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.
- H9: As alterações que os processos especiais sofreram com a RP 2007 não constituem uma restrição à IC.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Segundo Sarmiento (2008, p.6), «as fases de um processo de investigação são a exploratória, a analítica e a conclusiva».

Na primeira etapa do processo de investigação, a fase exploratória, de modo a definir problema e objectivos (geral e específicos), e enformado pela abrangência do tema, procedeu-se a uma ampla pesquisa bibliográfica (no intuito de, partindo do geral para o particular, enquadrar o tema deste trabalho), que incidiu sobre a RP 2007 e sobre a IC, recorrendo-se para isso à Biblioteca Nacional, à Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, à Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, à Biblioteca da Escola da Guarda e à Internet, para de seguida a informação pertinente ser sujeita a um processo de triagem e selecção.

Na fase analítica, que constitui a segunda fase do processo de investigação, a metodologia utilizada para a recolha, registo e análise de informações, foi agrupada em dois grupos de entrevistas: um de âmbito geral sobre a RP 2007 e outro no âmbito específico da IC. Cumulativamente, ainda sobre a IC, foi aplicado um inquérito por questionário.

Na fase conclusiva, após a análise das informações recolhidas, procedeu-se à interpretação de resultados e respectivas conclusões.

Feito o enquadramento teórico do trabalho, surge a metodologia aplicada com o fundamento de ir ao encontro dos objectivos e com as respostas à Pergunta de Partida.

Face às características específicas da investigação, e à orientação proposta pelos objectivos específicos, optou-se pelo método directo-indutivo de abordagem, em paralelo com a utilização de uma metodologia correlacional²³, fundada em entrevistas semi-estruturadas e inquéritos por questionário.

O plano escolhido para encontrar respostas ao problema definido neste trabalho, adoptou duas modalidades, isto é, consistiu em entrevistar aqueles que, em termos jurídicos, mais conhecimentos possuem da RP 2007, sob um prisma de análise mais exterior e global, e entrevistar aqueles que mais aptos estarão pelas suas qualificações e experiência no campo da IC, agora num prisma mais próximo e específico.

Optou-se, então, por ouvir oficiais, quer da GNR, quer da PSP e Prof. Doutores ligados ao Direito que fizeram parte da UMRP, e também oficiais que desempenham ou desempenharam grande parte da sua carreira funções na IC da GNR.

²³ «Estudo em que o investigador explora e determina a existência de relações entre variáveis com vista a descrever essas relações». (Fortin, 1999, p. 174)

Para complementar os dados resultantes das entrevistas, realizaram-se questionários a Chefes de NIC, que procuram materializar no terreno as questões levantadas nas entrevistas.

2.1 AMOSTRA

O universo da GNR é constituído por 24.718 militares, distribuídos pelas diversas unidades e categorias profissionais, em que 824 são Oficiais, 2.907 Sargentos e 20.997 Guardas. Destes militares, 15.995 integram a estrutura territorial da GNR, nos 20 CTer que a constituem.²⁴

Sendo que o objecto deste trabalho incide sobre a IC, a amostra utilizada para as entrevistas foi de 5 oficiais que desempenham ou desempenharam funções ligadas à IC e que, portanto, lhes confere um *know how* adequado para este trabalho. Foram igualmente realizadas três entrevistas de carácter mais lato: a saber, a um Major da GNR, a um Superintendente-Chefe da PSP e a um Prof. Doutor da Faculdade de Direito de Lisboa, todos eles com uma competência profissional notável no campo jurídico-penal, tendo inclusive dois deles participado na UMRP, e que têm como propósito o enriquecimento das conclusões a serem extrapoladas deste trabalho.

Para a realização de questionários a amostra utilizada foi de 51 Chefes de NIC, de um universo de 82, dos 19 CTer inquiridos (o CTer dos Açores não é dotado na sua constituição orgânica de NIC).

Em relação à constituição da amostra, sob a designação «posto», pode verificar-se uma maior percentagem de elementos centrada nos 1.º Sargentos [14] e Cabos [12], relevando também os 9 Sargentos-Ajudante. Neste sentido, o posto constitui-se como uma variável transversal à hierarquia da GNR, sob a função Chefe de NIC.

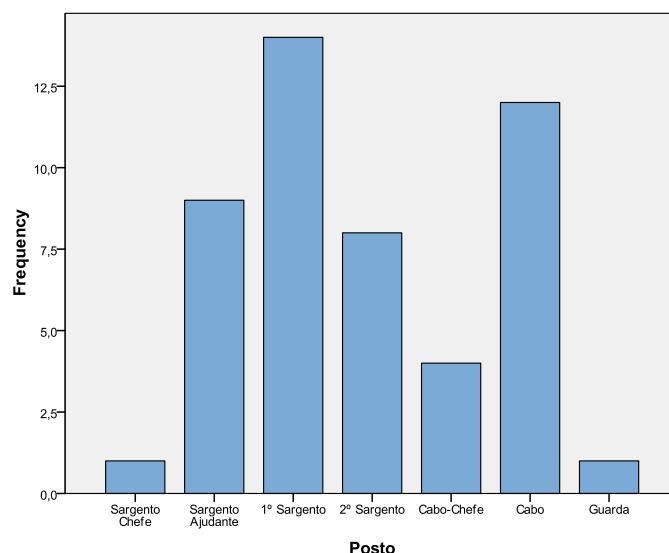
Em maior detalhe:

Tabela 2.1 - Distribuição de Frequências por posto

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i> Sargento-Chefe	1	2,0	2,0	2,0
Sargento-Ajudante	9	18,4	18,4	20,4
1.º Sargento	14	28,6	28,6	49,0
2.º Sargento	8	16,3	16,3	65,3
Cabo-Chefe	4	8,2	8,2	73,5
Cabo	12	24,5	24,5	98,0
Guarda	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

²⁴ Fonte: Comando de Administração de Recursos Internos da GNR

Gráfico 2.1 - Distribuição de Frequências por posto

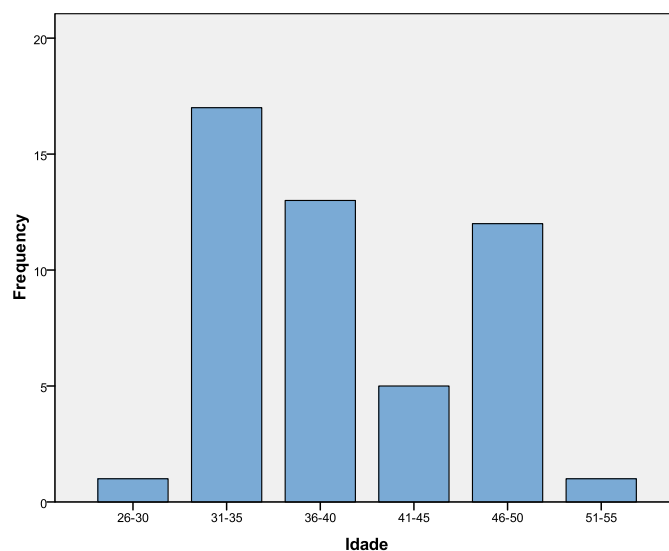


Os indivíduos, em função do número de anos de idade, foram agrupados em 6 faixas etárias, sendo que 1 elemento ou 2% [26-30], 17 elementos ou 34,7% [31-35], 13 elementos ou 26,5 % [36-40], 5 elementos ou 10,2 % [41-45], 12 elementos ou 24,5% [46-50] e 1 elemento ou 2% [51-55,] com a estatística descritiva que consta da tabela 2 e gráfico 2.

Tabela 2.2 - Distribuição de Frequências por idade

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i> 26-30	1	2,0	2,0	2,0
31-35	17	34,7	34,7	36,7
36-40	13	26,5	26,5	63,3
41-45	5	10,2	10,2	73,5
46-50	12	24,5	24,5	98,0
51-55	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

Gráfico 2.2 - Distribuição de Frequências por idade

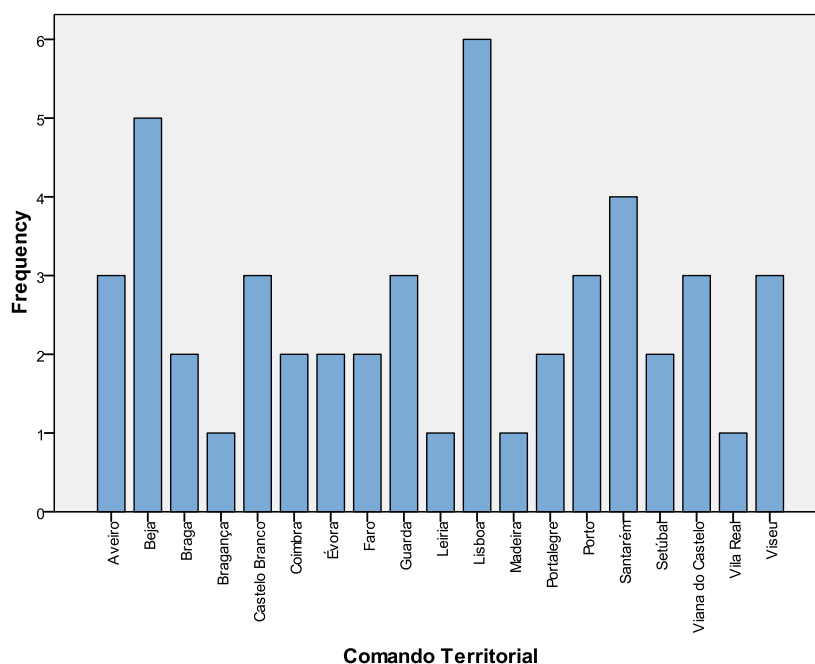


Quanto aos CTer, a amostra incluiu elementos de todo o território nacional, de forma a assegurar a sua representatividade geográfica. O n.º de elementos de cada CTer é o que consta da Tabela 3.

Tabela 2.3 - Distribuição de Frequências por CTer

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
Valid	Aveiro	3	6,1	6,1	6,1
	Beja	5	10,2	10,2	16,3
	Braga	2	4,1	4,1	20,4
	Bragança	1	2,0	2,0	22,4
	Castelo Branco	3	6,1	6,1	28,6
	Coimbra	2	4,1	4,1	32,7
	Évora	2	4,1	4,1	36,7
	Faro	2	4,1	4,1	40,8
	Guarda	3	6,1	6,1	46,9
	Leiria	1	2,0	2,0	49,0
	Lisboa	6	12,2	12,2	61,2
	Madeira	1	2,0	2,0	63,3
	Portalegre	2	4,1	4,1	67,3
	Porto	3	6,1	6,1	73,5
	Santarém	4	8,2	8,2	81,6
	Setúbal	2	4,1	4,1	85,7
	Viana do Castelo	3	6,1	6,1	91,8
	Vila Real	1	2,0	2,0	93,9
	Viseu	3	6,1	6,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

Gráfico 2.3 - Distribuição de Frequências por CTer

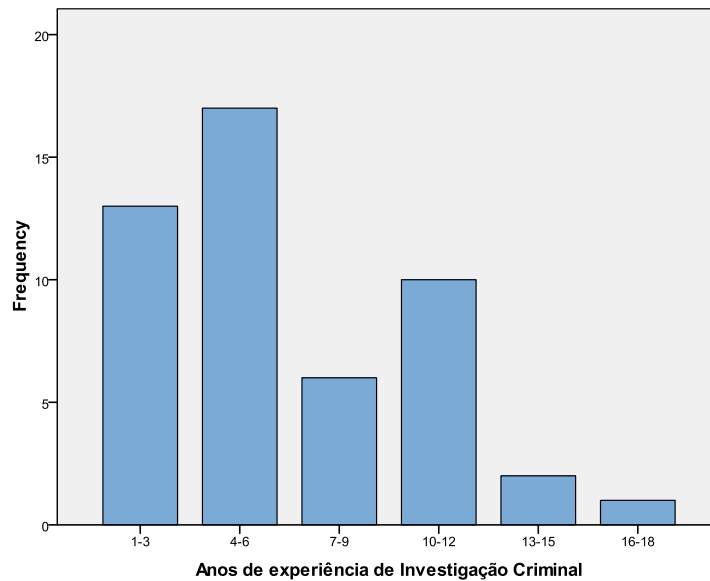


No âmbito da experiência acumulada em funções de IC, a amostra inclui maioritariamente elementos com experiência até 6 anos [30 Chefes de NIC]. Não obstante, na faixa [10-12 anos], a existência de 10 elementos faz com que a média ponderada dos anos de experiência possa ser considerada significativa.

Tabela 2.4 - Distribuição de Frequências por anos de experiência de IC

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	1-3	13	26,5	26,5	26,5
	4-6	17	34,7	34,7	61,2
	7-9	6	12,2	12,2	73,5
	10-12	10	20,4	20,4	93,9
	13-15	2	4,1	4,1	98,0
	16-18	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

Gráfico 2.4 - Distribuição de Frequências por anos de experiência de IC



De seguida, para um detalhe cruzado entre as quatro variáveis independentes, utilizadas no questionário, apresentam-se as *Crosstabulation*, pela ordem e critérios que a seguir se indicam: «Posto - Idade», «Comando Territorial - Anos de Experiência» e «Comando Territorial – Idade».

Tabela 2.5 - *Crosstabulation* «Posto - Idade»

		Idade						Total
		26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	
Posto	Sargento Mor	0	1	0	0	0	0	1
	Sargento Chefe	0	0	0	0	1	0	1
	Sargento Ajudante	0	0	2	3	4	0	9
	1º Sargento	0	5	9	0	0	0	14
	2º Sargento	0	7	0	0	0	0	7
	Cabo-Chefe	0	0	0	0	3	1	4
	Cabo	1	4	1	2	4	0	12
	Guarda	0	0	1	0	0	0	1
	Total	1	17	13	5	12	1	49

Tabela 2.5 - *Crosstabulation* «CTer - Anos de Experiência de IC»

		Anos de Experiência de Investigação Criminal						Total
		01-03	04-06	07-09	10-12	13-15	16-18	
Comando Territorial	Aveiro	0	1	0	1	1	0	3
	Beja	3	0	0	2	0	0	5
	Braga	0	2	0	0	0	0	2
	Bragança	0	0	0	1	0	0	1
	Castelo Branco	1	0	2	0	0	0	3
	Coimbra	1	1	0	0	0	0	2
	Évora	2	0	0	0	0	0	2
	Faro	1	1	0	0	0	0	2
	Guarda	0	0	0	2	1	0	3
	Leiria	0	1	0	0	0	0	1
	Lisboa	0	5	0	1	0	0	6
	Madeira	1	0	0	0	0	0	1
	Portalegre	1	0	0	1	0	0	2
	Porto	1	0	1	1	0	0	3
	Santarém	1	2	0	0	0	1	4
	Setúbal	0	1	0	1	0	0	2
	Viana do Castelo	0	2	1	0	0	0	3
	Vila Real	0	0	1	0	0	0	1
	Viseu	1	1	1	0	0	0	3
	Total	13	17	6	10	2	1	49

Tabela 2.6 - *Crosstabulation* «CTer - Idade»

		Idade						Total
		26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	
Comando Territorial	Aveiro	0	0	1	2	0	0	3
	Beja	0	3	0	1	1	0	5
	Braga	0	2	0	0	0	0	2
	Bragança	0	0	0	0	1	0	1
	Castelo Branco	0	0	1	0	1	1	3
	Coimbra	0	0	1	1	0	0	2
	Évora	0	0	1	1	0	0	2
	Faro	1	1	0	0	0	0	2
	Guarda	0	0	0	0	3	0	3
	Leiria	0	0	0	0	1	0	1
	Lisboa	0	3	2	0	1	0	6
	Madeira	0	0	0	0	1	0	1
	Portalegre	0	2	0	0	0	0	2
	Porto	0	1	2	0	0	0	3
	Santarém	0	0	3	0	1	0	4
	Setúbal	0	1	0	0	1	0	2
	Viana do Castelo	0	1	1	0	1	0	3
	Vila Real	0	1	0	0	0	0	1
	Viseu	0	2	1	0	0	0	3
	Total	1	17	13	5	12	1	49

2.2 INSTRUMENTO

Para a realização da presente investigação procedeu-se à aplicação do inquérito por questionário, em que a resposta a cada item consistiu em assinalar uma posição de importância relativa, tipo escala de Likert, de 5 pontos [1 a 5], em que a pontuação mais alta, «5», corresponderia à opinião sobre alteração de «Totalmente Favorável» e a oposta, «1», de «Totalmente Desfavorável», constante do Anexo A aos Chefes do NIC da amostra supramencionada.

Tabela 2.1 - Escala Tipo Likert de 5 pontos

1	2	3	4	5
Totalmente Desfavorável	Desfavorável	Nem Desfavorável nem Favorável	Favorável	Totalmente Favorável

Para além da aplicação do mencionado inquérito, realizaram-se também dois grupos de entrevistas semi-directivas transcritas nos Anexos E a L, sendo que as três primeiras de carácter geral da RP 2007 e as restantes cinco de carácter específico da IC.

2.3 PROCEDIMENTO

A aplicação dos inquéritos por questionário, realizou-se, via e-mail, sendo para tal, utilizado o programa online *Google Docs*.

Após a recolha dos dados, análise e tratamento quantitativo dos mesmos, foram utilizados os programas *Microsoft Excel 2007* e *SPSS* na sua versão 17.0, para o seu tratamento estatístico, tendo sido efectuada uma análise factorial de Componentes Principais, com rotação *varimax*, e extracção de factores pelo critério de Kaiser (*eigenvalues* > 1). Inicialmente, foi devolvida uma estrutura factorial a 11 factores. Após uma análise à distribuição dos itens por factores, a matriz de associação factorial sugeria uma estrutura entre 3 e 7 factores. Neste sentido, foi forçada, com as mesmas características estatísticas da inicial, uma rotação a 5 factores. Os coeficientes de correlação estão detalhados no Anexo V.

Da estrutura penta-factorial devolvida, com inter-correlações estáveis de saturação unilateral inequívoca, foi retirado o item n.º 13, cuja saturação factorial se revelou desprezível, sendo a sua descrição aquela que a seguir se indica:

Tabela 2.2 - Itens da Estrutura Penta-Factorial obtida [não ordenados por n.º]

Factores	Itens
Factor 1	9; 6; 4; 10; 5; 28; 26; 15; 14; 11; 27; 29; 12
Factor 2	16; 19; 17; 18; 37; 38
Factor 3	34; 35; 33; 36; 32
Factor 4	20; 22; 21; 23; 24; 25; 31
Factor 5	3; 8; 7; 1; 30; 2

Neste contexto, a estrutura penta-factorial foi designada de acordo com as seguintes orientações funcionais:

Tabela 2.3 - Atribuição Nominal Teórica da Estrutura Penta-Factorial obtida

Factores	Designação
Factor 1	Nível Processual Geral
Factor 2	Nível Processual Público
Factor 3	Nível Processual Restrito
Factor 4	Nível Processual Concreto
Factor 5	Nível Processual Misto

Neste enquadramento, impunha-se a necessidade de estudar as características métricas do questionário apresentado à amostra. Assim, as linhas que se seguem debruçam-se sobre 2 dos indicadores relevantes nesta matéria: a validade e a fidelidade.

A validade equivale-se à capacidade do teste para medir um atributo específico. Um teste válido mede aquilo que é suposto medir e permite tomar decisões e predições mais correctas. No entanto, como não existe um índice objectivo para aferir a validade, são necessários vários procedimentos e o cruzamento posterior da informação obtida. É importante notar, também, que a validade diz respeito aos resultados e não ao instrumento

propriamente dito e que os valores obtidos dependem, em parte, de critérios externos, tais como as características da amostra, os procedimentos utilizados, as características dos examinadores, etc. (Erthal, 2007)

A fidelidade identifica-se com a capacidade do teste para medir com exactidão, sendo que esta pode ser condicionada pela diferença de resultados devido a erros de medida ou a erros de constructo. Não obstante, a variabilidade dos resultados deve estar associada ao constructo (comportamento a medir) e não a erros associados à medida: quanto maior for o coeficiente de fidelidade, menor será a influência dos erros de medida. (*ibidem*)

Assim, em relação ao indicador preferencial da fidelidade, o coeficiente *Alpha de Cronbach*, foram obtidos os valores constantes da Tabela 4, de onde se pode inferir que a escala, factorialmente estabilizada, demonstra uma elevada consistência interna. Ainda no âmbito da fidelidade, a consistência dos avaliadores e, naturalmente, a estabilidade temporal não foram avaliadas.

Tabela 2.4 - *Alpha* de Cronbach associado a cada Factor

Scale	Value
Factor 1	0.888
Factor 2	0.845
Factor 3	0.811
Factor 4	0.765
Factor 5	0.740

No que respeita às entrevistas realizadas, procedeu-se à sua transcrição seguida da construção de uma matriz e grelha de análise, a fim de comportarem um tratamento qualitativo, sendo que a todos os entrevistados foi exposto o objectivo do trabalho²⁵, bem como solicitado o seu consentimento que o seu respectivo conteúdo fizesse parte integrante desta investigação.

²⁵ Esta entrevista surge no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, que consagra o término do Curso de Oficiais da GNR formados na AM, subordinado ao tema «A Reforma Penal de 2007: Restrições à Investigação Criminal».

O objectivo desta entrevista é recolher dados, informações sobre o tema supracitado, com incidência na relação temporal antes-após a entrada em vigor da Reforma Penal de 2007.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Em relação aos resultados obtidos, devido à quantidade de informação recolhida, bem como à profundidade do seu conteúdo, nomeadamente o das entrevistas, optou-se pela sua apresentação em sede de Anexos a este trabalho, por três razões principais: clareza, detalhe e lógica do clausulado.

3.1 QUESTIONÁRIOS

O questionário aplicado via *email* a chefes de NIC constitui o Anexo A e os seus resultados constituem os Anexos B e C.

3.2 ENTREVISTAS

Após a transcrição integral²⁶ de cada uma das entrevistas, foi elaborada uma sinopse de análise às respostas, a qual fez corresponder a cada questão um quadro sinóptico²⁷ qualificado com a condensação intencional dirigida ao âmbito do trabalho, não descurando a fidelidade da mesma.

De seguida os quadros sinopse foram alvo de análise, interpretação e discussão, de modo a consignar os aspectos comuns e desviantes.

As entrevistas realizadas de carácter específico sobre a IC²⁸, são constituídas por 11 perguntas, das quais 10 são semi-directivas e qualitativas e a pergunta final directiva e quantitativa, e têm como móbil a validação das hipóteses práticas.

A conjugação do conteúdo destas em conjugação com o conteúdo das entrevistas de âmbito geral sobre a RP 2007 nos Anexos E a G será abordado aquando da discussão de resultados, sendo um importante apoio para as conclusões.

²⁶ Anexos E a L

²⁷ Anexo C

²⁸ Anexos H a L

CAPÍTULO 4 – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Neste Capítulo, «Discussão e Conclusões», assim agrupado por razões de ordem estrutural, expor-se-ão as principais inferências metodológicas, estatísticas e conceptuais, que decantaram da investigação aplicada que subjaz a este Trabalho. Assim, por uma questão de coerência sequencial, analisar-se-á inicialmente a informação resultante dos questionários, em segundo lugar das entrevistas e, por último, apresentar-se-á um quadro-resumo a consubstanciar o entrecruzamento de todos os dados obtidos.

4.1 ANÁLISE FACTORIAL DOS QUESTIONÁRIOS

A análise factorial, da estrutura do questionário aplicado, é uma premissa fundamental à homologação dos resultados dele extraídos. Com efeito, a validação estatística dos itens constitui uma fase do processo cuja importância não permite que seja ultrapassada. Neste sentido, o SPSS representou, naquele âmbito, uma ferramenta imprescindível.

Confirmada a sua adequação estatística aos objectivos da investigação, cruzou-se a sua estrutura factorial com as hipóteses inicialmente propostas para validação. As linhas que se seguem incluem-se nesta perspectiva.

À diferenciação entre os vários níveis processuais correspondeu um critério de objectividade funcional. Com efeito, o grau de relação pragmática entre o Direito Processual e a IC assume intensidades de intervenção variáveis. Foi com base nesse indicador que foram elencados os 5 Níveis Processuais que a seguir se descrevem.

Graficamente, poder-se-á representar a estrutura de 5 Factores da seguinte forma:

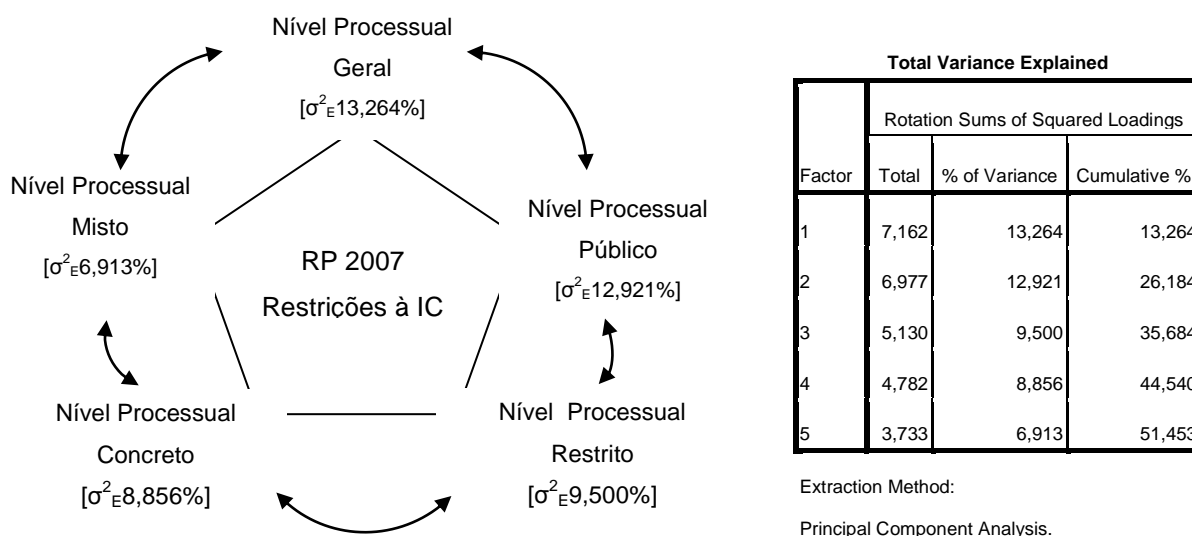


Figura 4. 1 Relação Circular dos Níveis Processuais e Variância Explicada

4.1.1 NÍVEL PROCESSUAL GERAL

Este nível, com 13 itens, enforma os aspectos gerais da RP 2007, e reúne os princípios e normas que dispõem sobre a jurisdição aberta de três pilares importantes: a figura de arguido, a prisão preventiva e a prova e meios de obtenção de prova (mormente no que às escutas telefónicas diz respeito). Com efeito, estas matérias consubstanciam, em grande parte e de forma significativa, material e funcionalmente a RP 2007. Deste contexto, advém o seu carácter geral.

Em termos de resultados, os inquiridos revelaram-se favoráveis às alterações introduzidas, constituindo assim o novo texto legal, na perspectiva da amostra, um facilitador da IC.

Em relação à contribuição para a explicação do modelo, este Factor contribui com 13,264% da variância dos dados.

4.1.2 NÍVEL PROCESSUAL PÚBLICO

Neste estágio, com 6 itens, as matérias relacionam-se sobremaneira com uma «vertente pública» fundada maioritariamente na figura do segredo de justiça e três itens de âmbito global: sobre a percepção geral da RP 2007, processos especiais e prisão preventiva.

Dos resultados extraídos, pode verificar-se uma menor aceitação deste englobamento teórico, havendo um sentimento negativo quanto às melhorias funcionais sobre a IC, que estas vertentes tiveram.

Na verdade, à excepção dos «processos especiais na sua globalidade», todos os outros itens tiveram uma apreciação negativa por parte dos inquiridos pelo que, em termos gerais, se pode concluir sobre a reserva que a amostra evidenciou quanto à vantagem do novo regime jurídico e a sua relação com a IC.

Em relação à contribuição para o modelo, este Factor representa 12,921%.

4.1.3 NÍVEL PROCESSUAL RESTRITO

Este nível representa uma concretização funcional restrita do Processo Penal e, com 5 itens, representa uma maior incidência ao nível dos casos substantivos. Neste capítulo, sobre este nível processual, centrado sobre os processos especiais, a percepção global da amostra é altamente favorável em relação à facilitação legal da IC, o que indicia que, ao nível dos processos sumário, abreviado e sumaríssimo, existe a convicção que o novo diploma trouxe uma mais-valia importante à IC.

Em relação ao modelo na sua globalidade, este Factor contribui com 9,500% da variância explicada.

4.1.4 NÍVEL PROCESSUAL CONCRETO

Este estágio agrupa 7 itens, sendo 6 sobre a prova e meios de obtenção de prova, revelando um carácter concreto da RP 2007. Na verdade, a prova e os meios de obtenção de prova sob o prisma da sua produção de em julgamento, engloba todo o processo de recolha em fase de inquérito, considerando a sua futura produção em audiência de julgamento, havendo-o. Assim, distinguindo, os meios de prova como os elementos de que o julgador se pode servir para formar a sua convicção, e os meios de obtenção de prova como os instrumentos de que se servem as AJ para investigar e recolher meios de prova, sobre esta quase natural e necessária inerência entre todo o processo de recolha da prova e a sua produção em audiência, a amostra entendeu como útil à IC a RP 2007.

Em relação à contribuição para o modelo, este Factor contribui com 8.856%.

4.1.5 NÍVEL PROCESSUAL MISTO

Este conjunto factorial com 6 itens, agrupa uma maior diversidade de processos representando uma vertente residual, mas igualmente importante ao nível global.

Este nível, recebe elementos de outros, englobando matérias de apreciação geral, como a detenção e a constituição de arguido (tratadas no Nível Processual Geral), e mais substantiva como o interrogatório de arguido ao nível do tempo e duração, a detenção fora de flagrante delito e a prova e meios de obtenção de prova, no âmbito da prova digital e outras formas de transmissão de dados por via telemática (fundamentalmente integrada no Nível Processual Concreto).

Em relação às conclusões que se podem extrair das respostas dadas aos questionários nos itens relacionados com este Nível, pode verificar-se que maioritariamente, a amostra é reticente quanto às suas benfeitorias ao nível da IC. Na verdade, a opinião geral, é que, neste contexto, a RP 2007 inclui restrições à IC.

Em relação à contribuição para o modelo, este Factor representa 6,913%.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

O método de recolha de dados por meio de entrevista, encerra sempre um carácter subjectivo que é necessário ponderar aquando da sua análise. No entanto, representa uma das formas mais ricas de recolha de dados, uma vez que permite a sustentação das opiniões bem como o esclarecimento das dúvidas. Neste contexto, apesar de o Tema sugerir alguma abstracção teórica, optou-se por semi-estruturar as entrevistas permitindo uma solução de compromisso entre o tempo, a experiência dos entrevistados e a finalidade da investigação. É neste enquadramento conceptual, que se seguem as entrevistas que a seguir se transcrevem.

4.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 1

A primeira questão obteve uma unanimidade de resposta que versou para a negação da restrição das alterações das sanções penais à IC, emergindo argumentos em que as mesmas constituem uma política criminal na dimensão da execução da pena e que quando esta é aplicada é sinal que a IC está concluída, sendo apontado como facto negativo o de «O indivíduo com certeza reiniciará a actividade ilícita, uma vez existir a sensação de impunidade e elevando na comunidade onde o mesmo se insere o sentimento de insegurança levando a crer que sobre o mesmo não recai qualquer responsabilidade criminal, ou seja que o Estado se inibiu de o punir» ou seja, subsiste agora um «[...] aumento da probabilidade e possibilidade de reincidência e acréscimo de necessidade de intervenção por parte da investigação criminal», não constituindo no entanto, qualquer um deles uma restrição à IC.

4.2.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 2

Relativamente à questão sobre as alterações que a Reforma trouxe ao instituto da liberdade condicional, esta obteve uma unanimidade apontando para uma não restrição à IC, voltando a ser abordado a par da questão anterior, o conceito de política criminal pura, subsistindo mais uma vez o facto de possibilidade de reincidência assim como o seu estrito e isolado relacionamento com o aumento de trabalho da IC.

No entanto, um entrevistado respondeu de forma reservada, argumentando que não o poderia fazer de forma convicta, isto é, não poderia aceitar como válida uma só posição, sem dados concretos para avaliar a alteração.

4.2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 3

Após as duas questões que versaram sobre o CP, esta questão constituiu o início do role de questões mais extensivo sobre o CPP consignado como direito adjectivo.

No que concerne às alterações que a figura da detenção sofreu, há uma divisão de opiniões entre aqueles que defendem os direitos, liberdades e garantias do arguido «[...] estas normas, de certa forma, se subentendem, se impunham e são próprias de um processo novo que aqui acaba por tutelar os direitos do arguido[...]» e aqueles que consideram que as alterações ao nível dos requisitos e validação constituem inevitavelmente uma restrição à IC em termos de celeridade e eficiência policial «[...]estamos aqui perante um subterfúgio legal para usar muitas das vezes de má fé, a bondade da norma [...] dificulta de certa maneira a investigação e pode-se perder muitas vezes uma oportunidade importante de trazer ao processo, alguém que era absolutamente indispensável».

Na questão em análise não se pode portanto, pois não houve consenso nas opiniões, definir e escolher com precisão a resposta em termos absolutos. No entanto, a primazia é dada ao facto de que a constituição de arguido constitui não só uma restrição ao *modus operandi* da IC da Guarda Nacional Republicana, como um obstáculo a sua imagem de proficiência «[...] não só, passa um bocado a imagem de que nós não fazemos o nosso trabalho e passa também um bocado a imagem de que o próprio sistema em si não funciona. O sistema está mais para favorecer quem prevarica, do que as pessoas que vêem o seu património lesado».

4.2.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 4

A figura da constituição de arguido, recolhe da parte dos entrevistados a quase unanimidade de que esta não só não constitui uma restrição como antes pelo contrário, apesar de ser já uma prática intuída na investigação «[...] só ser feita após o cumprimento da maioria das diligências de inquérito», esta alteração traduz-se numa «[...] mais-valia pois é uma forma de evitar desperdícios de trabalho, uma vez que do antecedente, a constituição de arguido implicava algumas *démarses* que agora se obviam com esta situação.» assim como «[...] é também corrigido o livre arbítrio na constituição por parte de quem estava a fazer a investigação», sendo apenas tecida uma crítica a esta figura em termos de mentalidade de actuação, ou seja, «[...] mais vale pecar por excesso do que por defeito. Portanto, à cautela nós não vamos estar logo a montante estar a «matar» aquilo que pode ser eventualmente uma boa investigação, só porque há uma decisão que ali não há prova fundamentada de estarmos em presença de um ilícito criminal».

4.2.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 5

A questão relativa ao interrogatório de arguido, obteve uma resposta consensual de cariz positivo, já que os mesmos consideram que esta não constitui de todo uma restrição à IC, pois repare-se, «[...] não constitui uma verdadeira limitação à actividade de IC. De facto todo o procedimento processual conforma-se a esta norma tendo em conta o lapso de tempo em que pode durar a detenção e os fins que prossegue», «[...] é também corrigido o livre arbítrio na constituição por parte de quem estava a fazer a investigação», «Não causa transtorno para a investigação, até porque tal como vem expresso no art.º 58º só pode ser constituído arguido quando existem fundadas suspeitas, e é prática comum na investigação, a constituição de arguido só ser feita após o cumprimento da maioria das diligências de inquérito», apesar de exigir um cuidado mais atento no que concerne aos novos procedimentos.

4.2.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 6

Relativamente à questão sobre a problemática das medidas de coacção em primeira lugar sob o seu ponto de vista mais periférico e em segundo lugar da prisão preventiva como a alteração mais sentida e profunda, esta obteve uma divisão não só entre as opiniões dos entrevistados como nas suas próprias opiniões.

A posição mais relevante dos entrevistados centra-se no facto de estas alterações não se sentirem na IC em si já que «[...] o indivíduo pode ter uma estrutura organizada de crime, quer na prisão, quer cá fora, mas é mais fácil dar continuidade em casa. Mais fácil é estar em liberdade, a seguir é estar em prisão domiciliária ou regimes assim, o pior é estar lá dentro. Mas não quer dizer que ainda assim não o faça», mas no aumento de trabalho que recai sobre a mesma «[...] não tem um reflexo positivo ou negativo directo, reflecte-se é seguramente no aumento trabalho a realizar pela investigação criminal em virtude de pessoas que sob as quais já existem fortes indícios de conduta criminosa estarem em condições particularmente favoráveis pois encontram-se em liberdade para continuarem essa mesma conduta[...]».

O facto de as alterações decorrentes da reforma, em que coloca a prisão preventiva como medida de coacção de *ultimo ratio* através do aumento do grau de exigência de um dos pressupostos específicos da sua aplicação assim como a genérica diminuição dos prazos de duração máxima da prisão preventiva, acarretou algumas consequências negativas quanto à problemática da protecção da prova, pois repare-se, «Em termos de acesso à prova, alguém que está numa permanência de habitação se quiser continuar a trabalhar, trabalha mais facilmente do que trabalhava se estivesse na prisão. Portanto a continuidade do crime tem mais probabilidade de acontecer [...]»

4.2.7 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 7

De todas as questões analisadas anteriormente, a presente questão é a primeira a confirmar uma restrição à IC, designadamente as alterações trazidas pela Reforma à validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos.

Nesta questão foram adoptadas várias posições. Um entrevistado considerou que estas alterações «[...] não representam dificuldades acrescidas, pelo menos de relevo, na medida em que a própria lei a prevê a possibilidade de consulta dos autos ou de passagem de certidões terá sempre de salvaguardar todos os aspectos relacionados com a protecção da prova, terá também sempre de salvaguardar todos os aspectos relacionados com a protecção de identidades de pessoas envolvidas[...]», outros demonstrou uma resposta mista, em que subdividiu a questão em dois em que a primeira parte não constitui uma restrição «[...] não acho que isso tenha muita relevância para nós porque há sempre (apesar de haver esta regra) situações de inquéritos em investigação que este segredo de justiça

pode vir sempre a ser pedido, mesmo que não esteja abrangido nestes âmbitos que nós falámos, em função de determinadas particularidades. E sempre que essas particularidades estiverem reunidas, normalmente não tem havido grande dificuldade em considerar aquele processo em particular como abrangido pelo segredo de justiça» e a segunda parte em que adoptou a posição oposta afirmando que a mesma constitui uma restrição à IC, os restantes entrevistados consideraram que as alterações que a validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos sofreu com a reforma constitui uma restrição pelo facto de ser necessário um maior sigilo e consequente melhor protecção e preservação da prova, para o bom desenrolar e desenvolvimento da IC.

4.2.8 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 8

Esta questão caracteriza-se pela subdivisão da mesma em três factores de análise, sendo constituído portanto por prova por reconhecimento, revistas e buscas e por fim, escutas telefónicas.

Relativamente ao primeiro factor, este reuniu três consignatários, relacionando o mesmo como não restritivo à IC, argumentando aliás que, «[...] a IC tem que se congratular com um requisito legal de melhoria substancial da qualidade da prova, o qual contribui seguramente para uma maior certeza nas conclusões do inquérito mas sobretudo em julgamento». As argumentações para as duas respostas opostas consubstanciam-se no facto de que «a junção, se autorizada, de fotos de quem participou no reconhecimento pode ser um factor inibidor para a participação do mesmo, não vislumbrando quaisquer vantagem para a diligência em concreto».

Quanto ao segundo factor, este viu reforçado a sua posição de não restrição com o argumento de que agora, «a IC sai claramente reforçada nas condições de eficácia e de celeridade para a descoberta da verdade e compilação da prova», aliado ao facto de que, «caso as diligências não se realizem, poderão ser sempre pedidas prorrogações.». Este factor suscitou também a reacção contrária em que o mesmo faz com que «os investigadores têm que ter mais cuidado porque se não cumprirem dentro do prazo as provas são nulas».

O terceiro e último factor obtiveram com sua defesa o facto de que, «[...] as normas vigentes vêm consignar sobretudo uma maior regulação no acesso e na gestão deste meio de prova. As alterações não implicam em si desvantagens para a IC», tendo no entanto como crítica e apontado como restrição à IC em que, «o prazo de 3 meses implica uma maior aceleração na obtenção de provas».

Em suma e observando no computo geral, os entrevistados favoráveis afirmam que, não foram aplicadas «restrições às investigações, mas sim uma maior disciplina dos actos processuais e da forma como se podem operacionalizar. É evidente que, quanto à investigação, o facto de terem de ser cumpridos prazos e requisitos de dar conhecimento a

entidades externas pode provocar alguns constrangimentos, sobretudo quando o enfoque tem de ser nos suspeitos e não tanto em questões administrativas. Por outro lado, obriga os investigadores a controlarem de uma forma mais apertada a forma como gerem o seu trabalho.». Os entrevistados que criticam estas alterações defendem que, «Estamos perante uma medida restritiva que essencialmente tem como objectivo dizer assim, em termos práticos: Vós polícias, antes de utilizardes as técnicas, os meios que conflituem directamente com os direitos, liberdades e garantias, primeiro fazei todos os trabalhos, preparai-vos para isto».

4.2.9 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 9

A presente questão sobre as alterações que os processos especiais sofreram com a Reforma, obteve uma consonância de respostas entre os entrevistados, em que a sua totalidade apontou para o facto de estas alterações não constituírem uma restrição à IC, pois «[...] é irrelevante pois nessa altura o nosso trabalho está completo», sendo aliás acrescentado factores extremamente positivos como «O indivíduo ao ser julgado, sem que haja sequer instrução da investigação criminal vai proporcionar uma economia de meios à Guarda Nacional Republicana para que pudesse empenhar os meios em razão da necessidade e imperatividade da situação a investigar» e «[...] indirectamente para nós é bom», sendo por isso considerada por todos os entrevistados como das alterações que mais notáveis positivamente para IC.

4.2.10 ANÁLISE DE CONTEÚDO DA QUESTÃO N.º 10

A última questão, caracterizou-se pela intenção de aferir quantitativamente a opinião geral de cada entrevistado relativamente à RP 2007 como um todo.

Nesta problemática foi possível identificar três posições quanto ao carácter das respostas obtidas.

A primeira posição, e começando pela mais negativista, em que um entrevistado deu nota 1 à reforma alegando que o «[...] excesso de burocracia retira os militares de investigação do local de trabalho, «rua», levando a que os mesmos sejam mais administrativos do que operacionais».

A segunda posição, adoptada por 2 entrevistados que deram nota 2 à reforma, continuando a par do entrevistado anterior, apesar de em menor grau, nota negativa (desfavorável), arguindo a posição escolhida «Pelo alcance e não aplicação dos processos especiais (solução para a não operacionalidade, não actuação em tempo e não visibilidade da aplicação da justiça), pois o alcance traduz-se num alívio da sanção, do sentimento sancionatório.» e ainda, «[...]Em relação aos aspectos dos direitos, liberdades e garantias ou melhor aos aspectos de direitos do arguido, em sentido estrito[...]» contrapondo com

«[...]situações que manifestamente vão ser empregues como medidas dilatórias [...] tais como os prazos, a publicidade do inquérito [...]».

A terceira e última posição, caracteriza-se pela atribuição de nota 3 (nem desfavorável nem favorável), adoptada pelos restantes 2 entrevistados em que os mesmos utilizam como argumentação o facto de que tem [...] havido alguma resposta ao nível das autoridades, quer do MP, em conjugação connosco, o que temos, no âmbito de alguns inquéritos, tem-se feito algumas detenções fora de flagrante delito no âmbito desta criminalidade. Ou seja, não vamos dizer agora que isto veio estragar tudo e que o que era possível dantes não é agora. Isso não é verdade. Há aspectos positivos e há aspectos negativos, sendo que normalmente estas alterações quando são feitas, raramente são para beneficiar as autoridades judiciais e nós, OPC. Normalmente vai sempre um bocado de encontro àquilo que são as medidas de protecção do arguido, direitos, liberdades e garantias, direitos fundamentais, etc. e os nossos ficam sempre para segundo plano nesse aspecto. Porque considera-se sempre que a parte debilitada neste sistema é sempre o arguido, que é privado da liberdade, que vê os seus direitos limitados.» e que portanto pela ordem de ideias, a nota 3 «É a nota do equilíbrio entre as alterações favoráveis e as desfavoráveis trazidas pela Reforma».

4.3 CONCLUSÕES

A IC, fundamentalmente destinada à descoberta da autoria e materialidade do delito, ocupa, hoje, um espaço na discussão jurídico-criminal que empreende a obrigação de colocar ao dispor de todos aqueles cujas funções passam por essas matérias, uma consciencialização funcional do conteúdo dos novos textos legislativos.

Com efeito, a IC assume-se como um instrumento de defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e incrementa-se na ancoragem da prevenção criminal e da conquista de um processo penal democrático, cujos valores da justiça, da boa fé e da liberdade sejam guias para todos os operadores judiciais. A RP 2007, equivalendo-se à revisão dos CP e CPP, com entrada em vigor a 15 de Setembro de 2007, insere-se nesta visão de cidadania.

Neste sentido, e apesar da RP 2007, enquadrada no Pacto da Justiça celebrado entre o PS e o PSD, ter tido na constituição da UMRP a participação de representantes das magistraturas, dos advogados, das polícias e do meio académico, têm sido muitas as críticas, umas fundadas, outras ligeiras e algumas apenas decorrentes de opiniões políticas. Nas palavras de Maria José Morgado, em entrevista recente à RTP, «a criminalidade é um fenómeno que veio para ficar e para ser combatido», adiantando, no entanto, que existe «uma certa desadequação da lei processual em relação às necessidades de combate ao crime». Não obstante, a RP 2007 constitui o diploma legal actualmente em vigor e, assim, é sobre ele que a legalidade judicial e a igualdade de justiça, se devem, de facto, extrair.

Também é certo que as mudanças enformam comumente períodos de transição de duração variável e as perspectivas sobre o seu «balanço» variam muito segundo as crenças pessoais, as experiências passadas, as vivências culturais, a própria idiossincrasia social, dentre outros factores. No entanto, de uma forma geral, a mudança assume-se consensualmente como uma linha positiva da evolução social. Face ao que antecede, este trabalho debruçou-se particularmente sobre a percepção, positiva, negativa ou indiferente, que pessoas ligadas a estas matérias, de indiscutível valor profissional, têm sobre o efeito, restritivo ou não, que a RP 2007 teve sobre a IC.

Nesta linha, a aplicação de questionários, bem como as entrevistas, excelentes meios para a produção de informação em investigação aplicada, constituíram instrumentos de recolha de dados muito ricos, não só pelo valor do seu conteúdo, mas também pela *bird view* que permitiram retirar.

Em resumo, poder-se-á concluir que, *lato sensu*, existe um sentimento positivo quanto às alterações introduzidas pela RP 2007, ao nível da Investigação Criminal, sendo que, naturalmente, a dinâmica das sociedades tende sempre a evoluir para modelos sociais mais ajustados.

Por último, resta acrescentar que este trabalho de investigação, ao invés de se considerar estanque, alarga os horizontes para outras matérias correlatas, das quais releváramos parâmetros de qualidade de vida como a paz social, o sentimento de segurança, a ausência de medo social, etc. Na verdade, as relações recíprocas de interacção que surgem entre estas matérias, representam, muitas vezes, aqueles pequenos caminhos que a Humanidade percorre na busca da verdadeira essência do Homem: o da felicidade de cada um.

O quadro que se segue, encerra este Capítulo.

Quadro 4.1 Resumo da Validação das Hipóteses

	Entrevistas	Questionários	Validação
H1	+	ND	<u>Validada</u>
H2	+	ND	<u>Validada</u>
H3	-	-	<u>Refutada</u>
H4	+	-	<u>Parcialmente Validada</u>
H5	+	+	<u>Validada</u>
H6	-	-	<u>Refutada</u>
H7	-	-	<u>Refutada</u>
H8	+	+	<u>Validada</u>
H9	+	+	<u>Validada</u>

+ Não restringe a IC
 - Restringe a IC
 ND Não Disponível

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar (2008), *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa: s.e.
- Andrade, M., (2008), *Jornadas de Direito Processual Penal - O novo Código de Processo Penal*. Coimbra: Almedina
- Eco, U. (1998), *Como se faz uma Tese em Ciência Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Erthal, T. C. (2007) (2.^a ed.), *Manual de Psicometria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Fernandes, P. C. (Número 9 de 2008), *Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal*. Lisboa: Almedina
- Fortin, M. F. (1999), *O Processo de Investigação*. Loures: Lusociência
- Guarda Nacional Republicana (1996), *Manual de Operações – Volume I*. Lisboa: CEGRAF/GNR
- Luís Frutuoso, M. L. (2008) (2.^a ed.), *Análise de Dados com SPSS - Primeiros Passos*. s.l.:Escolar Editora
- Mata-Mouros, F. (Janeiro-Abril de 2007), *Revista Julgar, Debate sobre a Reforma Penal*. Lisboa: s.e.
- Mendes, P. S. (2007), *Apontamentos Direito de Processo Penal*. Lisboa: s.e.
- Moutinho, L., (2000), *Arguido e Imputado no Processo Penal Português*. Lisboa: Universidade Católica Editora
- Pasquali, L., (2003) (1.^a ed), *Psicometria*. Petropolis: Editora Vozes
- Pedrosa, S. (1997), *Direito Penal*. Lisboa: Centro de Recursos Didáticos e Audiovisuais da Polícia Judiciária.
- Pereira, R. (2006), *Conferência sobre a Revisão do Código Penal*. (pp. 1-3). Lisboa: Universidade Lusíada Editora
- Pereira, R. (Janeiro-Abril de 2007), *Revista Julgar - Debate sobre a Reforma Penal*. Lisboa:s.e.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008) (5.^a ed.), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Santos, B. S. & VV.AA (2008), *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

Santos, V. S. (Número 9 de 2008), *Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal*. Lisboa: Almedina

Sarmiento, M. (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, M. R., & Galvão, S. (2000), *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Lex.

Sousa Santos, B. et al. (2008), *Monitorização da Reforma Penal – Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: Faculdade de Economia.

Valente, M. M. (2003), *Regime Jurídico da Investigação Criminal*. Coimbra:Almedina.

Vargues, A. (Número 8 de 2008), *Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*. Lisboa: Almedina.

LEGISLAÇÃO: RECENSEAMENTO SUMÁRIO

Despacho n.º 234/2008 de 7 de Novembro - Acta DIAP e Procuradoria-Geral de Lisboa

Lei n.º 98/X - Aprova a alteração do Código Penal

Lei n.º 109/X - Aprova a alteração do Código de Processo Penal

Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto - Código de Processo Penal

Lei n.º 51/2007, de 31 de Agosto - Lei Quadro de Política Criminal

Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro - Código Penal

Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto - Lei de Organização da Investigação Criminal

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro - Lei Orgânica Da Guarda Nacional Republicana

SITES DA INTERNET

<http://www.vlex.pt>

<http://www.mai.gov.pt/>

<http://www.mj.gov.pt>

DOCUMENTOS ON-LINE:

Rangel, R., 2008, Janeiro 24). In Reforma Penal. *Correio da manhã*. Consultado em 17 Fevereiro de 2009 de www.correiodamanha.pt

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CHEFES DE NIC



Questionário

Reforma Penal 2007

– Impacte na Investigação Criminal –



Este questionário surge no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, que consagra o término do Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana formados na Academia Militar, subordinado ao tema «A Reforma Penal de 2007: Restrições à investigação Criminal».

O objectivo deste questionário é recolher dados relativos às alterações trazidas à Investigação Criminal com a Reforma Penal de 2007, sendo para isso inquirido a totalidade da população, mais concretamente Chefes de Núcleos de Investigação Criminal na Guarda Nacional Republicana.

O questionário é confidencial, anónimo e tem curta duração.

INSTRUÇÕES

Seleccionar a opção que mais se adequa, na sua opinião, à questão colocada.

1	2	3	4	5
Totalmente Desfavorável	Desfavorável	Nem Desfavorável nem Favorável	Favorável	Totalmente Favorável

Por favor responda a todas as questões. A sua opinião é fundamental para os resultados deste estudo.

Obrigado pela sua colaboração

Ricardo Silva

Aspirante GNR

* **Necessário**

Posto *

Idade *

Comando Territorial *

Unidade *

Anos de experiência de Investigação Criminal *

- 1. Detenção** - Fora de flagrante delito* A detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do MP, quando houver fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria espontaneamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado (novo requisito)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 2. Detenção** - Flagrante delito* Em processo sumário, se a apresentação ao juiz não tiver lugar em acto seguido à detenção, o arguido só continua detido se houver razões para crer que não se apresentaria espontaneamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado (novo requisito)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 3. Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que A DETENÇÃO NA SUA GLOBALIDADE sofreu, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável.***

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 4. Constituição de Arguido*** É obrigatória a constituição de arguido logo que, correndo inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada (novo requisito) da prática de crime, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal; tenha de ser aplicada a qualquer pessoa uma medida de coacção ou de garantia patrimonial; um suspeito for detido, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 254.º a 261.º; ou for levantado auto de notícia que dê uma pessoa como agente de um crime e aquele lhe for comunicado, salvo se a notícia for manifestamente infundada

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 5. Constituição de Arguido*** A constituição de arguido feita por órgão de polícia criminal é comunicada à autoridade judiciária no prazo de 10 dias e por esta apreciada, em ordem à sua validação, no prazo de 10 dias

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 6. Constituição de Arguido*** A não validação da constituição de arguido pela autoridade judiciária não prejudica as provas anteriormente obtidas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 7. Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que a CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO NA SUA GLOBALIDADE sofreu, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável.***

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 8. Interrogatório de arguido** (tempo e duração do interrogatório de arguido)* O interrogatório de arguido não pode ser agora efectuada entre as 0 e as 7 horas, salvo em acto seguido à detenção, nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa, ou quando o próprio arguido o solicite

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 9. Interrogatório de arguido** (tempo e duração do interrogatório de arguido)* O interrogatório de arguido tem agora a duração máxima de quatro horas, podendo ser retomado, em cada dia, por uma só vez e idêntico prazo máximo, após um intervalo mínimo de sessenta minutos

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 10. Interrogatório de arguido - Primeiro interrogatório não judicial *** Obrigatoriedade de assistência do arguido por defensor

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 11. Interrogatório de arguido - Primeiro interrogatório não judicial *** Prestação de informação ao arguido dos direitos que lhe assiste, dos motivos da detenção, dos factos que lhe são concretamente imputados, incluindo, sempre que forem conhecidas, as circunstâncias de tempo, lugar e modo e dos elementos do processo que indiciam os factos imputados, sempre que a sua comunicação não puser em causa a investigação, não dificultar a descoberta da verdade nem criar perigo para a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade dos participantes processuais ou das vítimas do crime, ficando tais informações a constar do auto de interrogatório (mais informação)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 12. Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que o INTERROGATÓRIO DE ARGUIDO NA SUA GLOBALIDADE sofreu, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável. ***

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 13. Medidas de coacção - Prisão preventiva *** Aplicabilidade a casos em que haja fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos (invés dos 3 anos anteriores) ou de crime doloso de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 14. Medidas de coacção - Prisão preventiva *** Reapreciação pelo juiz de três em três meses e quando no processo forem proferido despacho de acusação ou de pronúncia ou decisão que conheça, a final, do objecto do processo e não determine a extinção da medida aplicada

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 15. Medidas de coacção - Prisão preventiva *** Prisão preventiva extingue-se quando, desde o seu início, tiverem decorrido: a) 4 meses sem que tenha sido deduzida acusação; b) 8 meses sem que, havendo lugar a instrução, tenha sido proferida decisão instrutória; c) 1 ano e 2 meses sem que tenha havido condenação em 1.ª instância; d) 1 ano e seis meses sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado. Possibilidade de elevação daqueles prazos, respectivamente, para 6 meses, 10 meses, 1 ano e seis meses e 2 anos, para certo tipo de crimes, ou para 12 meses, 16 meses, 2 anos e 6 meses e 3 anos e 4 meses, para certo tipo de crimes e o quando o procedimento se revelar de excepcional complexidade (os tempos foram encurtados)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 16. Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que as MEDIDAS DE COACÇÃO - PRISÃO PREVENTIVA sofreu, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável. ***

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 17. Validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos** (regime-regra) O processo é público em qualquer fase. Excepções: a) O juiz de instrução pode, mediante requerimento [...] e ouvido o MP, determinar, por despacho irrecorrível, durante a fase de inquérito, o segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles [...]. b) O MP pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, sempre que entenda que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justificam; esta decisão está sujeita a validação pelo juiz de instrução

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 18.** Validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos (publicidade interna) * Durante o inquérito, o arguido, o assistente, o ofendido, o lesado e o responsável civil podem consultar, mediante requerimento, o processo ou elementos dele constantes, bem como obter os correspondentes extractos, cópias ou certidões, salvo quando, estando o processo em segredo de justiça, o Ministério Público a isso se opuser por considerar que pode prejudicar a investigação ou os direitos dos participantes processuais ou das vítimas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 19.** Validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos (publicidade interna) * Findos os prazos de duração máxima do inquérito (art. 276.º), o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos de processo que se encontre em segredo de justiça, salvo se o juiz de instrução determinar, a requerimento do Ministério Público, que o acesso aos autos seja adiado por um período máximo de três meses, o qual pode ser prorrogado, por uma só vez, quando estiver em causa a criminalidade a que se referem as alíneas i) a m) do artigo 1.º, e por um prazo objectivamente indispensável à conclusão da investigação

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 20.** Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que a **VALIDAÇÃO DO SEGREDO DE JUSTIÇA, PRORROGAÇÃO E ADIAMENTO DE ACESSO AOS AUTOS NA SUA GLOBALIDADE** sofreram, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável. *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 21.** A prova e os meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento * Quem participar no processo reconhecimento, se a isso consentir, são fotografadas e as suas fotografias juntas aos autos

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 22.** A prova e os meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento * O reconhecimento por fotografia, filme ou gravação realizados no âmbito da investigação criminal só pode valer como meio de prova quando for seguido do reconhecimento presencial

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 23.** A prova e os meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento * O reconhecimento que não obedecer à tramitação prevista para a sua realização não tem valor como meio de prova, seja qual for a fase do processo em que ocorrer (segunda parte nova)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 24.** A prova e os meios de obtenção de prova – Revistas e buscas * Prazo de validade de 30 dias do despacho que ordena ou autoriza a revista ou busca (anteriormente não havia prazo)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 25.** A prova e os meios de obtenção de prova – Revistas e buscas * Possibilidade de realização de buscas domiciliárias entre as 21 horas e as 7 horas nos casos de terrorismo ou criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada; consentimento do visado; ou flagrante delito pela prática de crime punível com pena de prisão superior, no seu máximo, a 3 anos (anteriormente não era possível)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 26.** A prova e os meios de obtenção de prova – Escutas telefónicas (Admissibilidade) * Autorização quando haja razões para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria, de outra forma, impossível ou muito difícil de obter

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 27.** A prova e os meios de obtenção de prova – Escutas telefónicas (Admissibilidade) * Apenas podem ser autorizadas contra o suspeito ou arguido; pessoa que sirva de intermediário, relativamente à qual haja fundadas razões para crer que recebe ou transmite mensagens destinadas ou provenientes de suspeito ou arguido; ou vítima de crime, mediante o respectivo consentimento, efectivo ou presumido; atribuição da competência ao Supremo Tribunal de Justiça para autorização de intercepção, gravação e transcrição de comunicações em que intervenham o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República ou o Primeiro-ministro (anteriormente não havia delimitação)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 28.** A prova e os meios de obtenção de prova – Escutas telefónicas (Admissibilidade) * Autorização por um prazo máximo de três meses, renovável por períodos sujeitos ao mesmo limite (anteriormente não havia delimitação)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 29.** A prova e os meios de obtenção de prova – Escutas telefónicas (Formalidades) * OPC elabora auto e relatório no qual indica as passagens relevantes, descreve de modo sucinto o respectivo conteúdo e explica o seu alcance para a descoberta da verdade. OPC leva ao conhecimento do MP de 15 em 15 dias a partir do início da primeira intercepção. MP leva ao conhecimento do juiz no prazo máximo de 48 horas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 30.** A prova e os meios de obtenção de prova - Prova digital e outras formas de transmissão de dados por via telemática * Extensão do regime previsto para as escutas telefónicas a outras conversações ou comunicações transmitidas por qualquer meio diferente do telefone, submetendo a este regime também as informações guardadas em suporte digital

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 31.** Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que a PROVA E OS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA NA SUA GLOBALIDADE sofreram, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável. *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 32.** Processos especiais - Sumário * Aplicável a casos de detenção em flagrante delito, por crime punível com prisão não superior a 5 anos (invés dos 3 anos anteriores)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 33.** Processos especiais - Sumário * Admite-se que a detenção tenha sido efectuada por qualquer pessoa quando, num prazo que não exceda 2 horas, o detido tenha sido entregue à autoridade judiciária ou à entidade policial

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 34.** Processos especiais - Abreviado * Considera-se que há provas simples e evidentes quando o agente tiver sido detido em flagrante delito, mas o julgamento não se puder efectuar sob a forma sumária; quando a prova for essencialmente documental e puder ser recolhida no prazo previsto para a dedução da acusação; ou quando a prova assentar em testemunhas presenciais com versão uniforme dos factos

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 35.** Processos especiais - Abreviado * Introdução de um prazo de 90 dias, a contar da dedução da acusação, para se iniciar audiência de julgamento

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 36.** Processos especiais - Sumaríssimo * Aplicável a crimes puníveis com prisão não superior a 5 anos ou só com pena de multa (invés dos 3 anos anteriores)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 37.** Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que OS PROCESSOS ESPECIAIS NA SUA GLOBALIDADE sofreram sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável. *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 38.** CLASSIFIQUE DE 1 (UM) A 5 (CINCO) A REFORMA PENAL NA SUA GLOBALIDADE, SENDO QUE AO 1 (UM) CORRESPONDE TOTALMENTE DESFAVORÁVEL E AO 5 (CINCO) CORRESPONDE TOTALMENTE FAVORÁVEL. *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

ANEXO B - RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS²⁹

Gráfico B.1 - Detenção



Gráfico B.2 - Detenção 2

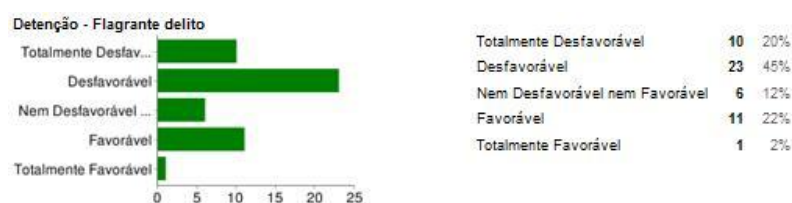


Gráfico B.3 - Detenção 3

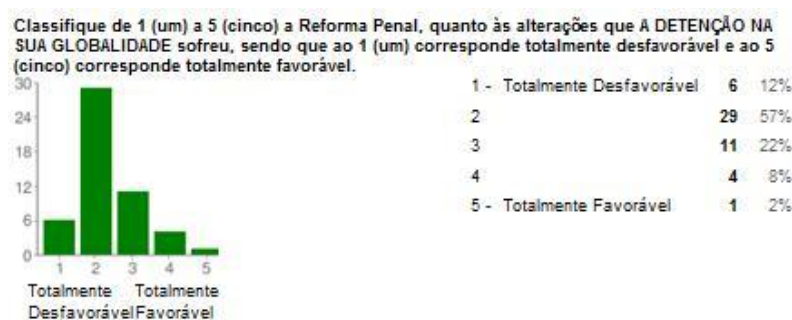


Gráfico B.4 - Constituição de Arguido

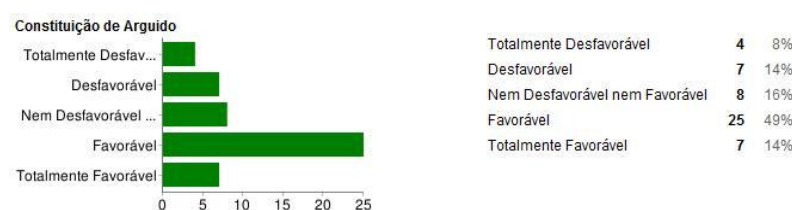


Gráfico B.5 - Constituição de Arguido 2

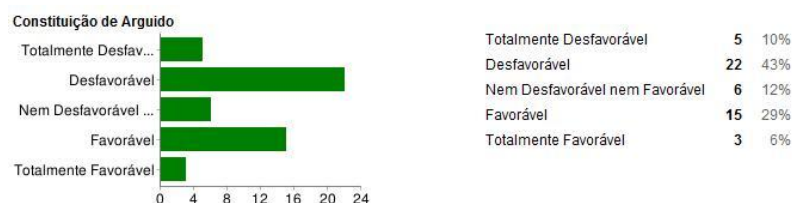
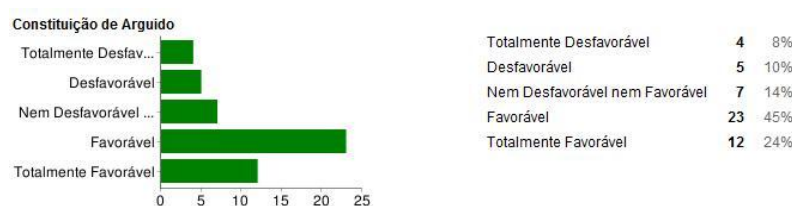


Gráfico B.6 - Constituição de Arguido 3



²⁹ Fonte: Google Docs

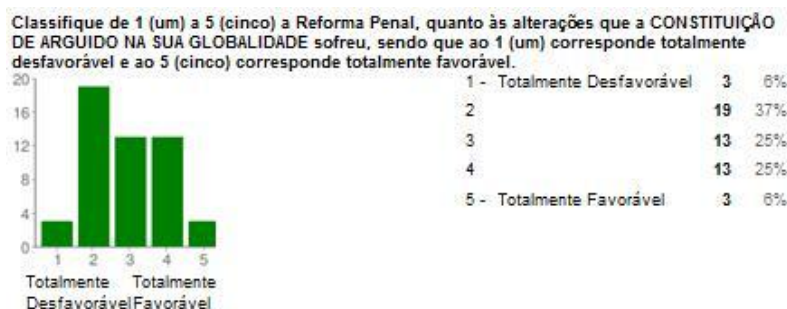
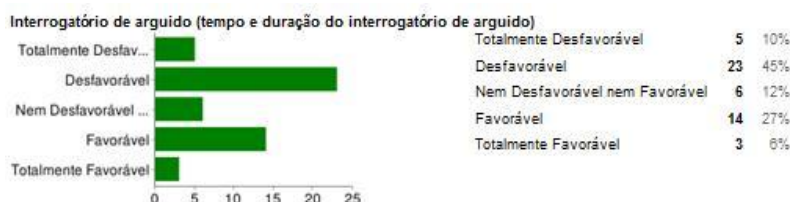
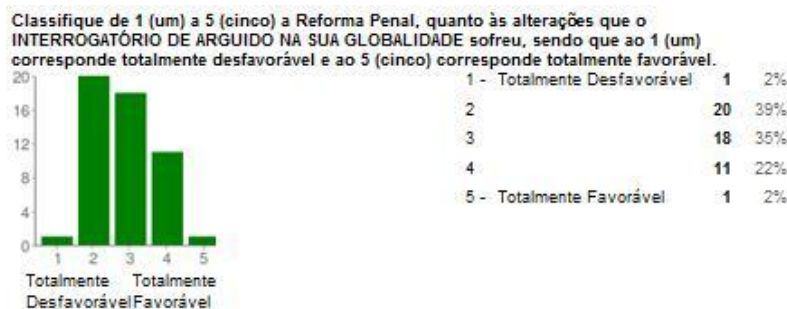
Gráfico B.7 - Constituição de Arquido 4**Gráfico B.8 - Interrogatório Arquido****Gráfico B.9 - Interrogatório Arquido 2****Gráfico B.10 - Interrogatório Arquido 3****Gráfico B.11 - Interrogatório Arquido 4****Gráfico B.12 - Interrogatório Arquido 5**

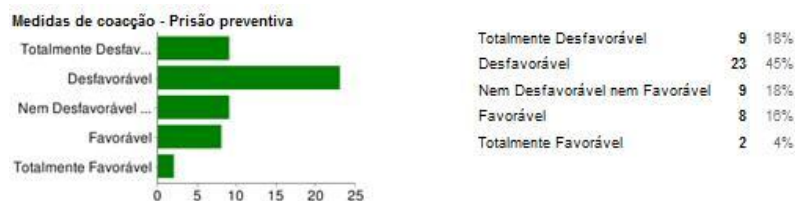
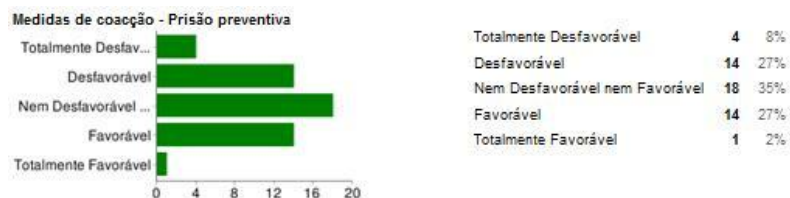
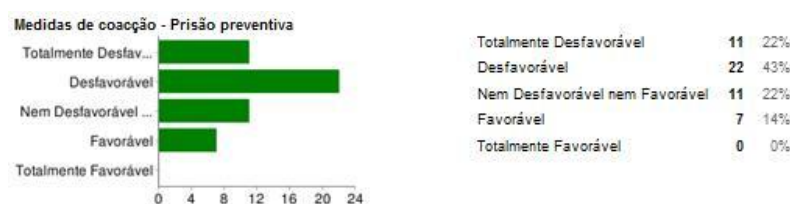
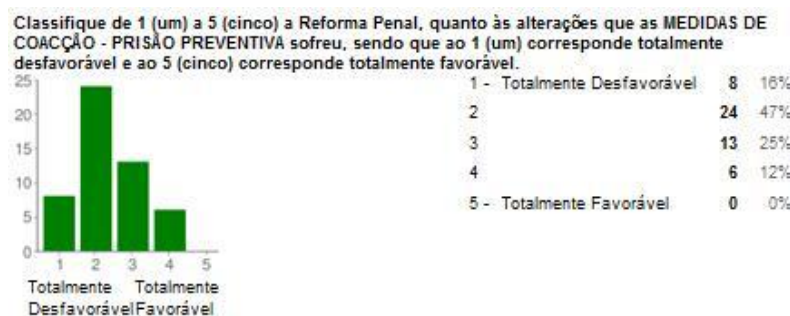
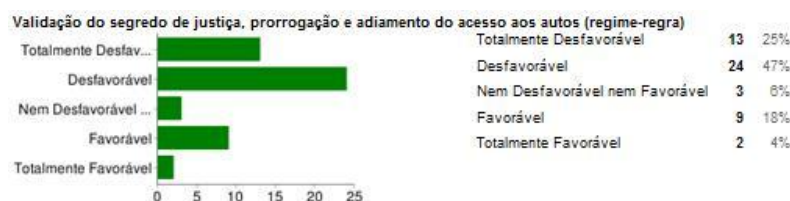
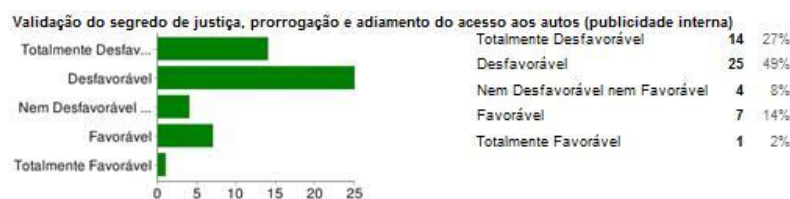
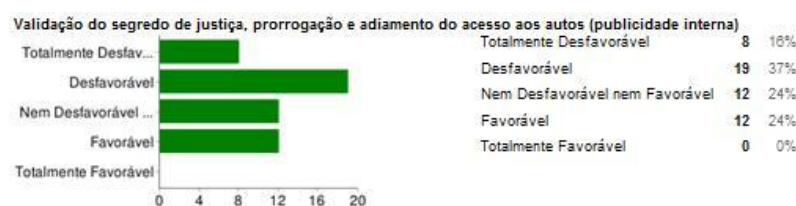
Gráfico B.13 - Prisão Preventiva**Gráfico B.14 - Prisão Preventiva 2****Gráfico B.15 - Prisão Preventiva 3****Gráfico B.16 - Prisão Preventiva 4****Gráfico B.17 - Segredo Justiça****Gráfico B.18 - Segredo Justiça 2****Gráfico B.19 - Segredo Justiça 3**

Gráfico B.20 - Segredo Justiça 4

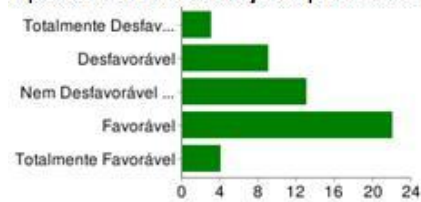
Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal, quanto às alterações que a VALIDAÇÃO DO SEGREDO DE JUSTIÇA, PRORROGAÇÃO E ADIAMENTO DE ACESSO AOS AUTOS NA SUA GLOBALIDADE sofreram, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente desfavorável e ao 5 (cinco) corresponde totalmente favorável.



1 - Totalmente Desfavorável	4	8%
2	24	47%
3	15	29%
4	7	14%
5 - Totalmente Favorável	1	2%

Gráfico B.21 - Obtenção Meios de Prova

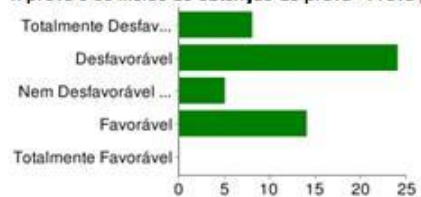
A prova e os meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento



Totalmente Desfavorável	3	8%
Desfavorável	9	18%
Nem Desfavorável nem Favorável	13	25%
Favorável	22	43%
Totalmente Favorável	4	8%

Gráfico B.22 - Obtenção Meios de Prova 2

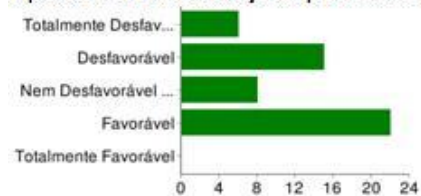
A prova e os meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento



Totalmente Desfavorável	8	16%
Desfavorável	24	47%
Nem Desfavorável nem Favorável	5	10%
Favorável	14	27%
Totalmente Favorável	0	0%

Gráfico B.23 - Obtenção Meios de Prova 3

A prova e os meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento



Totalmente Desfavorável	6	12%
Desfavorável	15	29%
Nem Desfavorável nem Favorável	8	16%
Favorável	22	43%
Totalmente Favorável	0	0%

Gráfico B.24 - Obtenção Meios de Prova 4

A prova e os meios de obtenção de prova - Revistas e buscas



Totalmente Desfavorável	7	14%
Desfavorável	22	43%
Nem Desfavorável nem Favorável	11	22%
Favorável	8	16%
Totalmente Favorável	3	6%

Gráfico B.25 - Obtenção Meios de Prova 5

A prova e os meios de obtenção de prova - Revistas e buscas



Totalmente Desfavorável	2	4%
Desfavorável	2	4%
Nem Desfavorável nem Favorável	4	8%
Favorável	25	49%
Totalmente Favorável	18	35%

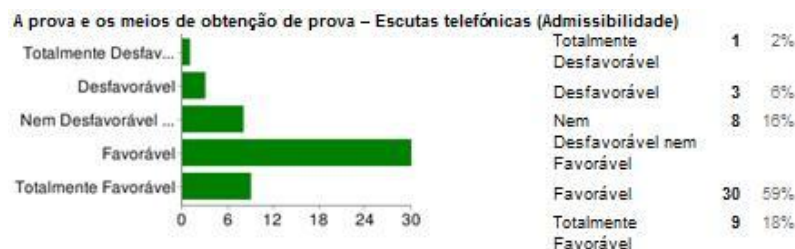
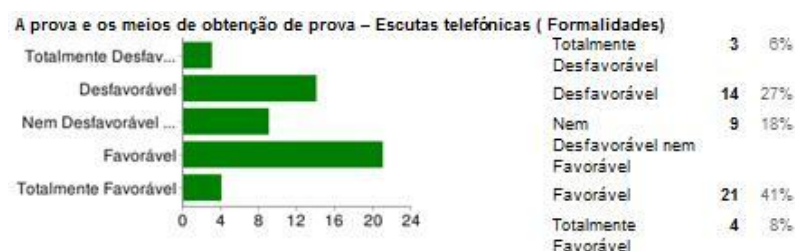
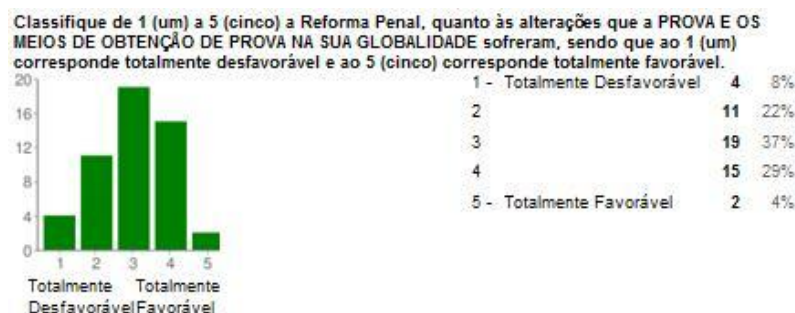
Gráfico B.26 - Obtenção Meios de Prova 6**Gráfico B.27 - Obtenção Meios de Prova 7****Gráfico B.28 - Obtenção Meios de Prova 8****Gráfico B.29 - Obtenção Meios de Prova 9****Gráfico B.30 - Obtenção Meios de Prova 10****Gráfico B.31 - Obtenção Meios de Prova 11**

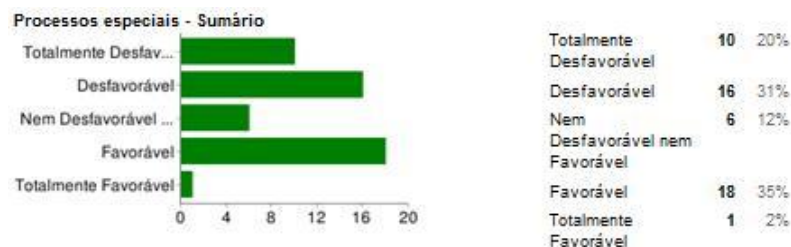
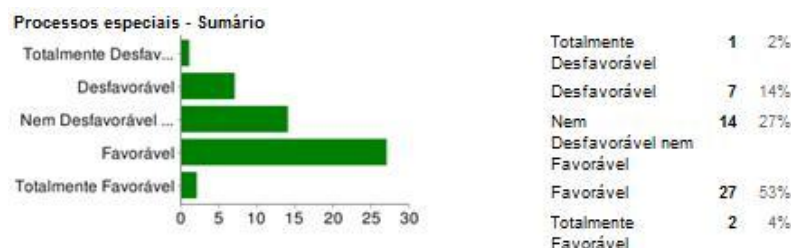
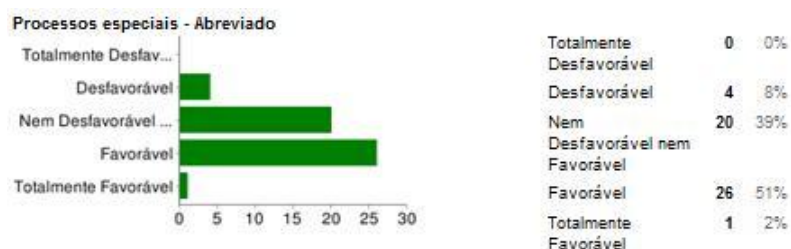
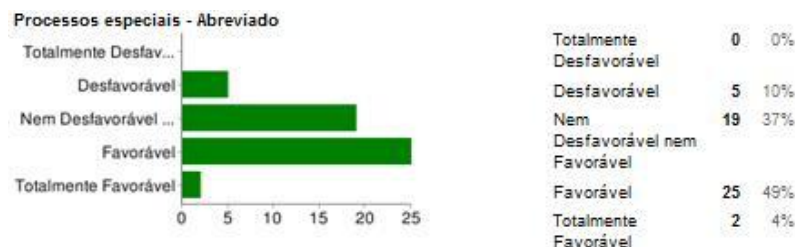
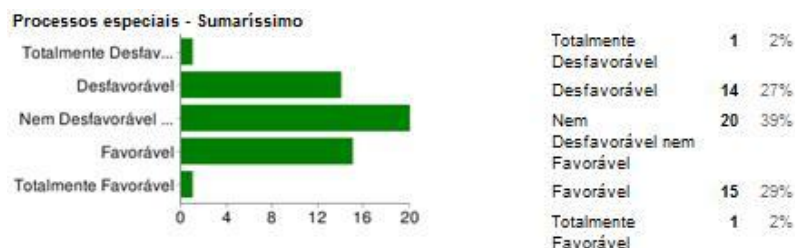
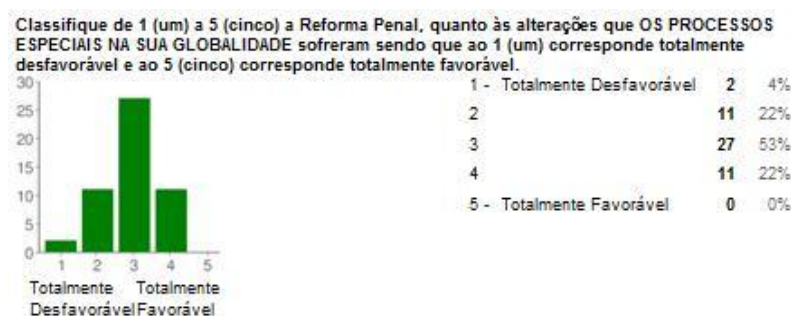
Gráfico B.32 - Processos Especiais**Gráfico B.33 - Processos Especiais 2****Gráfico B.34 - Processos Especiais 3****Gráfico B.35 - Processos Especiais 4****Gráfico B.36 - Processos Especiais 5****Gráfico B.37 - Processos Especiais 6**

Gráfico B.38 - Reforma na Globalidade

CLASSIFIQUE DE 1 (UM) A 5 (CINCO) A REFORMA PENAL NA SUA GLOBALIDADE, SENDO QUE AO 1 (UM) CORRESPONDE TOTALMENTE DESFAVORÁVEL E AO 5 (CINCO) CORRESPONDE TOTALMENTE FAVORÁVEL.



1 - Totalmente Desfavorável	3	8%
2	37	73%
3	9	18%
4	2	4%
5 - Totalmente Favorável	0	0%

ANEXO C - RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS | NÍVEIS PROCESSUAIS³⁰

1. Nível Processual Geral

Gráfico C.4 - Constituição de Arquido

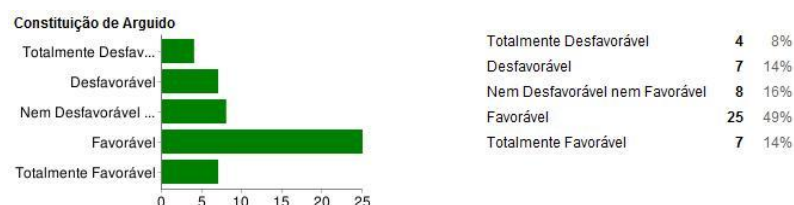


Gráfico C.5 - Constituição de Arquido 2

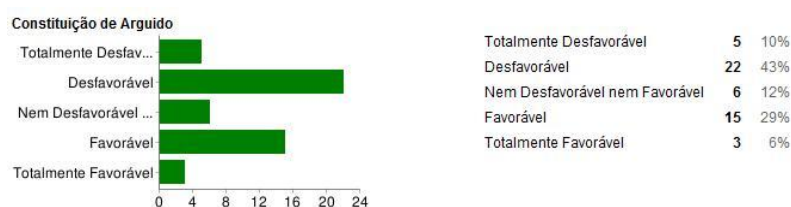


Gráfico C.6 - Constituição de Arquido 3

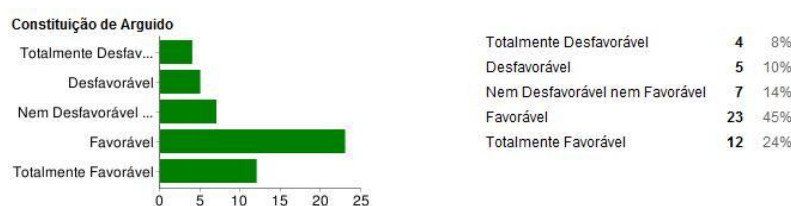


Gráfico C.9 - Interrogatório Arquido 2



Gráfico C.10 - Interrogatório Arquido 3



³⁰ Fonte: Google Docs

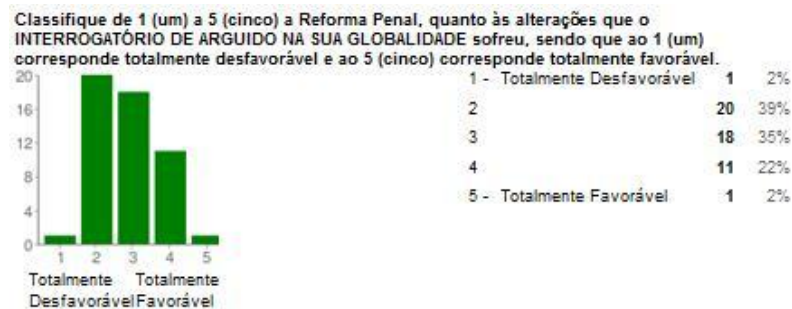
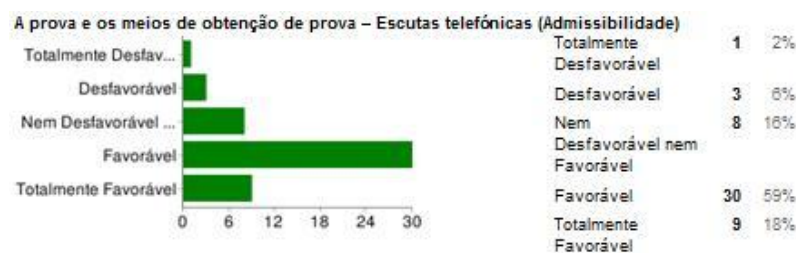
Gráfico C.11 - Interrogatório Arguido 4**Gráfico C.12 - Interrogatório Arguido 5****Gráfico C.14 - Prisão Preventiva 2****Gráfico C.15 - Prisão Preventiva 3****Gráfico C.26 - Prisão Preventiva 4****Gráfico C.27 - Obtenção Meios de Prova 7**

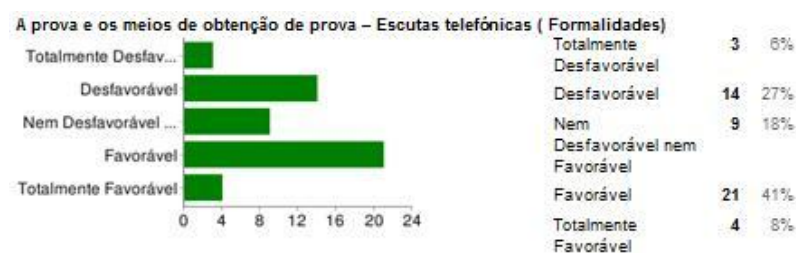
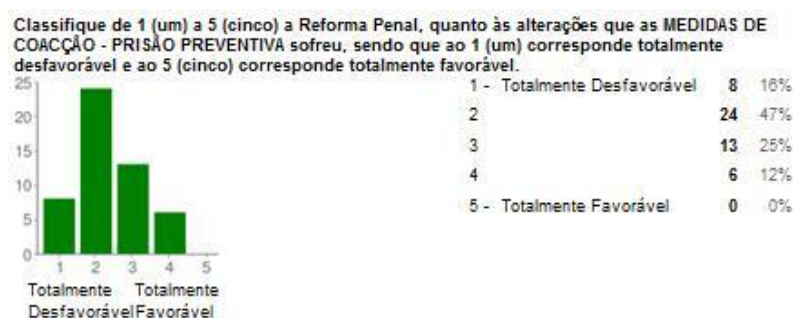
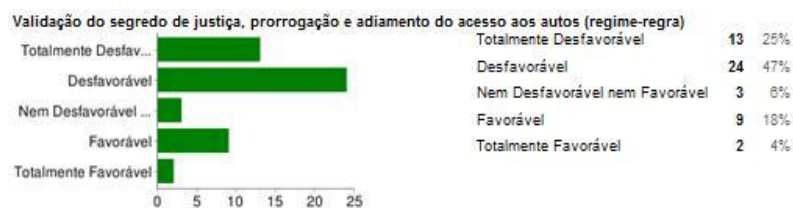
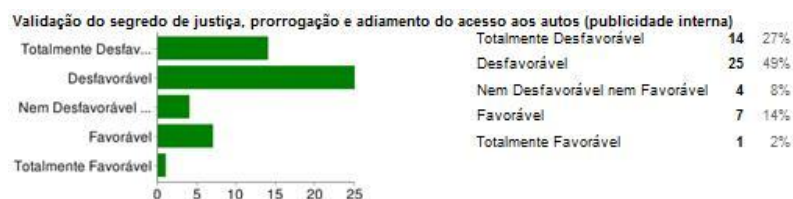
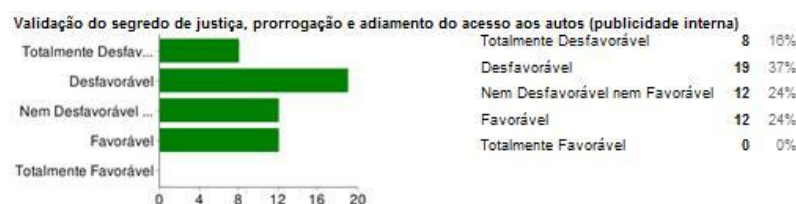
Gráfico C.28 - Obtenção Meios de Prova 8**Gráfico C.29 - Obtenção Meios de Prova 9****2. Nível Processual Público****Gráfico C.16 - Prisão Preventiva 4****Gráfico C.17 - Segredo Justiça****Gráfico C.18 - Segredo Justiça 2****Gráfico C.19 - Segredo Justiça 3**

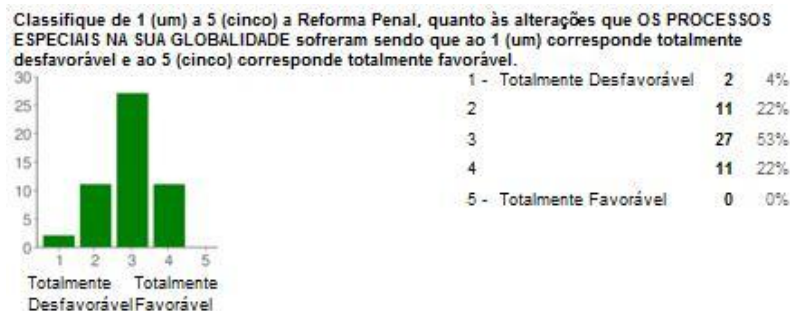
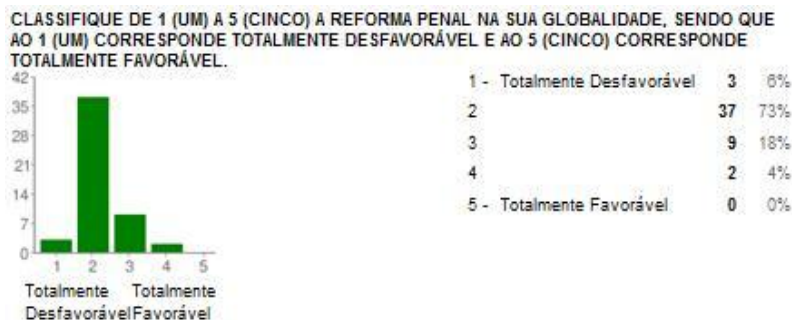
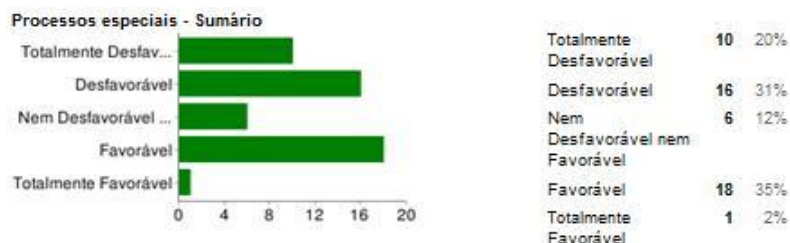
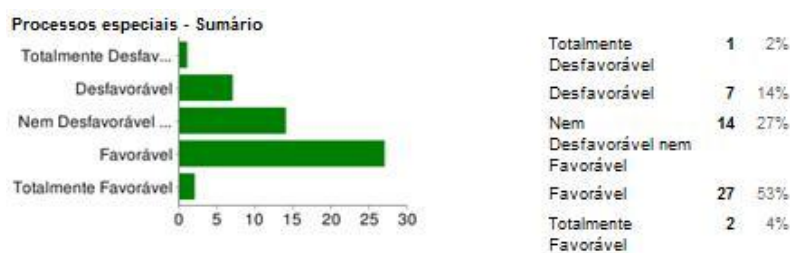
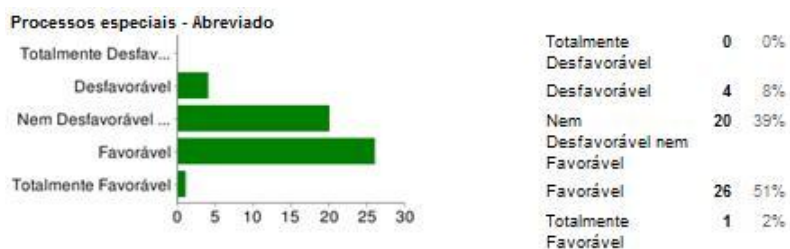
Gráfico C.37 - Processos Especiais 6**Gráfico C.38 - Reforma na Globalidade****3. Nível Processual Restrito****Gráfico C.32 - Processos Especiais****Gráfico C.33 - Processos Especiais 2****Gráfico C.34 - Processos Especiais 3**

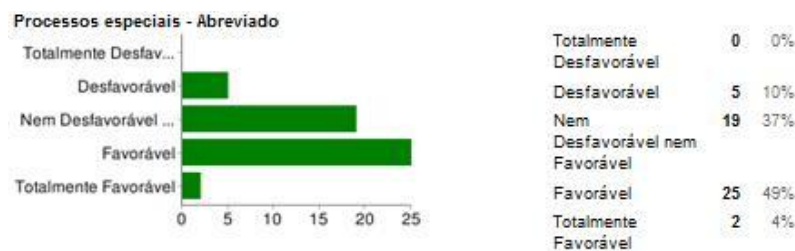
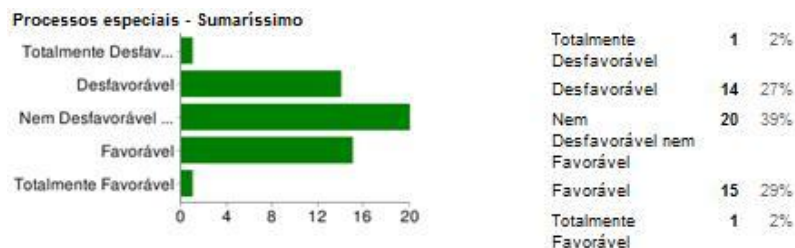
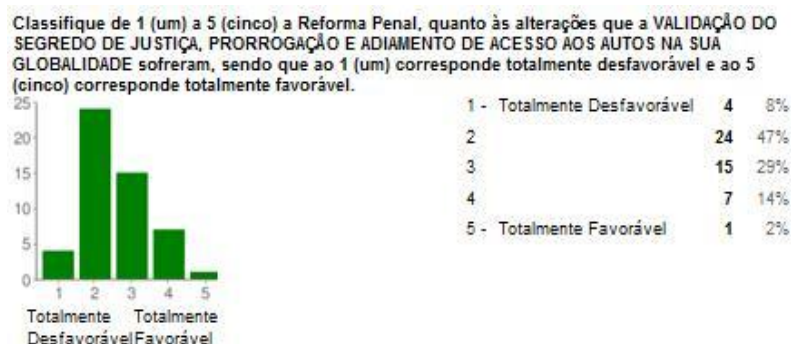
Gráfico C.35 - Processos Especiais 4**Gráfico C.36 - Processos Especiais 5****4. Nível Processual Concreto****Gráfico C.20 - Segredo Justiça 4****Gráfico C.21 - Obtenção Meios de Prova****Gráfico C.22 - Obtenção Meios de Prova 2**

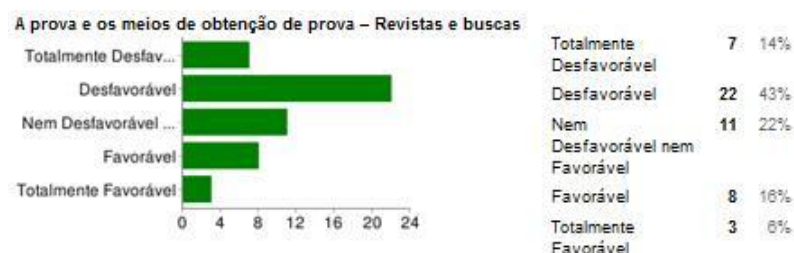
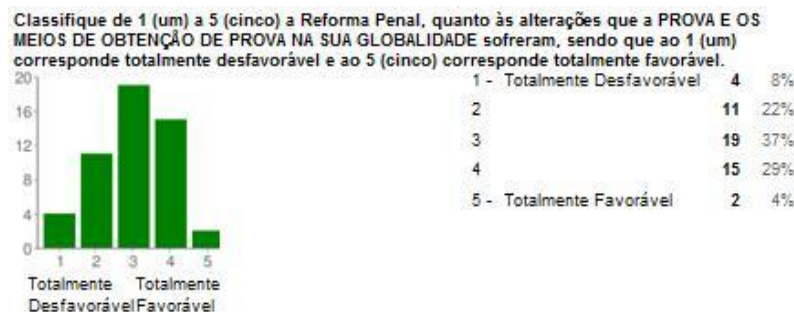
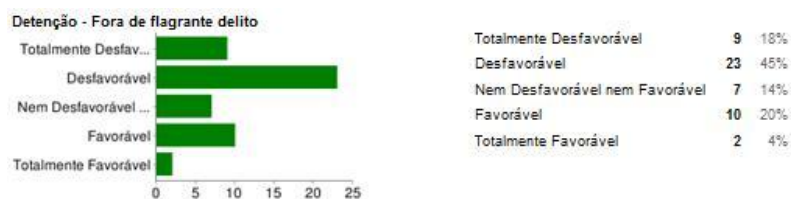
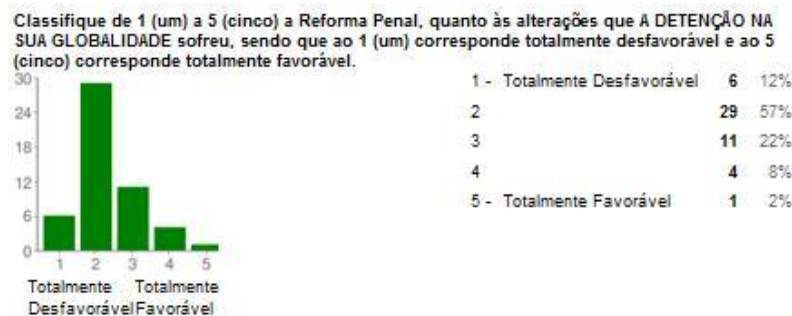
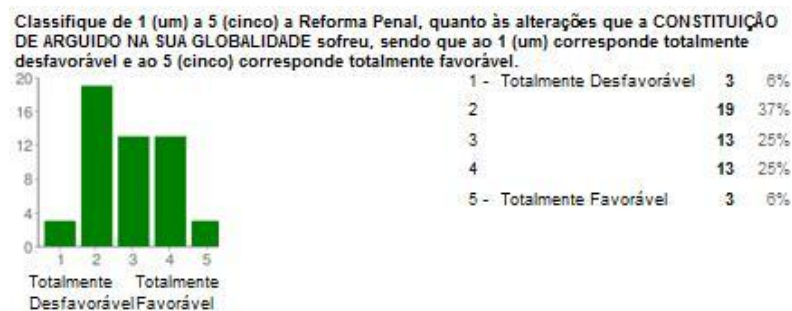
Gráfico C.23 - Obtenção Meios de Prova 3**Gráfico C.24 - Obtenção Meios de Prova 4****Gráfico C.25 - Obtenção Meios de Prova 5****Gráfico C.31 - Obtenção Meios de Prova 11****5. Nível Processual Misto****Gráfico C.1 - Detenção**

Gráfico C.2 - Detenção 2**Gráfico C.3 - Detenção 3****Gráfico C.7 - Constituição de Arguido 4****Gráfico C.8 - Interrogatório Arguido****Gráfico C.30 - Obtenção Meios de Prova 10**

ANEXO D - GRELHAS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Questão n.º 1: As alterações que as sanções penais sofreram com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«[...] política criminal pura na dimensão da execução de pena [...] não nos afecta directamente [...]»
Maj Pereira		X	«[...] aumento da probabilidade e possibilidade de reincidência e acréscimo de necessidade de intervenção por parte da investigação criminal.»
Maj Luís		X	«O indivíduo com certeza reiniciará a actividade ilícita, uma vez existir a sensação de impunidade e elevando na comunidade onde o mesmo se insere o sentimento de insegurança levando a crer que sobre o mesmo não recaiu qualquer responsabilidade criminal, ou seja que o Estado se inibiu de o punir.»
Maj Marques		X	«[...] Quando esta sanção é aplicada a é sinal que a investigação está concluída e também porque quantos mais indivíduos tiverem em liberdade fora, mais trabalho a IC tem.»
Maj Nascimento		X	«[...] nós sabemos que a maior parte deles são reincidentes, estão lá fora, foram apanhados, foram julgados, foram colocados novamente cá fora e depois foram outra vez apanhados. Isso é que interessa depois ver até que ponto estas medidas estão ou não a ser bem sucedidas.»

Quadro D. 1 - Grelha de análise da questão n.º 1

Questão n.º 2: As alterações que a liberdade condicional sofreu com a RP 2007 constituem uma restrição à investigação criminal?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«[...] política criminal pura na dimensão da execução de pena [...] não nos afecta directamente [...]»
Maj Pereira		X	«[...] não dificulta a investigação criminal, subsiste sim mais uma vez o facto de possibilidade de reincidência.»
Maj Luís		X	«Quanto à investigação em si, não é relevante apenas reside o facto de o indivíduo com certeza que reiniciará a actividade ilícita, uma vez existir a sensação de impunidade e elevando na comunidade onde o mesmo se insere o sentimento de insegurança levando o Homem comum a crer que sobre o mesmo não recai qualquer responsabilidade criminal, ou seja que o Estado se inibiu de o punir.»
Maj Marques		X	«A liberdade condicional terá mais a ver com a segurança e com o próprio aumento de trabalho também.»
Maj Nascimento	X	X	«Em termos de implicação na investigação criminal, também tenho algumas reservas. É um bocado caso a caso. Estar a dizer que acho isso mal porque os indivíduos vem cá para fora e voltam a não ter um bom comportamento, não tenho dados nenhuns que me permitam concluir assim.»

Quadro D. 2 - Grelha de análise da questão n.º 2

Questão n.º 3: As alterações que a detenção sofreu com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«[...] estas normas, de certa forma, se subentendem, se impunham e são próprias de um processo novo que aqui acaba por tutelar os direitos do arguido, sem prejudicar (aliás, pelo contrário até mantendo e até ajudando naquela dimensão, que enquanto não há arguidos, não há «barulho» à volta do inquérito, [...] os investigadores trabalham mais à vontade). Isto são as técnicas, as práticas, os métodos que são facilmente mais eficientes.»
Maj Pereira	X		«[...] reflexos menos positivos em termos de celeridade processual, fluir de diligências [...] estamos aqui perante um subterfúgio legal para usar muitas das vezes de má fé, a bondade da norma.» «[...] dificulta de certa maneira a investigação e pode-se perder muitas vezes uma oportunidade importante de trazer ao processo, alguém que era absolutamente indispensável»
Maj Luís	X		«Os critérios encontram-se desajustados para quem procede à investigação [...]»
Maj Marques		X	«[...] o procedimento que se faz neste momento é notificar a pessoa para comparecer perante a autoridade judiciária porque nós fazer uma prova de intenções é difícil e provarmos que o homem não iria aparecer espontaneamente perante a autoridade judiciária para nós é complicado. Mas para a investigação em si não o é restritivo.»
Maj Nascimento	X		«A fundada razão talvez seja uma das principais causas pelas quais muitas das vezes se possa proceder à detenção de alguém que é suspeito pela prática de um ilícito criminal, porque coloca-se logo a questão de saber (porque neste digamos que a detenção é pela negativa), se a pessoa em causa se não irá apresentar dentro do prazo que lhe é fixado e não ao contrário. Portanto, a partir daí, isso limita-nos bastante a acção.» «Portanto não só, passa um bocado a imagem de que nós não fazemos o nosso trabalho e passa também um bocado a imagem de que o próprio sistema em si não funciona. O sistema está mais para favorecer quem prevarica, do que as pessoas que vêm o seu património lesado.»

Quadro D. 3 - Grelha de análise da questão n.º 3

Questão n.º 4: As alterações que a constituição de arguido sofreu com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«Julgo que nós temos que actuar com as normas existentes e o mérito da investigação criminal não é com normas que não existem [...]»
Maj Pereira		X	«[...] é uma mais-valia pois é uma forma de evitar desperdícios de trabalho, uma vez que do antecedente, a constituição de arguido implicava algumas <i>démarses</i> que agora se obviam com esta situação.»
Maj Luís		X	«Não causa transtorno para a investigação, até porque tal como vem expresso no art.º 58º só pode ser constituído arguido quando existem fundadas suspeitas, e é prática comum na investigação, a constituição de arguido só ser feita após o cumprimento da maioria das diligências de inquérito.»
Maj Marques		X	«Não há qualquer restrição à investigação criminal.» «[...] exige um maior cuidado com alguns novos procedimentos [...] é também corrigido o livre arbítrio na constituição por parte de quem estava a fazer a investigação.»
Maj Nascimento	X		«[...] por exemplo um inquérito qualquer a decorrer onde a prova não seja bem consolidada, se calhar será mais difícil de arranjar argumentos para justificar a constituição de arguido e submeter à validação por parte MP.» «[...] mais vale pecar por excesso do que por defeito. Portanto, à cautela nós não vamos estar logo a montante estar a «matar» aquilo que pode ser eventualmente uma boa investigação, só porque há uma decisão que ali não há prova fundamentada de estarmos em presença de um ilícito criminal.»

Quadro D. 4 - Grelha de análise da questão n.º 4

Questão n.º 5: As alterações que o interrogatório de arguido sofreu com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«[...] eu acho que não afecta, antes pelo contrário, [...] se os polícias, se as autoridades judiciais provarem que esses tempos de interrogatório causam grave perturbação à eficiência dos inquéritos e que se fossem mais longos, sem intervalos, não afectava nada à pessoa, se conseguisse ter tempo tecnicamente, se conseguisse provar isso, que o faça. Parece-me que não o fazendo, aquele discurso de que isto prejudica a investigação, só se for a confissão pelo desgaste e depois isso como sabemos, não leva a lado nenhum.»
Maj Pereira		X	«[...] não constitui uma verdadeira limitação à actividade de investigação criminal. De facto todo o procedimento processual conforma-se a esta norma tendo em conta o lapso de tempo em que pode durar a detenção e os fins que prossegue.» «A prática e a uma ponderação ajustada dos fins do interrogatório já nos remetiam para uma solução que genericamente não ia além do âmbito desta norma, pelo que também não constitui uma verdadeira limitação à actividade de investigação criminal.»
Maj Luís		X	«As alterações em concreto ao interrogatório de arguido, não vêm prejudicar o desenrolar da investigação criminal, visto também existirem salvaguardas no sentido de não prejudicar a descoberta da verdade, além de que na maior parte das situações em que se coloca a pessoa detida ou se pretende ouvi-la a investigação encontra-se numa fase já avançada ou mesmo terminal. Também não será a presença de defensor, obrigatória, que poderá alterar o bom desenrolar do inquérito, uma vez que apenas assiste e não intervém.»
Maj Marques		X	«Não é de todo restritivo à investigação criminal, restando somente o dever pela nossa parte de respeitar agora as horas e duração do mesmo assim como os respectivos procedimentos.»
Maj Nascimento		X	«Não penso que, no geral, se tivessem implementado restrições às investigações, mas sim uma maior disciplina dos actos processuais e da forma como se podem operacionalizar. É evidente que, quanto à investigação, o facto de terem de ser cumpridos prazos e requisitos de dar conhecimento a entidades externas pode provocar alguns constrangimentos, sobretudo quando o enfoque tem de ser nos suspeitos e não tanto em questões administrativas. Por outro lado, obriga os investigadores a controlarem de uma forma mais apertada a forma como gerem o seu trabalho.»

Quadro D. 5 - Grelha de análise da questão n.º 5

Questão n.º 6: As alterações que as medidas de coacção, designadamente a prisão preventiva, sofreram com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«[...] esta é essencialmente de política criminal. Ou seja, o aumentar os critérios, os pressupostos da aplicação da prisão preventiva é a essência da política criminal. A política criminal tem uma dimensão essencialmente de prevenção e depois todos os aspectos associados á prevenção.» «[...] o indivíduo pode ter uma estrutura organizada de crime, quer na prisão, quer cá fora, mas é mais fácil dar continuidade em casa. Mais fácil é estar em liberdade, a seguir é estar em prisão domiciliária ou regimes assim, o pior é estar lá dentro. Mas não quer dizer que ainda assim não o faça.»
Maj Pereira		X	«[...] não tem um reflexo positivo ou negativo directo, reflecte-se é seguramente no aumento trabalho a realizar pela investigação criminal em virtude de pessoas que sob as quais já existem fortes indícios de conduta criminosa estarem em condições particularmente favoráveis pois encontram-se em liberdade para continuarem essa mesma conduta[...]»
Maj Luís	X		«[...] uma vez que não é possível executar demais diligências quando ao arguido lhe foi explicado os factos pelo que o mesmo se encontra detido e o mesmo de tudo fará para que demais meios de prova não sejam encontrados, bem como outros potenciais suspeitos que deveriam ser presentes à justiça.»
Maj Marques	X		«Em termos de acesso à prova, alguém que está numa permanência de habitação se quiser continuar a trabalhar, trabalha mais facilmente do que trabalhava se estivesse tiver na prisão. Portanto a continuidade do crime tem mais probabilidade de acontecer [...]»
Maj Nascimento	X		«Esta questão da prisão preventiva para nós é um bocado mais complicado porque também nos vem limitar [...]»

Quadro D. 6 - Grelha de análise da questão n.º 6

Questão n.º 7: As alterações que a validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos sofreram com a RP 2007 constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira	X		«A situação anterior era melhor para a investigação criminal, de longe. Antes o princípio era o do sigilo. Havia duas partes, a primeira era do inquérito, o princípio era do segredo de justiça e só a partir de certa altura é que era o da publicidade e havia umas situações mitigadas, que em certos casos o arguido poderia aceder a parte.»
Maj Pereira		X	«[...] não representam dificuldades acrescidas, pelo menos de relevo, na medida em que a própria lei a prevê a possibilidade de consulta dos autos ou de passagem de certidões terá sempre de salvaguardar todos os aspectos relacionados com a protecção da prova, terá também sempre de salvaguardar todos os aspectos relacionados com a protecção de identidades de pessoas envolvidas[...]»
Maj Luís	X		«Nos casos em que o procurador não o determina de imediato, tem o OPC de ter o cuidado de não iniciar as diligências de inquérito antes de o requerer caso o entenda e ache necessário.» «O problema que existe é a falta de entendimento sobre quando o processo não está abrangido, quais são os actos públicos, por exemplo, num processo de violação, a inquirição da vítima é um acto público? Ainda não se obteve resposta a esta situação.»
Maj Marques	X		«Agora isto para nos efectivamente e desde que levado à risca, no nosso tipo de crime cria-nos bastantes embaraços porque é tudo muito curto e é assim quando alguém sabe que está a ser investigado se vier aos autos e não tiver decretado o segredo de justiça, ou seja, ter acesso a tudo o que o investigador vai fazer. E aí antecipam-se e estragam a prova.»
Maj Nascimento	X	X	«[...] não acho que isso tenha muita relevância para nós porque há sempre (apesar de haver esta regra) situações de inquéritos em investigação que este segredo de justiça pode vir sempre a ser pedido, mesmo que não esteja abrangido nestes âmbitos que nós falámos, em função de determinadas particularidades. E sempre que essas particularidades estiverem reunidas, normalmente não tem havido grande dificuldade em considerar aquele processo em particular como abrangido pelo segredo de justiça.» «Quanto aos acessos aos autos, eu admito que em determinados processos em particular, isso represente uma fragilidade, até para a investigação.»

Quadro D. 7 - Grelha de análise da questão n.º 7

Questão n.º 8: As alterações que a prova e os meios de obtenção de prova sofreram com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira	X		«Estamos perante uma medida restritiva que essencialmente tem como objectivo dizer assim, em termos práticos: Vós polícias, antes de utilizardes as técnicas, os meios que conflituem directamente com os direitos, liberdades e garantias, primeiro fazei todos os trabalhos, preparai-vos para isto.»
Maj Pereira		X	Prova por reconhecimento: «[...] tem que se congratular com um requisito legal de melhoria substancial da qualidade da prova, o qual contribui seguramente para uma maior certeza nas conclusões do inquérito mas sobretudo em julgamento.» Revistas e buscas: «[...] a IC sai claramente reforçada nas condições de eficácia e de celeridade para a descoberta da verdade e compilação da prova.» Escutas telefónicas: «[...] as normas vigentes vêm consignar sobretudo uma maior regulação no acesso e na gestão deste meio de prova.»
Maj Luís		X	Prova por reconhecimento: «Relativamente aos reconhecimentos, as novas alterações não vêm prejudicar o desenrolar da investigação criminal» Revistas e buscas: «Quanto ao prazo de validade de Buscas e Revistas, não houve alteração que afectasse a investigação, uma vez que caso as diligências não se realizem, poderão ser sempre pedidas prorrogações.» Escutas telefónicas: «[...] as formalidades inerentes elevam a burocracia no inquérito e a perda de algum tempo, que poderia estar direccionada para as diligências de investigação.»
Maj Marques	X	X	Reconhecimento: «a junção, se autorizada, de fotos de quem participou no reconhecimento pode ser um factor inibidor para a participação do mesmo, não vislumbrando quaisquer vantagem para a diligencia em concreto.» Revistas e buscas: «os investigadores têm que ter mais cuidado porque se não cumprirem dentro do prazo as provas são nulas» Escutas telefónicas: «o prazo de 3 meses implica uma maior aceleração na obtenção de provas» «A apresentação para controlo judicial com resumos de 15 em 15 dias é benéfica para o OPC pois estabelece um prazo concreto deixando menos margem de manobra, desde que cumprido, aos advogados.»
Maj Nascimento		X	«Não penso que, no geral, se tivessem implementado

[Continua]

			restrições às investigações, mas sim uma maior disciplina dos actos processuais e da forma como se podem operacionalizar. é evidente que, quanto à investigação, o facto de terem de ser cumpridos prazos e requisitos de dar conhecimento a entidades externas pode provocar alguns constrangimentos, sobretudo quando o enfoque tem de ser nos suspeitos e não tanto em questões administrativas. por outro lado, obriga os investigadores a controlarem de uma forma mais apertada a forma como gerem o seu trabalho.»
--	--	--	---

Quadro D. 8 - Grelha de análise da questão n.º 8

Questão n.º 9: As alterações que os processos especiais sofreram com a reforma constituem uma restrição à IC?

Entrevistado	Sim	Não	Argumentação
TCor Pereira		X	«[...] indirectamente para nós é bom.»
Maj Pereira		X	«O indivíduo ao ser julgado, sem que haja sequer instrução da investigação criminal vai proporcionar uma economia de meios à Guarda Nacional Republicana para que pudesse empenhar os meios em razão da necessidade e imperatividade da situação a investigar.»
Maj Luís		X	«[...] não interfere na investigação criminal[...]
Maj Marques		X	«[...] é irrelevante pois nessa altura o nosso trabalho está completo.»
Maj Nascimento		X	«Nós nesse aspecto não temos interferência nenhuma no processo.»

Quadro D. 9 - Grelha de análise da questão n.º 9

Questão n.º 10: Classifique de 1 (um) (totalmente negativa) a 5 (cinco) (totalmente positiva), na globalidade, a RP 2007, quanto às alterações trazidas à investigação criminal?

Entrevistado	Nota	Argumentação
TCor Pereira	2	3- «[...]Em relação aos aspectos dos direitos, liberdades e garantias ou melhor aos aspectos de direitos do arguido, em sentido estrito[...]» 1- «[...]situações que manifestamente vão ser empregues como medidas dilatórias [...] tais como os prazos, a publicidade do inquérito [...]»
Maj Pereira	2	«Pelo alcance e não aplicação dos processo especiais (solução para a não operacionalidade, não actuação em tempo e não visibilidade da aplicação da justiça), pois o alcance traduz-se num alívio da sanção, do sentimento sancionatório.»
Maj Luís	1	«Tem-se assistido a um aplicar de legislação avulsa para cada crime, o que vem complicar mais ainda a actuação dos militares. Aconteceu na legislação das armas, e está a acontecer no crime de violência doméstica.» «O Militar da Guarda acaba por se adaptar «às novas regras», apesar das dificuldades não havendo qualquer benefício para a investigação criminal havendo um acréscimo de burocracia nos inquéritos levando à sua morosidade. Este excesso de burocracia retira os militares de investigação do local de trabalho, «rua», levando a que os mesmos sejam mais administrativos do que operacionais.»
Maj Marques	3	«É a nota do equilíbrio entre as alterações favoráveis e as desfavoráveis trazidas pela Reforma.»
Maj Nascimento	3	«[...] se calhar houve um retrocesso, em relação àquilo que nós estávamos habituados com a legislação penal anterior.» «Mas tem havido alguma resposta ao nível das autoridades, quer do MP, em conjugação connosco, o que temos, no âmbito de alguns inquéritos, tem-se feito algumas detenções fora de flagrante delito no âmbito desta criminalidade. Ou seja, não vamos dizer agora que isto veio estragar tudo e que o que era possível dantes não é agora. Isso não é verdade. Há aspectos positivos e há aspectos negativos, sendo que normalmente estas alterações quando são feitas, raramente são para beneficiar as autoridades judiciárias e nós, OPC. Normalmente vai sempre um bocado de encontro àquilo que são as medidas de protecção do arguido, direitos, liberdades e garantias, direitos fundamentais, etc. e os nossos ficam sempre para segundo plano nesse aspecto. Porque considera-se sempre que a parte debilitada neste sistema é sempre o arguido, que é privado da liberdade, que vê os seus direitos limitados.»
MÉDIA	2,2	

Quadro D. 10 - Grelha de análise da questão n.º 10

ANEXO E - SUPERINTENDENTE-CHEFE ASCENSÃO SANTOS

Entrevistado: Francisco Ascensão Santos

Sobre o assunto em epígrafe, levantam-se as seguintes questões às quais se tenta responder em conformidade com uma visão operacional, não descurando a função essencialmente garantística que o legislador incutiu ao instituto jurídico-penal e processual penal.

Porque surgiu a Reforma Penal de 2007? O que tinha de mudar?

As reformas são efectuadas sempre para melhorar o regime existente, caso contrário não seriam justificadas. É sabido que no nosso ordenamento jurídico, o processo penal é o barómetro da sua democracia. É nesse sentido que se veicula, no mundo académico, que o processo penal é Direito Constitucional aplicado, tendo portanto – como refere o Professor Doutor Costa Andrade «... existe uma concordância axiológica com o direito constitucional...» Parece, pois, que as alterações (e que foram muitas) surgiram num quadro de determinados objectivos de política criminal. Assim, por um lado pretendem aumentar a protecção concedida às vítimas de crimes e por outro o reforço de garantias de defesa do arguido, mas tentando compatibilizá-las com o desiderato de melhorar a eficácia do processo penal. Se vai ou não obter essa concordância prática é algo que só o tempo dirá.

Numa reforma que alterou perto de um terço dos 524.^º art^{ºs} do CPP era um pouco difícil dizer o que se tornava imprescindível mudar. Contudo, parece que a Unidade de Missão para a Reforma Penal, mantendo o essencial do Código, procurou aperfeiçoá-lo com base na experiência da sua aplicação e na jurisprudência do Tribunal Constitucional.

Na sua opinião quais foram as alterações mais relevantes decorrentes da Reforma?

Numa reforma tão extensa, é difícil eleger as alterações mais relevantes. Contudo, parece que não será despidendo referir a inversão da regra do segredo de justiça, pelas implicações que pode ter. A outra que se poderá considerar de relevo será a redução da duração da prisão preventiva.

Do ponto de vista da eficácia policial, há a referir as alterações ao regime das buscas domiciliárias, cfr. art.^º 177.^º do CPP, bem como a localização celular prevista no art.^º 252.^º-A- CPP

Sanções Penais

Poucas foram as alterações introduzidas neste campo. No entanto, a suspensão da execução da pena de prisão que, anteriormente à reforma, só se aplicava a penas cuja medida não ultrapassasse os 3 anos, passou, com a reforma, a poder ser aplicada a penas cuja medida concreta não exceda os 5 anos, ampliando, também desta forma, o leque de situações que são abrangidas por este instituto.

Prevê-se também com a nova reforma uma verdadeira pena de substituição da pena de prisão. Fala-se aqui do regime de permanência na habitação, previsto no art.^º 44.^º do CP, no qual, se o condenado consentir, pode a pena de prisão ser executada em regime de permanência na habitação, em casos que a pena de prisão aplicada não seja superior a um ano, podendo ser elevado para penas até 2 anos em determinadas situações contempladas no mesmo artigo.

Relativamente à pena de multa a única alteração trazida pela reforma de 2007 foi a actualização dos valores diários da mesma, variando agora entre um limite mínimo que oscila entre os 5 Euros e um limite máximo que pode chegar aos 500 Euros

Liberdade Condicional

Também a dogmática deste instituto apenas sofreu ligeiras alterações. Salienta-se apenas a alteração de conteúdo do art. 62.º do CP, que passou a prever um regime de adaptação à liberdade condicional, no qual se prevê que a colocação do condenado em liberdade condicional possa ser antecipada por um período máximo de um ano, em regime de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, conjugado, claro está, com os demais pressupostos formais da liberdade condicional.

Detenção

Este instituto poucas alterações sofreu com a reforma de 2007, aliás como todo o capítulo relativo às medidas cautelares e de polícia. Salientam-se, no entanto, as alterações que directamente se relacionam com as alterações dos pressupostos para a realização de julgamentos em processo sumário, nomeadamente no que diz respeito a detenções efectuadas por civis, que passam agora a reger-se por pressupostos idênticos às detenções efectuadas por OPC. Surgiram, no entanto, alterações nos pressupostos para detenções fora de flagrante delito. Se anteriormente podiam ser efectuadas detenções fora de flagrante delito na maior parte dos casos, agora isso não será tão frequente. Neste momento, apenas será possível efectuar uma detenção fora de flagrante delito quando existirem fundadas suspeitas que aquele cidadão não se apresentará voluntariamente no dia e hora que lhe foi designada. A título de exemplo, um indivíduo que comete um crime, ainda que considerado grave, e se apresenta voluntariamente numa esquadra, dificilmente estará numa situação de existência de fundadas razões para considerar que não se apresentaria voluntariamente, ou seja, não se vai efectuar ou manter uma detenção. Isto pode causar um sentimento estranho no cidadão comum, podendo ser induzido em erro, na estreita medida em que pode pensar que os OPC nada fizeram e ainda na consequente ineficácia jurídica das normas e dos intervenientes judiciais.

Constituição de Arguido

Apesar de a constituição de arguido trazer garantias àquele contra quem era efectuada uma denúncia, (uma vez que lhe permite participar no processo, o que não aconteceria se fosse uma simples testemunha), o que é certo é que existia/existe uma estigmatização por parte da sociedade em geral contra as pessoas que adquiriam essa qualidade.

Veja-se o exemplo dos elementos da PSP, que por uma simples denúncia, ainda que completamente infundada, eram constituídos arguidos, o que acarretava vários transtornos, pois nessa qualidade, num processo-crime, ou seja suspeitos da prática daquele crime, viam por vezes a sua vida pessoal e profissional limitada à conclusão daquele processo-crime e/ou disciplinar dele decorrente, uma vez que por exemplo, uma promoção poderia ficar suspensa até à conclusão do mesmo.

Mais uma vez, tal como decorre do Código, sempre que alguém seja constituído arguido deve ser sujeito à medida de coacção de termo de identidade e residência, ainda que exista uma denúncia manifestamente infunda, assumindo a qualidade de arguido. Esses cidadãos ficavam automaticamente privados de alguns direitos liberdades e garantias.

Quanto à sujeição a validação da constituição do arguido, por parte do Ministério Público, vejamos;

É ao Ministério Público, como representante do Estado na promoção da acção penal, que compete a direcção do inquérito. Como tal é seu dever verificar se foram cumpridos os pressupostos legais para a constituição de arguido. No entanto, esta alteração de procedimentos imposta pela alteração legislativa veio acarretar, principalmente ao início, um grande «transtorno» procedimental, dado que qualquer constituição de arguido implica uma troca de informação entre os OPC e o Ministério Público, o que normalmente tem sido efectuado através de Fax. No entanto, alguns Magistrados que, para avaliação da situação em concreto, para efeitos de validação da CA, solicitam o inquérito, e isto por vezes provoca dificuldades acrescidas na continuação de diligências investigatórias, uma vez que durante alguns dias o processo está no Ministério Público.

Medidas de Coacção

As grandes alterações sobre esta temática foram: a obrigação de maior fundamentação da medida aplicada; a possibilidade de acesso por parte do arguido aos elementos do processo que sejam determinantes para a aplicação daquela medida; e a impossibilidade de aplicação de uma medida de coacção privativa da liberdade mais grave do que a que seja promovida por parte do Ministério Público – ver teorias vinculativas mistas na actuação do Juiz de Instrução.

Prisão Preventiva

Foi consagrado, de forma mais precisa, o princípio da excepionalidade dessa medida de coacção, passando a estar também de forma expressa o princípio da necessidade a par dos princípios da adequação e da proporcionalidade.

Para além de ser alargado o limite mínimo da moldura penal, que passou a ser de 5 anos e para crimes dolosos, exige, o que já acontecia anteriormente, o preenchimento dos quesitos dos art^{os} 202.º e 204.º do CPP. Em regra, a prisão preventiva apenas pode ser aplicada a crimes cuja moldura penal em abstracto seja superior a 5 anos, mas existem casos em que essa exigência diminui passando a moldura penal em abstracto a ser de 3 anos, nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada.

Validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos

A reforma de 2007 operou uma profunda alteração no instituto do segredo de justiça. A regra inverteu-se: o processo, que por regra estava sujeito ao segredo de justiça, passou agora a ser público, quer na fase de inquérito quer na fase de instrução. Excepciona-se a fase de inquérito na qual o juiz de instrução pode, por despacho irrecorrível, determinar que o inquérito esteja submetido a segredo de justiça. Compreende-se que assim seja, pois de outra forma a investigação criminal de certos crimes (os ditos crimes graves que se encontram elencados nas alíneas i) a m) do art.º 1.º do CPP) estaria irremediavelmente perdida. A prorrogação por mais 6 meses para os crimes catalogados nas alíneas *supra* pode não ser o suficiente para uma eficaz investigação. Logicamente que o facto de *ope legis* o processo passar a ser público (e o arguido poder vir a consultá-lo) na fase de inquérito, por força da remissão no n.º 6 do art.º 89.º do CPP para o art.º 276.º do CPP, pode pôr em causa a investigação de crimes muito complexos. Aspecto negativo da reforma neste campo e que reflecte o facto de, em fase de instrução, o arguido poder ter interesse em que o processo esteja sujeito ao segredo externo e a lei não o permite.

Processos especiais

A grande alteração foi o alargamento do leque de crimes que podem ser julgados sob a forma de processo especial, com maior incidência no processo sumário. Com as novas regras podem ser julgados em processo sumário os crimes cuja moldura penal ascende até aos 5 anos, ao contrário do que acontecia antes da reforma que impunha o limite de 3 anos para a realização daqueles processos. Esta alteração pode ter criado um sentimento nas populações contrário ao da intenção do legislador. Se por um lado a intenção do legislador foi a de criar mecanismos para que se realizem julgamentos de forma mais célere, o que faz com que a realização da justiça seja feita de forma mais rápida, por outra pode ter criado um sentimento de alguma confusão no cidadão, pois a grande maioria não compreende que alguém que comete um crime seja detido e logo de seguida libertado, dando-se-lhe a oportunidade de se apresentar «voluntariamente» no tribunal. Mais uma vez verifica-se, neste ponto, a visão garantística do legislador, sendo que, sobre o arguido, ainda que assim constituído, pende o princípio da presunção da inocência, o que, perante a lei, usufrui de todas as garantias de defesa para salvaguarda dos direitos fundamentais.

Dessas alterações, quais as que considera positivas e quais as que considera negativas?

Numa perspectiva policial, considera-se que todas as medidas legislativas que possam contribuir para um aumento da segurança do cidadão, aumento da eficácia da prevenção e repressão criminal serão positivas. Assim, a clarificação legislativa da realização de buscas domiciliárias nocturnas, bem como a possibilidade de efectuar busca domiciliária aquando da detenção em flagrante delito pela prática de crime punido com pena de prisão superior a 3 anos são ferramentas que contribuirão certamente para um aumento da eficácia do serviço policial.

Também a introdução do novo mecanismo de localização celular, previsto no novo artigo criado pela reforma (o art.º 252.º – A do CPP) considera-se uma medida positiva.

Inversamente, consideram-se como negativas todas as medidas que possam bulir com a dita eficácia no combate à criminalidade, tais como: o encurtamento dos prazos de inquérito, prisão preventiva, ou a publicidade do processo findo certo prazo o que, como já foi mencionado em certo tipo de criminalidade, pode mesmo ser comprometedor de toda a investigação.

Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal na sua globalidade, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente negativa e ao 5 (cinco) corresponde totalmente positiva.

Considera-se que a reforma na sua globalidade pode ser classificada com um 3.

ANEXO F - ENTREVISTA MAJOR MATIAS

Entrevistado: António Marques Romeira Matias

Porque surgiu a Reforma Penal de 2007? O que tinha de mudar?

A reforma penal de 2007 decorre da execução do programa do XVII Governo Constitucional, saído das eleições legislativas de 2005, que a inscreveu como uma das suas prioridades para o País. Do ponto de vista da legitimidade democrática para a sua realização, penso que esta está salvaguardada e reforçada, na medida em que esse programa foi aprovado na Assembleia da República.

As mudanças legislativas acompanham, via da regra, o devir das sociedades e tendem, em cada momento, a reflectir essas mudanças e a adaptar-se a uma nova realidade política e social.

No caso da reforma penal portuguesa, podemos dizer que ela visou, por um lado, cumprir obrigações comunitárias e internacionais a que Portugal está obrigado, face à sua integração na União Europeia e na Organização das Nações Unidas. Paralelamente, ao nível interno, acolheu recomendações e propostas de vários quadrantes, desde as constantes do Relatório de 2004, da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, da Ordem dos Advogados, dos OPC, da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, entre outros organismos da Administração Pública, e de professores universitários que participaram nos trabalhos da Unidade de Missão para a Reforma Penal, todos eles inspirando-se em dificuldades experimentadas na aplicação da lei penal e na emergência de novos fenómenos criminais.

A revisão visou fortalecer a defesa de bens jurídicos, tornar mais eficaz o combate ao crime, sem esquecer que o direito penal constitui a *ultima ratio* da política criminal do Estado.

Sem querer ser fastidioso a enumerar todas as normas que foram objecto de alteração, até porque para o conhecer basta revisitar a exposição de motivos dos diplomas que foram criados ou revistos, ainda assim sempre referirei no que tange a alterações introduzidas no CP: a consagração da responsabilidade penal das pessoas colectivas; a diversificação das sanções não privativas da liberdade; a resposta mais eficaz a fenómenos criminais graves, como o tráfico de pessoas, o incêndio florestal, os crimes ambientais e as falsificações; o reforço da tutela de pessoas particularmente indefesas, como as crianças, os menores e as vítimas de violência doméstica, maus-tratos ou discriminação; a agravamento de crimes cometidos contra membros de Forças e Serviços de Segurança; a tipificação de novos crimes contra a liberdade pessoal e sexual.

No que concerne ao CPP, as alterações visaram conciliar a protecção da vítima – reforçada, designadamente, em sede de segredo de justiça, escutas telefónicas, acesso aos autos, informação sobre a fuga e libertação de reclusos, declarações para memória futura e suspensão provisória do processo – e o desígnio de eficácia com as garantias de defesa, procurando dar cumprimento ao n.º 2 do art.º 32.º da CRP, que associa a presunção de inocência à celeridade do julgamento.

É importante referir que o CP e o CPP, não foram os únicos dois diplomas a ser revistos, houve desde logo a criação da Lei-Quadro de Política Criminal (LQPC) e a Lei de Política Criminal (LPC) dela decorrente, através das quais a Assembleia da República passou a prever, periodicamente, e de forma geral e abstracta, as prioridades da política de investigação criminal, bem como as responsabilidades de execução dessa política, nomeadamente, no que respeita ao Ministério Público, em cumprimento do disposto no art.º 219.º da CRP.

Refira-se ainda que a Lei de Segurança Interna, Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, sofreu uma alteração profunda (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto) que visou reformar o Sistema de Segurança Interna face a uma nova realidade no domínio da segurança no país e no mundo, decorrente sobretudo das alterações provocadas no Sistema Internacional, pelos acontecimentos 11 de Setembro de 2001 e a que Portugal não podia ficar indiferente.

Por fim, também a Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto) foi alterada, (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto) no sentido de melhorar a cooperação e a coordenação da investigação criminal e, sobretudo, o tratamento e partilha da informação criminal, por todos os OPC, de acordo com os princípios da competência e da necessidade, através do sistema integrado de informação criminal (SIIC).

Por tudo isto, se conclui que muita coisa tinha de mudar.

Na sua opinião quais foram as alterações mais relevantes decorrentes da Reforma?

Sobre esta matéria e, não obstante ter integrado, desde o início, quer a Unidade de Missão para a Reforma Penal (UMRP), quer o grupo de trabalho interministerial que participou na elaboração dos anteprojectos da Lei de Segurança Interna (LSI) e da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), não me é fácil dizer quais as alterações que considero mais relevantes, uma vez que isso depende da perspectiva de análise de cada um desses diplomas de *per si* ou no seu conjunto.

Por outro lado, uma mudança tão profunda requer algum tempo para análise, estudo e avaliação, findo o qual, poderemos ver, com a distância necessária, o que resultou melhor e o que carece de ser ajustado.

Na perspectiva de OPC, sempre direi que considero importantes todas as alterações da LSI e da LOIC, a LQPC e a LPC e ao nível do CPP, os novos conceitos de terrorismo, criminalidade organizada e criminalidade especialmente violenta, a nomeação de intérprete por autoridade de polícia criminal, o direito consagrado aos funcionários de indicação para efeitos de notificação de domicílio profissional, a utilização de fotografias no regime do reconhecimento de pessoas, a apreensão de coisas sem valor, perecíveis, perigosas ou deterioráveis, as revistas a suspeitos enquanto medidas cautelares e de polícia, as buscas domiciliárias nocturnas, o regime de escutas telefónicas, a consagração de um prazo para transmissão da notícia do crime ao Ministério Público, o tratamento agora dado à denúncia anónima, as declarações para memória futura, e em homenagem à celeridade processual o alargamento do âmbito do regime do processo sumário e do processo abreviado.

No CP, poderei identificar como importantes as alterações introduzidas – na Parte Geral – a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, a responsabilidade penal das pessoas colectivas, o direito de queixa e a prescrição do procedimento criminal na Parte Especial – nos seguintes tipos de crime: homicídio qualificado, ofensa à integridade física grave, agravada pelo resultado e qualificada, violência doméstica, maus tratos, violação de regras de segurança, ameaça, coacção, tráfico de pessoas, todos os de natureza sexual, violação de domicílio ou perturbação da vida privada, furto qualificado, dano qualificado, burla qualificada, discriminação racial, religiosa ou sexual, subtracção de menor, falsificação e contrafacção de documentos, incêndio florestal, danos contra a natureza, poluição, atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho-de-ferro, atentado à segurança de transporte rodoviário, condução perigosa de veículo rodoviário, lançamento de projectil contra veículo, associação criminosa, sabotagem, resistência e coacção sobre funcionário e violação de segredo por funcionário.

Dessas alterações, quais as que considera positivas e quais as que considera negativas?

As alterações que enunciei como importantes são, no meu modesto entendimento, medidas que considero positivas. Mas o inverso não é verdadeiro, ou seja, as alterações que não referi não posso considerá-las negativas *de per si*, dado que, como já tive oportunidade de dizer, uma reforma com esta profundidade carece de tempo para a sua plena aplicação e avaliação, uma vez que é necessário que os diversos actores judiciais – magistrados, OPC, advogados, serviços prisional e de reinserção social – a conheçam e a apliquem aos seus níveis de intervenção no Sistema Judiciário, para se poder fazer essa avaliação de resultados, de forma correcta, profunda e sem as paixões emocionadas que as alterações num regime penal sempre acarretam.

Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal na sua globalidade, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente negativa e ao 5 (cinco) corresponde totalmente positiva.

Classifico-a com nota 4, porque quero acreditar que o trabalho final foi o resultado do melhor que era possível fazer nas circunstâncias em que foi feito e porque se a perfeição é desígnio que devemos prosseguir no nosso desempenho, temos de ter consciência de que é quase impossível alcançá-la.

ANEXO G - ENTREVISTA PROF. DOUTOR PAULO MENDES

Entrevistado: Paulo de Sousa Mendes

Porque surgiu a Reforma Penal de 2007? O que tinha de mudar?

O anteprojecto da UMRP propôs a alteração de mais de um terço do Código. Apesar da enorme quantidade de alterações apresentadas, a UMRP cuidou de salvaguardar o essencial do Código, procurando apenas aperfeiçoá-lo com base na experiência da sua aplicação e na jurisprudência do Tribunal Constitucional.

O aperfeiçoamento da legislação processual penal nunca é, porém, uma questão meramente técnica, axiologicamente neutra. Pelo contrário, este ocorreu no quadro de determinados objectivos de política criminal, a saber: por um lado, o aumento da protecção concedida à vítima e, por outro, o reforço das garantias de defesa do arguido, mas compatibilizando-as com o desígnio de melhorar a eficácia do processo penal, de mais a mais lembrando que o n.º 2 do art.º 32.º da CRP consagra a presunção de inocência em paralelo com o direito a um julgamento rápido.

Seguramente, não cabe aqui dar conta de todas as alterações produzidas, mas apenas referir as mais importantes.

Na sua opinião quais foram as alterações mais relevantes decorrentes da Reforma?

Protecção da vítima

O CPP não é parco na protecção concedida à vítima, mas ainda assim são estabelecidas novas medidas:

- O ofendido passa a ser informado da notícia do crime, sempre que o Ministério Público tiver razões para crer que ele não a conhece (art.º 247.º, n.º 1 CPP);
- Reforça-se a posição do assistente, prevendo-se expressamente que ele se pode fazer acompanhar de advogado em todas as diligências em que intervier (art.º 70.º, n.º 3 CPP);
- Para viabilizar o procedimento criminal nos casos de denúncia anónima, a autoridade judiciária ou OPC competentes passam a informar o titular do direito de queixa ou participação da existência da denúncia, contanto que dela se retirem indícios da prática de crime ou ela mesma constitua crime (art. 246.º, n.º 6 CPP);
- Em atenção à vulnerabilidade do ofendido, prescreve-se que o tribunal deve informá-lo da data em que a libertação do arguido terá lugar, quando esta possa criar perigo. Regime que é extensivo aos casos de libertação e fuga de presos (art.ºs 217.º, n.º 3, 480.º, n.º 3 e 482.º, n.º 2, todos do CPP).

Protecção do arguido

Muitas são as alterações que visam o reforço das garantias de defesa do arguido, entre elas:

- O arguido passa a ser informado dos factos que lhe são imputados antes de prestar declarações perante qualquer entidade (art.º 61.º, n.º 1, alínea c) CPP), a fim de se acabar com os interrogatórios inquisitoriais em que o arguido tinha de adivinhar o sentido das perguntas, correndo até o risco de se auto-incriminar por aduzir novos factos aos que já estavam a ser investigados;
- Em especial, o juiz, no primeiro interrogatório judicial de arguido detido, tem de informar o arguido dos motivos da detenção, dos factos imputados e dos meios de prova, salvo se, neste último caso, a revelação puser gravemente em causa a investigação, a descoberta da verdade ou direitos fundamentais (art.º 141.º, n.º 4 CPP);
- Também o Ministério Público, se o arguido detido lhe for presente sem ter sido interrogado pelo juiz de instrução em acto seguido à detenção, deve informá-lo da mesma maneira (art.º 143.º, n.º 2 CPP);
- Acresce que todas as declarações de arguidos detidos ou presos só poderão ser obtidas na presença do advogado (art.ºs 64.º, n.º 1, alínea a), e 144.º, n.º 3, todos do CPP);
- Além de que o arguido em liberdade que for chamado a prestar declarações passa a ter o direito de ser assistido por advogado, sendo disso informado oportunamente pela entidade que o convocar para interrogatório (art.º 144.º, n.º 4 CPP);

- Considerando que uma testemunha pode, a qualquer momento, converter-se em arguido, também ela passa a poder ser acompanhada por advogado sempre que deva prestar depoimento (art.º 132.º, n.º 4 CPP);
- Ademais, é facultado ao arguido o acesso aos autos durante o inquérito, mediante requerimento, ressalvadas as hipóteses de prejuízo para a investigação ou para os direitos dos participantes ou das vítimas (art.º 89.º, n.º 1 CPP).

Estas alterações foram saudadas, entre outras entidades, pela Ordem de Advogados, que, de resto, esteve representada no Conselho da UMRP.

Ainda poderíamos referir muitas outras medidas de protecção do arguido, mas impõe-se uma visita selectiva da reforma. Temos, porém, de mencionar mais duas:

- As alterações ao regime da prisão preventiva, que doravante só se pode aplicar aos casos de crimes dolosos puníveis com prisão superior a 5 anos, ressalvando-se alguns fenómenos criminalidade terrorista, violenta ou altamente organizada (art.º 202.º, n.º 1, alínea b) CPP). Acresce que os prazos de prisão preventiva são reduzidos. Mas no caso de o arguido já ter sido condenado em duas instâncias sucessivas, o prazo máximo eleva-se para metade da pena que tiver sido fixada (art.º 215.º, n.º 6 CPP). Para evitar a perpetuação da prisão preventiva, estabelece-se que os prazos previstos não podem ser ultrapassados quando existir pluralidade de processos (art.º 215.º, n.º 7 CPP);
- A criação da possibilidade de o arguido requerer indemnização pelos danos sofridos, quando se comprovar que não foi agente do crime ou actuou justificadamente (art.º 225.º, n.º 1, alínea c) CPP). O Estado assume uma espécie de responsabilidade civil objectiva, não olhando a custos quando se trata de ressarcir o arguido inocente que sofreu privação da liberdade, ainda que não tenha havido nisso nada de processualmente errado.

Reforço dos poderes do Ministério Público

Os poderes do Ministério Público são significativamente reforçados em vários aspectos:

- No sistema do CPP, o Ministério Público é dono do inquérito, mas o seu domínio tem desaparecido na prática, não sendo actualmente raro que ele só tome contacto com o processo no final do inquérito, quando só resta acusar ou arquivar. Com a revisão, há vários actos das polícias que terão de ser validados ou então simplesmente controlados pelo Ministério Público, tais como a constituição de arguido, se for feita por OPC (art.º 58.º, n.º 3 CPP), ou as escutas telefónicas, cujas gravações e relatórios de conteúdo têm de ser entregues ao MP, que depois tem 48 horas para levá-los ao juiz de instrução (art.º 188.º, n.ºs 1, 3 e 4 CPP). Com isso se visa melhorar a articulação do MP com as polícias, mas respeitando a autonomia técnica e táctica destas, consagrada na Lei da Investigação Criminal (Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto)³¹;
- Na instauração de inquéritos, o Ministério Público passa a poder avaliar se a denúncia constitui ou não uma notícia de crime, devendo decidir em função disso se é de abrir ou não inquérito (art.ºs 58.º, n.º 1, alíneas a) e d), e 246.º, n.º 5, alínea a), todos CPP), não obstante todas as denúncias fiquem registadas, mesmo as manifestamente infundadas. A avaliação da denúncia não deve, porém, ser confundida com o juízo de oportunidade, a menos que se tenha do Ministério Público a ideia de que é um robô que regista denúncias e abre automaticamente inquéritos.

Reforço da eficácia do processo penal

As formas de processo especiais sofrem alterações de monta, com vista a alargar e melhorar a sua aplicação, promovendo-se assim a máxima celeridade processual, desde que compatível com as garantias de defesa. Senão vejamos:

- Alarga-se o âmbito do processo sumário, tornando-o obrigatório nos casos de detenção em flagrante delito por crime punível com prisão não superior a 5 anos, em vez dos anteriores 3 anos (art.º 381.º, n.º 1 CPP);
- Além de que o processo sumário abrange agora os casos de detenção em flagrante delito efectuada por particular, desde que o detido seja entregue a uma autoridade judiciária ou entidade policial, num

³¹ Recentemente substituída pela nova Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto).

prazo que não exceda 2 horas (art.º 381.º, n.º 1, alínea b) CPP). Procura-se assim abarcar as inúmeras situações de furto, entre outras, que actualmente não podem ser julgadas nesta forma de processo, não obstante o inquérito, que é obrigatório na forma de processo comum, fazer aqui as vezes de um ritual inútil, até porque os meios de prova já são todos conhecidos;

- Acaba-se com o debate instrutório no processo abreviado (art.ºs 286.º, n.º 3, e 391.º-C CPP);

- Os actos relativos aos processos sumários e abreviado passam a poder praticar-se em dias não úteis (art.º 103.º, n.º 2, alínea c) CPP) e os respectivos prazos correm durante as férias judiciais (art.º 104.º, n.º 2 CPP);

Dessas alterações, quais as que considera positivas e quais as que considera negativas?

Genericamente, creio que se pode dizer que a reforma penal e em particular do CPP foi positiva. Tanto mais que era uma reforma necessária por razões várias. Era necessária, porque Portugal tinha de transpor uma série de instrumentos internacionais vinculativos e tinha prazos para o fazer. Segundo, porque havia várias áreas acerca das quais a Jurisprudência do Tribunal Constitucional tinha de ser acolhida no novo Código. E depois havia, ao longo destes anos de experiência de aplicação do Código, que já é de 1987, muitos aspectos, mais do que lacunas, que necessitavam de aperfeiçoamento. E foi sendo sugerido pelos próprios operadores de justiça.

Dada a metodologia da Reforma, constitui-se um conselho consultivo da unidade de missão, com ampla representação dos diversos corpos, e de operadores de justiça, inclusive das polícias (a GNR e a PSP estiveram sempre representadas). Tentou-se encontrar um denominador comum a todos estes intervenientes. Se me perguntar se é uma reforma radical do CPP, eu direi que não. É a reforma necessária. Tratando-se de fazer uma mudança de paradigma, que nem era o caso com o modelo do CPP que é comumente aceite como bom. Mas, tratando-se de fazer uma reforma radical a metodologia tinha de ser outra, teria de se constituir uma grande comissão, com professores universitários, que trabalharia durante algum tempo, que teria de haver discussões, até na Academia sobre tudo isso. Não obstante a participação até de universitários e muitos organismos nesta reforma, a intenção não era maximalista.

Se me perguntar se esta reforma teve grande impacto na investigação criminal, eu diria que sim, que foi um impacto enorme e não foi surpreendente. Foi um impacto desejado, premeditado. No âmbito do processo penal português, os principais bloqueios estavam situados ao nível da própria investigação criminal. Nem tanto ao nível do julgamento, nem dos recursos. Por várias ordens de razões. Primeiro porque, não obstante a investigação criminal ter prazos e o legislador não ter mexido em nenhum dos prazos da investigação, esses prazos foram sempre entendidos, pelas polícias e pelo Ministério Público, como meramente ordenadores. Ou seja, no caso de não ser cumprido algum dos prazos, as consequências para o processo não seriam nenhuma. No fundo, o único prazo com significado passava a ser o prazo de prescrição do procedimento criminal. Enquanto não houvesse prescrição do procedimento criminal, a investigação podia continuar, desde que houvesse razão para isso. Acresce que podia continuar em segredo de justiça. O que significa, que no limite, até porque os recursos humanos são exíguos e o princípio da legalidade obriga à investigação em igualdade de circunstâncias de quaisquer processos, por crimes graves ou menos graves, em princípio poderemos ter investigações que se eternizavam e nem sequer estariam a decorrer diligências, pura e simplesmente porque o titular das investigações não chegava a todas, podia tratar de algumas com prioridade sobre outra. Tínhamos processos em investigação formalmente, em que materialmente não ocorriam diligências, mas em que podia haver situações graves para os suspeitos ou arguidos, cujas situações acabavam por não ser esclarecidas com a celeridade que a própria CRP impõe. Porque a celeridade, desde que compatível com os direitos de defesa e descoberta da verdade, integra o conceito de Justiça.

A Reforma teve que tocar neste verdadeiro problema, uma vez que o sofrer o processo é, como indica a criminologia, uma pena, em sentido material. Isto se tomarmos em consideração que em Portugal havia inquéritos que duravam 10 anos e mais, muito mais que 10 anos, o que é completamente inadmissível, do ponto de vista da situação dos arguidos. Isto porque o decurso de um processo tem custos enormes para a vida das pessoas, que muitas vezes são maiores do que a própria decisão final, mesmo que condenatória. Uma pena de prisão efectiva pode ser menos penosa do que a pena do próprio processo penal em si. E não nos podemos esquecer que, muitas vezes, o juízo de culpa formulado pela opinião pública ou pelo menos pela opinião publicada através dos

jornais, nem sequer é afastado pela declaração de inocência em virtude do julgamento. Fica muitas vezes para o futuro a imagem de que aquela pessoa era culpada e que só por causa das dificuldades processuais é que nunca se chegou a um julgamento com uma condenação com êxito. Ora, no Estado de Direito, liberal e democrático, a Justiça é a Justiça que é feita pelos tribunais, em julgamento, com pleno contraditório e igualdade de armas, em que a defesa é ouvida, apresentando os seus argumentos da mesma maneira que a própria acusação. E em que a acusação ademais não é uma parte no processo, interessada na condenação, mas é um auxiliar do tribunal na descoberta da verdade e na realização da Justiça. Não nos podemos esquecer que o Ministério Público até pode pugnar por uma absolvição em julgamento. Não é obrigado a pedir a condenação do arguido, mesmo em casos que o próprio Ministério Público fez a acusação e pediu, na acusação, obviamente a condenação do próprio arguido. Portanto, tinha que a reforma fazer alguma coisa quanto a este ponto. O que fez? Não mexeu nos prazos, nem de maneira nenhuma podia consagrar soluções das quais resultasse que esgotados os prazos deveria haver arquivamento da investigação. Isso comprometia a descoberta da verdade. O que deu foi aos prazos um sentido mais forte do que aqueles que já tinha. Como é que fez isso? Fê-lo de várias maneiras. Por um lado, se o titular da investigação ultrapassar algum prazo tem de informar o imediato superior hierárquico das razões do incumprimento do prazo e das diligências que tem de realizar para conseguir terminar o inquérito num prazo estimativo que ele próprio prevê. Isto é uma medida nova. Segundo, o superior hierárquico pode, e já podia sempre, avocar o processo. E pode até redistribuir a outro procurador. Provavelmente, esta solução não será a mais adequada, porque a distribuição a outro procurador implicaria, não direi voltar à estaca zero, mas pelo menos que o novo procurador tivesse tempo necessário para se inteirar do processo. E, portanto, mais vale que seja o próprio titular da investigação a indicar ao superior hierárquico o que é que precisa de fazer para concluir a investigação. Depois, são sempre possíveis pedidos de aceleração processual ou instrumentos deste género. Mas isto tudo não basta. Tudo isto tinha de ser complementado com medidas adicionais.

Repare-se que no anteprojecto da unidade de missão, o inquérito seria, em princípio, secreto, podendo ser levantado o segredo pelo Ministério Público. Na especialidade, os parlamentares decidiram consagrar o princípio da publicidade do inquérito, como, aliás, já vinha do Pacto de Justiça entre o PS e o PSD. Não consagraram a solução proposta pela Unidade de Missão. Mas admitiram, ainda assim, que as necessidades de investigação fizessem com que o Ministério Público pudesse decretar o segredo na fase do inquérito, o que acontecerá provavelmente em criminalidade grave, em investigação de tráfico de estupefacientes, entre outros. Não pode é o Ministério Público manter o segredo indefinidamente. E o que a lei acabou por fazer foi associar este segredo aos prazos do inquérito, mais prorrogações por tempos limitados. Uma primeira prorrogação por 3 meses e uma segunda prorrogação pelo prazo necessário à conclusão das investigações que eu entendo, apesar de haver já acórdãos das Relações contraditórios, que nunca pode ser por mais de outros 3 meses. Portanto, um total de 3 meses nestas prorrogações. O que faria que nos prazos máximos do inquérito 12 meses mais 6, tivéssemos um prazo máximo absoluto, nas investigações mais graves, de 18 meses e nunca mais de segredo de justiça. E a partir daí, o processo é público. Não quer dizer que mesmo em fase de segredo o arguido e o seu defensor não pudessem ter acesso a informações relativas ao processo em curso em segredo de justiça. Até porque, como veremos, quando ele é interrogado tem de ser informado dos meios de prova e dos motivos da própria investigação. Portanto, já tem um conhecimento limitado dos autos. De qualquer maneira, a partir deste momento o processo é público.

Estas foram todas alterações que estão destinadas a ter um impacto decisivo, muito marcante, muito forte, na metodologia da investigação em Portugal. E até percebo, em certo sentido, que tenham causado tanta celeuma. Eu ouvi representantes, por exemplo da magistratura judicial, em actos públicos, de organismos sindicais da magistratura judiciária e do Ministério Público, interpretarem esta norma que impõe o fim do segredo após as duas prorrogações, como uma norma de sanção para o Ministério Público e para as polícias. Como dizendo: “os senhores não conseguiram investigar dentro dos prazos, agora são castigados porque passa a saber-se o que fizeram até então.”. É evidente que o legislador não quis nenhuma norma de sanção. Mas que isto é uma norma disciplinadora da actividade do investigador, sem dúvida. Porque, se porventura, estivermos com um processo parado durante esse tempo em que não houve diligências, porque o titular do processo estava a tratar de outros, poder-se-á perguntar, ao fim desse prazo, a razão pela qual o processo

esteve parado este tempo todo. Isto pode ser sentido como uma crítica ao próprio procurador, à qual ele só pode responder dizendo: «não fiz nenhuma diligências porque estive ocupado com outras e não consigo chegar a todas». E é evidente que fica mais desprotegido nesta situação do que ficaria se o processo estivesse em segredo de justiça 10 anos. Mas é evidente que também ninguém deseja investigações paradas em segredo de justiça, porque isso tem custos para o outro lado que é precisamente o arguido.

Portanto, no limite, estas alterações vão impor outros ritmos na investigação. Isto porque, vão obrigar à realização de diligências porque permitem um escrutínio das diligências feitas ou não feitas quando termina o segredo de justiça. São alterações que impõem mais trabalho ao investigador seguramente. Mas que também, para que não prejudiquem a eficácia da investigação, impõem que mudem as próprias metodologias de investigação. De resto, o Procurador-geral da República já emitiu directivas a este nível. Nós só conseguimos cumprir estes prazos, em determinados tipos de investigações complexas, se evitarmos os chamados «mega-processos», na gíria. Processos com muitas diligências, muitos crimes, muitos arguidos tornam-se ingovernáveis ao fim de algum tempo, porque as diligências não acabam, porque temos aqui um efeito quase das cerejas em cacho, que significa que se puxa por uma cereja e vêm todas atrás, isto é, as diligências vão crescendo, a constituição de arguidos vai aumentado, às vezes ultrapassa as centenas. E pode-se criar um pouco um efeito de autismo na investigação, que se traduz na exigência: «Eu preciso de fazer mais e mais para conseguir compreender melhor o que se passou, quais são os crimes envolvidos, quais são as acções envolvidas». Esquecendo-se assim que o sentido da justiça é o julgamento e não terminar com uma acusação perfeita, em que toda a verdade está descoberta e em o que vier a seguir já não tem senão o sentido de atrapalhar a descoberta da verdade do investigador. A Justiça é a justiça do contraditório. A investigação é preparatória do julgamento e, portanto, isto vai obrigar a uma alteração da metodologia no sentido de o Ministério Público e as polícias começarem a pensar nos julgamentos e não tanto na investigação. Repare-se que o sistema português permite um pouco esta ideia de cada um se concentrar naquilo que tem a fazer e não no conjunto do processo. Porque o procurador do julgamento não é a mesma pessoa que o procurador da investigação. Portanto, não há uma continuidade. Daí que, muitas vezes, o titular da investigação só esteja a pensar no seu próprio trabalho: «Eu tenho que terminar com a acusação perfeita». Ora, não é isso que diz o Código. O Código diz: «reunidos indícios suficientes dos quais possa resultar uma condenação em juízo, deve ser deduzida acusação e o mais depressa possível», para que não haja estes custos da própria investigação.

Tudo isto muda a metodologia da investigação. Muda como? Não pode haver mega-processos, tem de haver separação de processos. Se houver vários arguidos, as investigações têm de ser muito mais cirúrgicas, evitar investigações sem estratégia do género daquelas que podem resultar de saídas para o terreno com a realização de buscas e apreensões, sem se saber exactamente do que se está à procura, caindo-se facilmente naquelas técnicas que ninguém deseja do arrastão. Este é uma tradução da expressão inglesa do «agir», «*fishing expedition*», no sentido que: «Eu vou não sei à procura de quê, mas tudo o que vem à rede é peixe». Isto não pode ser admitido na filosofia do CPP, porque nós não partimos de um princípio de presunção de culpa, mas precisamente o contrário. Partimos do princípio que as pessoas são inocentes e só quando temos indícios da prática de um crime é que entramos em campo com os utensílios e os instrumentos do processo penal que, no fundo, são sempre restritivos das liberdades. Portanto, nós só temos legitimidade para restringir as liberdades através de diligências (escutas, buscas, apreensões, revistas, inquirições, entre outros) quando temos razões para desconfiar de alguém. Não podemos adoptar uma atitude genérica (podemos desconfiar) relativamente a cidadãos, a categorias de cidadãos, a categorias de profissões, a actividades económicas. Como no exemplo de dizer: «A Banca provavelmente está sempre envolvida em ilícitos. Portanto, se for vamos fazer uma busca a um balcão bancário, de certeza que apanhamos uma série de ilícitos». São estratégias de investigação totalmente incompatíveis com a ideia do Estado de Direito. Portanto, tem de haver uma reorientação da investigação, com uma ideia de eficácia, no sentido de se saber o que se está à procura. Evidente que há muitos conhecimentos fortuitos, que vão sendo adquiridos ao longo da própria investigação, mas a investigação não pode assentar na falta de estratégia e na expectativa de que todos os conhecimentos a incorporar no processo sejam fortuitos. É uma investigação dirigida com uma estratégia de julgamento.

Isto, de facto, foram mudanças no CPP que, não sendo radicais, todas elas acho que já resultavam de uma boa prática ou já deviam resultar do que seriam as boas práticas convenientes na investigação penal, mas houve alguma necessidade do legislador de as pôr mais claramente na letra da lei quanto mais não seja porque qualquer boa lei pode, depois na prática, desviar-se dos objectivos com que foi criada. E eu acho que este é o ponto principal que tem sido alvo de grande celeuma nos meios jurídicos. Uma celeuma que não tem sido, a meu ver, muito esclarecida, porque às vezes usam-se argumentos que nem sequer são muito rigorosos. Até porque a discussão não ocorre nos locais mais indicados, como seja: as faculdades, os congressos científicos. Geralmente é uma discussão que ocorre na comunicação social, em debates televisivos, nos jornais. Ainda bem que temos jornais, imprensa livre e tudo isso é de louvar, mas o rigor às vezes perde-se. Por exemplo, eu tenho ouvido muitas vezes dizer que a investigação da criminalidade económica, financeira ou complexa em geral, se tornou impossível, porque o legislador mexeu nos prazos do inquérito, encurtou os prazos do inquérito. Eu já ouvi *ipsis verbis* esta declaração. Não digo que seja dita com má-fé, mas é falsa, porque o que se quer dizer é outra coisa: é que como o segredo de justiça eterno já não é possível e os prazos antigos do inquérito eram meramente ordenadores e estes prazos do inquérito passam a ser efectivos, então na prática é como se tivessem cortado os prazos do inquérito. Mas não mexeu nos prazos. Os prazos são exactamente os mesmos, ninguém os levava a sério, o problema era esse.

Quanto às outras críticas, que se ouviram à reforma, eu creio que o tempo já se encarregou de as afastar, porque eram críticas muito feitas em cima do acontecimento, designadamente as alterações dos prazos da prisão preventiva, entre outras. Isso foram críticas que sucederam no Verão passado, em Agosto passado, quando se falou numa pretensa vaga de crimes de Verão, mas que em grande medida, não obstante ter havido, como os resultados mostram, um crescimento da criminalidade sobretudo da criminalidade violenta, esse fenómeno tem que ver com múltiplos factores, mas não com a reforma penal e muito menos com a alteração dos prazos da prisão preventiva. Por duas ordens de razões: porque a prisão preventiva passou dos 3 para os 5 anos de prisão, mas continua a ser possível para os 3 anos em certas formas de criminalidade e, portanto, essa criminalidade que causou alarme social que geralmente tem mais de 5 anos de prisão, mesmo que tivesse só 3 anos de prisão, manter-se-ia na mesma aplicável a prisão preventiva. E depois não creio que os preventivos que tivessem sido postos em liberdade por causa da alteração da lei tivessem sido as mesmas pessoas que cometeram esses crimes violentos. Porque se assim fosse, teria havido um *upgrade* da própria criminalidade que eles praticavam, porque se eles estavam em prisão preventiva por uma criminalidade menos grave, na realidade estariam cá fora a cometer crimes mais graves daqueles que tinham ocasionado a prisão preventiva. Eu acredito que a prisão é criminógena, é a chamada “escola do crime”, mas tenho esperança que não tenham vindo todos com a escola toda para fazer crimes mais graves do que os que tinham feito. Mas essa crítica realmente já não se ouve, até porque em Portugal não temos um tratamento de dados tão actual que permitisse fundar essa crítica num conhecimento real dos números de presos preventivos libertados e dos detidos. Portanto, eram extrapolações feitas na base de intuições superficiais. Tanto que a própria equipa que está responsável pela monitorização penal procurou junto das próprias fontes sindicáveis, como serviços prisionais, os dados fidedignos e estava a ter dificuldade em obtê-los para os períodos mais recentes. E, portanto, é preciso deixar passar mais algum tempo para ter o controlo desses dados.

Classifique de 1 (um) a 5 (cinco) a Reforma Penal na sua globalidade, sendo que ao 1 (um) corresponde totalmente negativa e ao 5 (cinco) corresponde totalmente positiva.

Apesar de poder parecer um pouco suspeito, atribuo a nota máxima a esta reforma, portanto 5.

Em suma, dir-se-á que todos os sujeitos processuais têm razões para festejar a revisão do CPP, pois todos vêem reforçadas as suas posições.

As críticas apareceram de forma abrupta e mesmo inesperada, já que, durante todo o processo legislativo da revisão do CPP se procurara o maior concerto possível das opiniões representativas dos diversos sectores ligados à realização da Justiça penal, além de que se evitara, de caso pensado, a introdução de alterações no CPP que subvertessem a sua filosofia originária. As críticas não foram unívocas, o que é natural, pois surgiram a várias vozes. O grave é que nem

sempre foram consistentes, mas como passaram através dos meios de comunicação social, fica a dúvida sobre se o defeito é imputável aos críticos, pois é sabido que os jornais e a televisão não constituem o espaço mais adequado à reprodução de nenhum tipo de argumentação rigorosa e complexa.

É da essência da própria Justiça que a mesma tenha de ser feita num contexto de igualdade de armas, ademais reunidas todas as outras garantias provenientes da tradição liberal do processo penal. Não há nenhuma ingenuidade nesta defesa da tradição liberal, mas antes a lucidez de um alerta para a necessidade de os titulares dos procedimentos de investigação mirarem sempre o julgamento, calendarizando a investigação de maneira a obter resultados depressa, em vez de pensarem que a sua função se esgota na acusação, demore o que demorar, como se a sua palavra fosse a última em termos de verdade e de Justiça, que a sequência só pode embotar. É preciso, pois, regressar à cultura da justiça liberal, mesmo nestes tempos marcados por novos perigos e novas ameaças à segurança de pessoas e bens.

ANEXO H - ENTREVISTA TENENTE-CORONEL PEREIRA

Entrevistado: Albano Pereira

Com as alterações introduzidas com a Reforma, nas figuras a seguir elencadas, quais as implicações ao nível do *modus-operandi* da investigação criminal da Guarda Nacional Republicana?

Desde logo, podemos identificar ou agrupar as alterações que estão aqui referidas. Os objectivos das alterações não são os mesmos.

Nós vemos aqui aspectos ao nível da constituição de arguido, do interrogatório, como tipicamente actividades de investigação criminal, prevista no processo penal, mas também na Doutrina, nas técnicas de investigação, no âmbito do inquérito. Mas depois vemos aqui aspectos de sanções penais, liberdade condicional. Desde logo, nós podemos tentar agrupar estas alterações em alterações que são, no âmbito essencialmente dos direitos, liberdades e garantias, e, portanto, neste caso na dimensão tutela dos direitos, liberdades e garantias do arguido. Outras têm que ver com aspectos de política criminal: aumentos de penas, molduras penais, processo especiais. São essencialmente, no âmbito da política criminal, objectivos diferentes. Julgo que, quer umas, quer outras, colocam e ajudam a colocar o sistema processual penal português, no que respeita quer aos direitos do arguido, na fase de inquérito e de instrução, quer depois ao nível da execução das penas, numa vanguarda europeia mundial, destas normas.

Contudo, podíamos falar se de facto a nossa realidade sócio-criminal, se adapta a estas medidas. Poderíamos talvez dizer que, arriscando ter um entendimento com uma sustentação pouco científica, a percepção que se tem é que as nossas leis penais andam em algumas matérias, não à frente, mas mais evoluídas do que aquilo que deve ser, tendencialmente mais evoluídas em relação à realidade socioeconómica, política de percepção das liberdades.

Como o nosso tema tem essencialmente que ver com as implicações ao nível da investigação criminal, numa lógica ao nível do inquérito, na procura de carrear prova para contribuir para a qualidade da Administração da Justiça, podemos dizer que em algumas matérias, se confunde se a reforma visou, de facto, dar mais condições de defesa ao arguido ou se visou (e se o foi altamente lamentável, mas há indicadores nesse sentido) criar condições de o arguido fugir à justiça, que é uma coisa completamente diferente.

Criar condições para o exercício dos direitos do arguido. Sem prejuízo de ser sempre melhor ter um criminoso em liberdade do que um inocente preso. Parece-nos que, em algumas matérias, o sentido da Reforma, ao restringir alguns aspectos, veio condicionar quem desenvolve a investigação criminal, nomeadamente nos prazos. Está a haver um antagonismo entre medidas e a prática. Já se começa a perceber que muitas das situações estão a ser utilizadas, sendo invocadas para proteger os direitos do arguido, para constituir acções dilatórias no processo para que os casos decorram, para fazer prescrições ilícitas, o que é altamente lamentável.

✓ **Sanções Penais e Liberdade Condicional**

A política criminal pura na dimensão da execução de penas, quer as sanções penais, quer a liberdade condicional, não nos afecta directamente. Resultante do seguinte raciocínio: nós temos possibilidades de prosseguir os princípios e as teses da prevenção especial, se tivermos fartura de meios. Não tem que ver especialmente com os direitos, liberdades e garantias, mas sim com os aspectos de condições políticas, económicas, sociais, de posicionamento de Portugal no mundo, em relação à política criminal, nomeadamente quanto às condições de execução. A liberdade condicional é a mesma coisa. É reduzir pelo fim. Portanto, as coisas são as mesmas, nuns corta-se no princípio, nestes corta-se no fim.

Portanto qual é o aspecto para nós importante? Em relação a estes, haver sistemas de informação que na disposição dos polícias. Isto interessa essencialmente para prevenção. Não especificamente para investigação criminal, embora eles depois estão cá fora, cometem crimes e nós temos que os investigar. Essencialmente para prevenção, embora também interesse para

investigação criminal, porque se o indivíduo estiver lá dentro não comete certos crimes (pode cometer alguns lá dentro). O aspecto relevante é que isto para limitar, atenuar as implicações negativas na prevenção e na investigação criminal, as polícias e os tribunais, mas principalmente as polícias, fazem este tipo de prevenção policial. Para a outra prevenção criminal, através de policiamento, patrulhamento, têm de ter acesso a esta informação. Portanto, têm de ser informadas.

✓ **Detenção**

Esta matéria das detenções está relacionada com a primeira, só que quando se detém, já se sabe que a pessoa que é detida, se porventura puder dificultar, esconder elementos que possam ser provas que a incriminem, vai fazê-lo. Julgo que é nesse aspecto, que isto está depois relacionado também com as situações de prisão preventiva, nos casos que admitem prisão preventiva. No fundo, fora do flagrante delito só tem lugar quando fundadamente por considerar que o visado se não apresentaria espontaneamente.

Aqui, há quem defenda que é um exagero. A pessoa fora do flagrante delito tem aquelas normas próprias entrelaçadas com a prisão preventiva. Mas em relação à investigação criminal, qual é a diferença entre o arguido estar detido ou não estar?

Julgo que nós temos que actuar com as normas existentes e o mérito da investigação criminal não é com normas que não existem, porque senão íamos banalizar aquelas acções, aqueles sucessos que são feitos. Pondo em dúvida o para lá das normas. A investigação criminal tem de ser um mecanismo para fazer Justiça. Não podemos valorar a investigação com o processo. Esta não pode ser uma razão de tudo. Ou seja, vai cair sempre entre direitos humanos e eficiência policial.

As situações de detenção fora de flagrante delito, determinadas por nós, já eram muito raras. No caso de flagrante delito não há grandes alterações aos últimos desenvolvimentos. É trazer o mais possível de situações para processo sumário, mas sem que isso implique grandes situações de pessoas ficarem detidas.

A ideia é que de facto tem toda a lógica, dado que os processos sumários permitem decisões céleres. Até já há quem diga que a Justiça é a justiça dos processos sumários. Se é assim, é porque a ideia é abreviar, arranjar soluções rápidas para que todos os processos sejam julgados logo. Porque se demorarem passam a complexos e as pessoas que têm um determinado estatuto e são detidas, por exemplo, por excesso de velocidade, violação de regulamentos ou outros que admitem detenção seriam julgadas logo. Se for passado uns meses ou anos, vão tentar afastar qualquer responsabilidade penal por causa da imagem. Aquilo que podia ser célere, simples passa a ser lento e complexo. Se é assim, é porque a moldura penal também é baixa. Ou seja, estamos perante, no âmbito dos bens jurídicos, uma violação de um bem jurídico de pouca valoração social e, portanto, o melhor é julgar logo. Julgo que o legislador pretendeu inutilizar essa linha que já vinha do antecedente. Fazer mais situações de flagrante delito, mais processos sumários, o que pressupõe um flagrante delito, resolver logo esses problemas, fazer aplicar a esses processos especiais crimes com umas molduras penais um pouco mais largas, mais amplas do que o antecedente e portanto é evidente que nas situações em que pode ser julgado, é de imediato, se não puder, notifica-se.

✓ **Constituição de arguido:**

Creio que nesse aspecto da constituição de arguido genericamente se impunham esses novos requisitos. Pela tónica da investigação criminal, o objectivo não releva muito, mas o que é certo é que se alargarmos um pouco na análise concluímos o seguinte: os objectivos que estão no processo da figura da constituição de arguido, tanto no que respeita aos interesses públicos, como da defesa dos direitos do próprio arguido, estavam, na prática, a contribuir para por um lado julgamentos na praça pública de pessoas que eram constituídas arguidas porque formalmente o processo determinará. Nem sequer havia de ser manifestamente fundada ou infundada, era aleatório.

Estava a ser utilizado essa figura, que estava a ser perniciosa, estava a prejudicar. E prejudicava a imagem da pessoa, por outro lado a de arguido, que até podia não ter mal nenhum. Tanto podia ter mal, que a lei depois faz aplicar um regime bastante favorável à protecção dos direitos do arguido. Tinha essa dupla dimensão negativa. Em relação ao arguido, mas também em relação a todo esse ruído que se faz na comunicação social perturba também depois as investigações, tende a perturbar.

Tem essa dimensão e num processo em que nós temos só suspeitos, nessa fase os investigadores trabalham à vontade. Daí dizer que, na notícia do crime não seja manifestamente infundada. Aqui cai, por exemplo, as situações em que nós recebemos a notícia do crime por uma denúncia anónima e não podemos ter logo a pessoa visada como arguido. O inquérito é o mesmo conceito agora, igual ao anterior, mas tem um alcance prático diferente. Havendo inquérito, é possível um trabalho mais discreto, ainda antes da pessoa saber que é arguida. Ela não sabe que é arguida, mas tem de saber que é suspeita. Porque a partir do momento em que essas suspeitas são fundadas (daí a fundada) que quer dizer que nós podemos ter um conceito mas tem de ser no caso concreto.

Quanto à exigência de validação é um reforço da tutela dos direitos do arguido. Em relação à situação anterior, antes havia exigências formais na constituição de arguido, independentemente dos aspectos materiais e do fundamento da suspeita. Agora, não só como vimos, se exige uma suspeita fundada, como lhe dar maior dignidade no que respeita à validação. Ou seja, considera-se que os OPC têm competência, quer a nível de habilitação legal, quer a nível do normal conhecimento dos factos, para considerar que uma determinada suspeita é fundada. Mas ainda assim, o legislador pretendeu que houvesse um outro olhar, mais qualificado, não obrigatoriamente do juiz, mas pelo menos de uma autoridade, neste caso em alternativa, a autoridade do Ministério Público. Estas normas, em relação à investigação criminal e mesmo em relação aos direitos, podemos dizer que, de certa forma, se subentendem, se impunham e são próprias de um processo novo que aqui acaba por tutelar os direitos do arguido, sem prejudicar (aliás, pelo contrário até mantendo e até ajudando naquela dimensão que há pouco referi, que enquanto não há arguidos, não há ruído à volta do inquérito) o suspeito na qualidade de suspeito, como ainda não foi acusado de nada, ainda não foi confrontado com a prática de nenhum ilícito. Assim, os investigadores trabalham mais à vontade. Estas são as técnicas, as práticas, os métodos que são facilmente mais eficientes.

✓ **Interrogatório de arguido:**

No interrogatório do arguido foram determinados agora uns tempos, quer tempos máximos, quer parcelares, quer intervalos. Temos que perceber estas normas. A investigação criminal é entendida como o momento processual em que se produz a prova, que permite imputar um facto ilícito a uma ou mais pessoas, e se possível em circunstâncias que possa haver um contributo das polícias e do Ministério Público para um juízo da culpa, para depois haver uma consequente aplicação da pena. O legislador quer que isso seja feito, muito mais vezes, com a prova material e muito menos vezes com a prova pessoal e muito menos com confissões. Em boa verdade, exceptuando o primeiro interrogatório, os demais interrogatórios são feitos pelas polícias e pelos magistrados do Ministério Público, tendencialmente pelos polícias. Estes interrogatórios são muito importantes.

O legislador quer acabar com aquela ideia do investigador do interrogatório, da entrevista de horas e horas. Em boa verdade, e cada vez há mais elementos que comprovam isso, interessa muito mais e ainda nessa circunstância, aquilo que o indivíduo diz em relação a outros do que em relação a ele. Portanto, em relação a outros porque ele está praticamente a testemunhar, mas também porque não tem muito peso, porque não está sobre juramento. Também se estivesse não era um polícia que o podia fazer.

Portanto, estes interrogatórios continuam a ser muito importantes e vão continuar a ser, nomeadamente para tentarmos perceber, com alguns conhecimentos no âmbito da psicologia, quando tocamos em alguns aspectos, os pormenores, sinais, reacções, manifestações, o rosto. Continuam a ser importantes, todavia manter a pessoa em condições de comodidade terrível e esgotá-la é algo que, de facto, colide com a dignidade humana (e essa é intangível) e, por isso tem de ser banido.

No nosso entendimento, a investigação criminal é um acto de Justiça. Por isso é que no art.º 1.º LOIC de 2000 é pela primeira vez estabelecido o conceito legal de investigação criminal. A principal dimensão daquele conceito é tudo aquilo que tem de ser feito no âmbito de um processo, no inquérito ou numa instrução durante um processo. Essa dimensão negativa de actuação de um Homem sobre os outros e do Estado sobre outros não pode ser utilizada no âmbito do conceito de Justiça. A justiça tem as armas que tem, tem as condicionantes que tem, por isso é que nós falamos em eficiência e não em eficácia. Portanto, quanto à legislação em termos de interrogatório público, já disse que eu acho que não afecta, antes pelo contrário, o que interessa aqui é que se os polícias, se

as autoridades judiciárias, provarem que esses tempos de interrogatório causam grave perturbação à eficiência dos inquéritos e que se fossem mais longos, sem intervalos, não afectava nada à pessoa, se conseguisse ter tempo tecnicamente, se conseguisse provar isso que o faça. Parece-me que não o fazendo, aquele discurso de que: «isto prejudica a investigação», sabemos que não leva a lado nenhum.

✓ **Medidas coacção**

Julgo que já havia normas suficientes não estavam era referidas expressamente. Todas elas têm de ser fundamentadas. Aqui sobre a impossibilidade do juiz de instrução aplicar uma medida de coacção mais grave do que a provida pelo Ministério Público, eu julgo que este tema é um tema de grande expressão académica, também tem alcance prático.

A autoridade judiciária propõe, o Ministério Público propõe e o que está aqui em causa é e se o juiz de instrução criminal achar que é insuficiente. Aqui existirá esta discussão, porque se considera que o juiz de instrução criminal é o juiz das liberdades, portanto ele terá os critérios mais ajustados, tendencialmente mais ajustados, para chegar à protecção dos direitos do cidadão em relação à situação em concreto. E o Ministério Público propôs menos. Portanto, há aqui quem defenda que por essa precedência, ao nível da tutela dos direitos, que deveria o juiz de instrução criminal ter a liberdade de diminuir (não está aqui em causa), manter ou aumentar. Há aqui um outro aspecto que contraria isso. E fazendo uma certa relação, se o Ministério Público é que tem a tutela de acusar, portanto tem o dever, a responsabilidade de acusar, representa o povo na acusação, nos interesses públicos, ele representa sempre os interesses públicos. Eu julgo que para nós, se o Ministério Público apresentasse uma medida não privativa da liberdade e o juiz aplicasse, se pudesse aplicar uma medida privativa de liberdade, o que é que podia acontecer? O indivíduo que esteja preso geralmente não comete violações às normas de excesso de velocidade, porque está lá. Mas pode fazer por outros. São esses aspectos pouco relevantes para a investigação

Na prisão preventiva há aqui alterações que são essencialmente de política criminal. Ou seja, o aumentar os critérios, os pressupostos da aplicação da prisão preventiva é a essência da política criminal. A política criminal tem uma dimensão essencialmente de prevenção e depois todos os aspectos associados à prevenção. Aqui na obrigação de permanência na habitação é a mesma coisa. Desde que as pessoas estejam localizadas e localizáveis e que a sua mobilidade para cometer crimes esteja reduzida, para nós polícias o indivíduo estar na prisão ou estar em casa é sensivelmente igual. Nem releva muito como já disse. Claro que em casa ele tem mais facilidades de contactos. Ou seja, o indivíduo pode ter uma estrutura organizada de crime, quer na prisão, quer cá fora, mas é mais fácil dar continuidade em casa. Mais fácil é estar em liberdade, a seguir é estar em prisão domiciliária ou regimes assim, o pior é estar lá dentro. Mas não quer dizer que ainda assim não o faça.

✓ **Validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos**

A situação anterior era melhor para a investigação criminal, de longe. Antes o princípio era o do sigilo. Havia duas partes, a primeira era do inquérito, o princípio era do segredo de justiça e só a partir de certa altura é que era o da publicidade e havia umas situações mitigadas, que em certos casos o arguido poderia aceder a parte.

Nesta altura, o princípio é o da publicidade, o que quer dizer que se o Ministério Público nada fizer o processo mantém-se sempre público. Portanto, em determinadas circunstâncias obrigam a maior empenho do Ministério Público. Considera-se que assim se defende melhor os direitos do arguido, principalmente a nível do contraditório. Mas o que se acaba por verificar, na maior parte das situações, é que o arguido sabe antecipadamente ou deduz qual é a tarefa investigatória que vai ocorrer a seguir e acaba por se precaver da mesma. Esta alteração foi desproporcionada. Admito que a forma como estava o segredo de justiça podia estar demasiado fechada, agora esta abertura foi desproporcionada. E depois aparece a gravidade, ainda assim, do prazo. Ou seja, também aqui não é possível que as normas relativas aos prazos, a redução dos prazos, conflituem, com frequência, elas estão exactamente em sentido contrário. São mais medidas que podem ser utilizadas como dilação.

O legislador deu, por um lado, mais direitos ao arguido, mas isso não me leva a contestar. De forma objectiva, isso vai gastar mais tempo em missões que não são de investigação, são para proteger. A essas medidas deveria corresponder um aumento do prazo e não uma diminuição.

Depois, agravado pela seguinte circunstâncias, os casos mais complexos, por norma, envolvem diversos arguidos. Essa complexidade, multiplicada pelo número de arguidos, resulta em centenas e milhares de diligências. Ainda assim, há situações de prorrogações especiais, ou seja, os critérios que estão no processo penal para a criminalidade muito complexa deviam arrastar consigo tudo o que fosse prazos: o prazo de segredo, o prazo de inquérito. Tudo para ser proporcional.

✓ **Prova e meios de obtenção de prova**

Na prova por reconhecimento havia de facto muita confusão. A lei já estabelecia a prova por reconhecimento e sobre esses aspectos praticamente não há mudanças. O que havia era práticas que consideravam como aceites, como sendo reconhecimento fora destas normas e que vieram agora a ser mais consagradas na lei. Exemplo prático: às vezes há conhecimento de situações em que a prova de reconhecimento foi forjada para condenar uma pessoa. Nós não podemos pactuar com isso.

Se as pessoas estão, em certos crimes por exemplo associados a violações, em situações de muito dano pessoal, as pessoas ficam tão frágeis que qualquer pessoa que vejam identificam com o infractor. É muito falível. O que o legislador decide é que tem de adicionar ali alguns aspectos. Se primeiro, se houver reconhecimento de fotografias ou de outros, tem de ser seguido por reconhecimento presencial. Depois, a norma até diz que no reconhecimento presencial se possível deve ser com estes requisitos. Se possível, não é obrigatório. Mas tem que ver com o sentimento das pessoas. Não há aqui uma diminuição, nem uma redução da força da prova por reconhecimento. Acho que, nestas circunstâncias, até se afastam, porque levavam, muitas vezes, a ser consideradas nulas. E assim, ao anular, não iria valer nada. Ou seja, são normas que nos obrigam a ter certos cuidados, a ter certos procedimentos, acautelar uns e evitar fazer outros, que afastem a possibilidade desses actos serem considerados nulos, (isto para nós até é louvável, é bom).

Em relação às buscas, essas medidas chamam-se medidas restritivas de prazo. Estas não me parecem especialmente relevantes. Se virmos isto de uma forma mais sistemática, temos sempre o princípio, por um lado da tutela do direito das pessoas, dos suspeitos, dos arguidos, e por outro da proficiência da investigação criminal. Estamos perante uma medida restritiva que, essencialmente, tem como objectivo dizer, em termos práticos «Vós polícias, antes de utilizardes as técnicas, os meios que conflituem directamente com os direitos, liberdades e garantias, primeiro fazei todos os trabalhos, preparai-vos para isto».

Vamos considerar o exemplo da droga. Nós queremos fazer uma busca para encontrar prova dos crimes. Por analogia aos elementos essenciais de informação, chamo-lhe EEP: Elemento Essencial de Prova. Nós já temos no inquérito diversas coisas que um indivíduo trafica e vende junto à escola e depois, como pode haver alguma dificuldade por não haver nenhuma situação de flagrante delito, juntando isso tudo fazemos a busca e encontramos uma série de objectos, uma que é a substância ou substâncias (porque eu posso ter uma substância de cocaína pura, plásticos, máquinas automáticas para embalar, para pesar, para medir). Este conceito do inquérito em «ponto rebuçado» para receber o resultado, neste caso, da busca é fazer da busca um momento ajustado à situação em concreto. Para isso, tenho de saber se eu quero deter um indivíduo, convém que ele esteja lá dentro, que esteja em Portugal. Então vou preparar as coisas para conhecer os hábitos da pessoa. Eu tenho que fazer isso antes e se eu fizer isso antes, depois de certeza que os 30 dias vão chegar e sobrar para quando eu chegar à autoridade judiciária para levar isto, solicitar a busca, para o juiz não ter dúvidas dos objectivos. Isto, primeiro credibilizar o nosso pedido de emissão de mandado de busca. Segundo, quando temos todas as condições, quando está no «ponto rebuçado» temos elementos (não são absolutos, podem haver alterações) suficientes que nos permitam pedir o mandado,. Pedir os mandados quando o inquérito esteja no «ponto rebuçado».

Em termos de investigação criminal, é favorável, porque é ajustado àquele tipo de crime. Ou seja, a protecção dos direitos, liberdades e garantias, quanto à dignidade humana, deve ser entendida intangível. Temos de confrontar isto com o art.º 18.º da CRP. Se nós olharmos para isso, os núcleos essenciais dos direitos mantêm-se. São um pouco comprimidos, por causa da necessidade de conformidade, de conformação prática com outros. Aqui não são tanto os deveres, são os direitos dos outros.

As escutas são o mesmo conceito. As escutas telefónicas são das coisas mais violentas em relação à privacidade das pessoas. Nas escutas não se põe em causa restrições quanto ao seu

emprego. Nós é que temos de provar essas circunstâncias: os tipos de crimes são estes, têm esta gravidade, são cometidos por uma organização, por um conjunto de indivíduos que têm uma organização estruturada. Como é muito grave, e interfere muito na privacidade das pessoas, têm de se esgotar as outras primeiro. Portanto, é a *ultima ratio*.

Já coisa diferente tem que ver depois com o manuseamento: as transcrições, e aí é que me parece que a norma está à frente da realidade. A norma está demasiado restritiva. Restritiva não em si, mas se atendermos à realidade portuguesa de meios e de recursos. A lei, ao restringir quanto a prazos, pressupunha que houvesse mais meios.

Na investigação criminal precisamos de ter mais homens mais direccionados para isso, mais especializados. Os meios também precisam da especialização. Nós precisávamos de mais meios tecnológicos, por um lado, e mais recursos humanos, por outro.

✓ **Processos Especiais**

O legislador já há muito tempo que vinha dando mostra (e houve muitas propostas, nomeadamente de alguns de nós), no sentido de serem aplicadas a muitas mais situações processos especiais, nomeadamente o processo sumário. E indirectamente para nós é bom. Muitas vezes são os próprios investigadores que fazem também detenções em flagrante delito e fica logo resolvido, ficam logo libertos. E também indirectamente porque depois se eles não fossem resolvidos ainda podiam ser chamados a fazer diligências avulsas.

Quanto ao processo sumário, nesta situação devem existir especiais cuidados, quer pelo OPC que recebe, quer pela autoridade judiciária que recebe, mas principalmente a que vai julgar. Em termos de investigação não altera. Aqui o problema é o de ser julgado ou não. Porque detido ele já é, não podem fazer o mesmo trabalho.

São duas coisas. Primeiro, porque se considera que a justiça do processo sumário é uma melhor justiça, porque é célere. Por norma, o juiz, em abstracto, tem as condições para se aproximar de uma justiça material. Depois, por um lado, passado um tempo o processo já pode ser completamente forjado, as testemunhas contrárias já podem ser corrompidas isso e, por outro lado, para a investigação criminal todos aqueles actos que se seguiriam de possibilidade de haver diligências avulsas vão ser todos prejudicados. Isso é para que haja menos gente a ir para a prisão, embora possa ir depois na mesma, mas já não será na qualidade de prisão preventiva.

Relativamente ao processo abreviado, isso quer dizer que o juiz nunca nos poderá solicitar nada. Se não há debate instrutório, geralmente o juiz de instrução criminal nesses aspectos nunca nos pergunta, principalmente nestas situações de abreviados. Isto já empenhava pouco e agora não empenha nada. Se não há debate instrutório, quer dizer que a própria instrução não é nada e o debate em si não afecta nada. Indirectamente, no fundo, ainda pode haver uma redução aproximada do zero em termos de possibilidade de haver envolvimento na instrução.

Já o processo sumário é uma espécie de acordo.

Classifique de 1 (um) (totalmente negativa) a 5 (cinco) (totalmente positiva), na globalidade, a Reforma Penal de 2007, quanto às alterações trazidas à investigação criminal?

Quanto à reforma penal, relativamente às alterações trazidas para a investigação criminal, dou nota 2.

No que respeita aos aspectos que qualificam a própria técnica da investigação criminal, dou 4, pois há alguns aspectos, por exemplo ao nível do reconhecimento, em que o legislador, com estas medidas restritivas, afasta também a possibilidade de haver nulidades.

Em relação aos aspectos dos direitos, liberdades e garantias ou melhor aos aspectos de direitos do arguido, em sentido estrito, não dou 4, dou 3. Não consigo dar 4 porque quase todos eles estão colocados em situações que manifestamente vão ser empregues como medidas dilatórias. E aqueles que têm essas características dão 1. Tais como os prazos, a publicidade do inquérito.

As outras partes que vimos que não têm propriamente que ver com a investigação criminal, nota 3.

No geral têm 2 porque tendencialmente para a investigação criminal são negativas.

ANEXO I - ENTREVISTA MAJOR PEREIRA

Entrevistado: António Alfredo Rodrigues Pereira

✓ **Sanções Penais**

Para a investigação criminal tudo o que representar uma forma de alívio de sanção, designadamente contrapor medidas privativas da liberdade com outras, corresponderá sempre a um aumento de probabilidade e possibilidade de reincidência e acréscimo de necessidade de intervenção por parte da investigação criminal. É uma consequência quase necessária, é social. O mesmo acontece na suspensão de execução de penas, representa no mesmo âmbito um alívio da prisão efectiva e períodos de reclusão efectivos, traz necessariamente um aumento de possibilidade e disponibilidade para reincidências e isso para a investigação criminal não traz dificuldades em termos de trabalho mas traz aumento, pois com o aumento da criminalidade há aumento do trabalho a realizar por parte da investigação criminal, mas em termos de investigação, não.

Na aplicação de suspensão de pena, quanto à possibilidade de suspensão em penas de prisão até 5 anos, em termos sociais, terá benefícios concretos mas em termos de investigação nem tanto, pois isto ocorre quando não há reincidência, ou seja, não afecta a investigação negativamente. Quanto ao facto da duração das sanções penais corresponder à medida de pena de prisão fixada em sentença, não traz alterações para a investigação, pois ela não opera por estas razões: razões sociais, razões de Justiça e de sentimento de segurança. Não é relevante.

Em termos de prestação de trabalho a favor da comunidade, para a investigação criminal releva-se o facto de que a investigação de um indivíduo que cometeu um crime, em princípio, durante o tempo que está a cumprir pena de prisão, não está a reincidir em crimes, mas não dificulta nem afecta a investigação criminal em si.

✓ **Liberdade Condicional**

O facto de o indivíduo vir para liberdade condicional mais cedo, assim como o facto de a duração igual ao tempo de prisão, até ao máximo de 5 anos, desde que o tempo de liberdade condicional seja inferior ao tempo de prisão de condenação, não dificulta a investigação criminal. Subsiste sim, mais uma vez, o facto de possibilidade de reincidência.

✓ **Detenção**

Relativamente ao requisito para as detenções fora de flagrante delito, em que a lei determina que tem de haver fundadas razões para considerar que o visado não se apresentaria espontaneamente, estamos perante uma norma que vem limitar de certa maneira a discricionariedade que poderia eventualmente existir o abrigo da norma anterior. Todavia, é evidente que, para efeitos de investigação criminal, se coloque por vezes algumas dificuldades, traga reflexos menos positivos em termos de celeridade processual. Desde logo, naturalmente, o fluir das diligências perante estas circunstâncias, pois quando estamos perante alguém que é convocado, que necessariamente vai ter que vir ao processo e que não está muito na disponibilidade de colaborar, estamos aqui perante algum subterfúgio legal que lhe permite depois usar muitas vezes de má fé a bondade da norma.

Se estivermos perante alguém que queira, de facto, furtar-se ou que não esteja com muita vontade de colaborar, das duas uma: ou é alguém que encontramos com facilidade, por ter residência fixa ou trabalho ou por não ser a primeira vez que vem, e depois a seguir sabe-se onde encontrá-lo e aí já virá (porque aí já haverá lugar a detenção, na medida em que já passam a haver fundadas razões que não vai comparecer uma vez que já tem antecedente); ou o problema coloca-se ainda com maior gravidade, quando estamos perante circunstâncias de pessoas que não têm moradas certas ou pertencem a determinadas comunidades que vagueiam por diversas zonas do país ou que, já por estratégia, estão constantemente a mudar de residência e, nesse caso, complica-se a possibilidade de se vir a conseguir emendar a mão quando numa primeira fase se lhe dá o benefício da dúvida face à lei. É evidente que nessas circunstâncias também podemos, desde logo, tentar

presumir que existem fundadas razões para que não se apresente. Agora essa pessoa já tem de ter, no mínimo, algum historial de algumas faltas ou porventura perceber-se no momento da abordagem que a pessoa, de facto desde logo, manifesta alguma intenção de não se apresentar.

Portanto, não estando reunidos alguns destes requisitos dificulta de certa maneira a investigação e pode-se perder muitas vezes uma oportunidade importante de trazer ao processo alguém que era absolutamente indispensável.

✓ **Constituição de arguido:**

A constituição de arguido sofreu uma intervenção e um nível de abordagem que é completamente diferente, daquilo que vigorava na anterior lei penal. Do antecedente, qualquer tipo de queixa, qualquer denúncia, operava automaticamente a constituição de arguido. Havia uma queixa, havia um processo era constituído desde logo. Neste momento, estamos perante um cenário completamente diferente, que visa proteger as pessoas que eventualmente possam ser envolvidas nesta situação e, às vezes porventura, poderiam ser com razões infundadas ou até por má fé.

No âmbito da investigação criminal em concreto, a implicação que tem desde logo é apercebermo-nos se há algum fundamento, alguns indícios, que possam de facto corroborar a notícia. Essa será uma primeira preocupação, sob pena de, se não se confirmar, se propor desde logo o arquivamento, o que para a investigação é uma mais-valia pois pode ser muitas vezes entendido como uma forma de evitar desperdícios de trabalho.

A constituição de arguido também só pode ocorrer depois de confirmada a fundamentação da suspeita da prática de determinados factos. Isto remete para alguma alteração de estratégia, em termos de investigação, a este nível. Isto porque, faz com que necessariamente se tenha de promover todas as diligências conducentes a confirmar ou a infirmar determinados indícios. Assim, a promoção de diligências passa pela audição de testemunhas que for possível e aquele que é o suspeito (e que pode vir a ser o arguido) será trazido ao processo, será convocado para o processo sempre numa fase final, como é evidente, pois senão poderíamos estar a cometer algumas ilegalidades, como estar a forçar uma audição como testemunha de alguém que, nessa qualidade, tem de falar a verdade, mas que na prática sobre a qual já incide algum tipo de suspeita, que depois tornariam nulas essas mesmas diligências.

Relativamente ao requisito de exigência de validação pela autoridade judiciária, é naturalmente mais um requisito de rigor. É um requisito que obriga a que se fundamente particularmente esta constituição e que ela tenha que se basear em factos ou em pelo menos indícios relativamente consistentes, o que não deixa de constituir mais uma garantia dada a quem assume esta qualidade de arguido.

✓ **Interrogatório de arguido:**

No que concerne ao tempo e duração do interrogatório de arguido, considera-se que não constitui uma verdadeira limitação à actividade de investigação criminal. De facto, todo o procedimento processual conforma-se a esta norma tendo em conta o lapso de tempo em que pode durar a detenção e os fins que prossegue.

A prática e a uma ponderação ajustada dos fins do interrogatório já nos remetiam para uma solução que genericamente não ia além do âmbito desta norma, pelo que também não constitui uma verdadeira limitação à actividade de investigação criminal.

Embora a prova não se faça em sede de inquérito, as declarações aqui prestadas revelam-se inúmeras vezes cruciais, sobretudo quando outros meios de prova não abundam. O facto de o arguido fazer-se obrigatoriamente acompanhar por defensor inviabiliza de sobremaneira que posteriormente venha a negar essas declarações ou a tentar colocá-las num contexto de depoimento não livre. A presença de defensor é incompatível com esse tipo de dúvida, que estrategicamente poderia vir a ser suscitada em sede de julgamento.

Decorre desta alteração ao CPP que, a constituição de arguido só opera quando reunidos requisitos, mais ou menos objectivos, que permitam caracterizar a suspeita e maximizar, sustentar a acusação. Nesta conformidade, a constituição e audição do arguido vem a ocorrer após a realização da maioria das diligências de inquérito, momento em que a confrontação com a prova poderá revelar-se de utilidade processual. Nos casos em que se verifiquem desvantagens, poder-se-á sempre, justificando, não revelar dados no todo ou em parte. Estão reunidos mecanismos suficientes

para a salvaguarda dos fins da investigação e de salvaguarda dos intervenientes processuais incluindo necessariamente a das vítimas.

✓ **Medidas coacção**

Relativamente à aplicação de medida de coacção, prisão preventiva, no âmbito da forma é exigido que ao crime corresponda pena de prisão superior a 5 anos, ao invés do anterior que era para todos os crimes a que correspondesse pena de prisão superior a 3 anos. Obviamente que isto vem colocar fora da possibilidade de aplicação desta medida de coacção uma percentagem significativa de pessoas sobre as quais há indícios ou, muitas vezes, até algumas provas bastante concludentes que cometeram este tipo de crimes e são obviamente pessoas que têm propensão para continuar da actividade criminosa, que constitui um dos requisitos para a aplicação da prisão preventiva. Nestes casos concretos, fica fora da possibilidade de aplicação dessa medida de coacção e como tal vêm a contribuir, seguramente, para o cometimento de mais alguns crimes bem como para o aumento do sentimento de insegurança por parte das comunidades.

Todavia, em termos de investigação criminal, não tem um reflexo positivo ou negativo directo. Reflecte-se seguramente no aumento de trabalho a realizar pela investigação criminal, em virtude da existência de pessoas sob as quais já existem fortes indícios de conduta criminosa estarem em condições particularmente favoráveis, dado que se encontram em liberdade para continuarem essa mesma conduta. Nessa medida naturalmente acresce algum trabalho à investigação criminal, mas em termos de dificuldade não me parece que seja significativa por essa via.

✓ **Validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos**

Relativamente ao princípio de publicidade dos autos, consignado nesta ultima reforma penal, configura-se agora a possibilidade de consulta do processo e extracção de certidões ainda em fase de inquérito. Na prática, para a investigação criminal, estas alterações não representam dificuldades acrescidas, pelo menos de relevo, na medida em que a própria lei que prevê a possibilidade de consulta dos autos ou de passagem de certidões terá sempre de salvaguardar todos os aspectos relacionados com a protecção da prova. Terá também sempre de salvaguardar todos os aspectos relacionados com a protecção de identidades de pessoas envolvidas, pelo que não se configura, nem se tem vislumbrado particulares problemas relativamente a esta questão do novo princípio da publicidade por quanto a sua essência e âmago de intervenção acaba também ele por estar limitado à validação e auferimento, por parte do Ministério Público, das intervenções que forem suscitadas designadamente em fase de inquérito, que é onde a investigação intervém. Portanto não causa problemas acrescidos.

Quando os processos são complexos, quando exigem outro tipo de tratamento, naturalmente, uma vez decretado o segredo de justiça, tudo se passa como o antecedente, não havendo possibilidade de qualquer acesso.

Quanto à prorrogação do acesso aos autos por um máximo de 3 meses, considero bastante pertinente para a realização de mais algumas diligências que o Ministério Público ache por bem complementar.

✓ **Prova e meios de obtenção de prova**

A junção aos autos das fotos dos participantes na prova por reconhecimento, desde que autorizada por estes, não constitui qualquer perturbação para a IC. Anteriormente, efectuava-se a junção enquanto decorrência do procedimento. Agora, se tal não for autorizado pelo participante, dar-se-á provimento a essa vontade sem que tal comprometa o procedimento e a eventual prova produzida. Agora o reconhecimento feito por qualquer forma tem que ser seguido por reconhecimento presencial obrigatoriamente. Neste contexto, a IC tem que se congratular com um requisito legal de melhoria substancial da qualidade da prova, o qual contribui seguramente para uma maior certeza nas conclusões do inquérito, mas sobretudo em julgamento.

Quanto às revistas e buscas, os 30 dias para o cumprimento dos mandatos é antes de mais um prazo perfeitamente razoável para efectuar a diligência nas melhores condições técnico-táticas. A possibilidade, ainda que limitada, de efectuar buscas domiciliárias no período das 21 horas às 07 horas constitui uma importante e positiva mudança nesta abordagem, até aqui irredutível. E o facto importante de esta abertura legal ser extensível aos casos em que se verifique o consentimento do

visado, demonstra um passo importantíssimo para a realização dos objectivos da IC. Ainda mais relevante é a extensão desta norma aos crimes com moldura penal superior a 3 anos desde que a detenção ocorra em flagrante. Neste âmbito, a IC sai claramente reforçada nas condições de eficácia e de celeridade para a descoberta da verdade e compilação da prova.

Relativamente às escutas telefónicas, as normas vigentes vêm consignar sobretudo uma maior regulação no acesso e na gestão deste meio de prova. As alterações não implicam em si desvantagens para a IC.

✓ **Processos Especiais**

Quanto à abrangência do processo sumário das detenções efectuadas por particular, acho uma medida extremamente positiva, não fosse o facto de mal operarem as detenções pelos OPC, quanto mais por particulares.

Relativamente à obrigatoriedade do processo sumário em casos de detenção em flagrante delito por crime punível com pena de prisão não superior a 5 anos, acho uma medida excelente, mas defrontamo-nos, mais uma vez, com a falta de prática da aplicação do mesmo por parte dos tribunais. Caso isto funcionasse como deveria, seria deveras motivante para os militares, causaria um maior sentimento de eficácia, de segurança e uma maior ligação do serviço policial com as consequências em concreto. O indivíduo ao ser julgado, sem que haja sequer instrução da investigação criminal, vai proporcionar uma economia de meios à Guarda Nacional Republicana para que pudesse empenhar os meios em razão da necessidade e imperatividade da situação a investigar.

O fim do debate instrutório em processo sumário para a investigação criminal em si não é relevante, pois ocorre perante as autoridades judiciais e no âmbito das mesmas.

Relativamente aos prazos, em que actos passam a poder-se praticar em dias não-úteis e os respectivos prazos correm durante férias judiciais, para a investigação criminal em si é um aspecto positivo. Isto porque determina uma sequência de actos de resposta por parte das autoridades judiciais completamente diferentes para assim terem uma aplicação grande.

Classifique de 1 (um) (totalmente negativa) a 5 (cinco) (totalmente positiva), na globalidade, a Reforma Penal de 2007, quanto às alterações trazidas à investigação criminal?

NOTA: 2 – Pelo alcance e não aplicação dos processos especiais (solução para a não operacionalidade, não actuação em tempo e não visibilidade da aplicação da justiça), pois o alcance traduz-se num alívio da sanção, do sentimento sancionatório.

ANEXO J - ENTREVISTA MAJOR LUÍS

Entrevistado: Carlos Manuel Carraço Luís

Com as alterações introduzidas com a Reforma, nas figuras a seguir elencadas, quais as implicações ao nível do *modus-operandi* da investigação criminal da Guarda Nacional Republicana?

✓ **Sanções Penais**

Quanto à investigação em si não é relevante. Apenas reside o facto de o indivíduo com certeza que reiniciará a actividade ilícita, uma vez existir a sensação de impunidade e elevando na comunidade onde o mesmo se insere o sentimento de insegurança, levando o Homem comum a crer que sobre o mesmo não recai qualquer responsabilidade criminal, ou seja que o Estado se inibiu de o punir.

✓ **Liberdade Condicional**

Eleva também na população o sentimento de insegurança uma vez que rapidamente é cumprido 50% da pena aplicada o que leva o Homem comum a desconfiar do sistema penal, uma vez que no local onde o crime é cometido é publicitada a pena aplicada e que posteriormente acaba por não ser efectuada

✓ **Detenção**

Os critérios encontram-se desajustados para quem procede à investigação, visto ser exagerada a preocupação nos direitos fundamentais do arguido descurando os das vítimas, deixando por diversas vezes a vítima desprotegida pelo facto de o arguido ter oportunidade de se apresentar voluntariamente, não havendo cabimento na detenção, ficando durante o espaço de tempo em que tem que se apresentar (se realmente o fizer) a vítima desprotegida.

No caso em que na tipificação não exista a vítima típica (crimes de tráfico, viciação e outros), tendo que cumprir o estipulado no CPP, o arguido facilmente se desfaz de todos os meios de prova que ainda poderiam vir a ser recolhidos ou simplesmente não comparece a Tribunal, inclusivamente podendo existir fuga do suspeito

✓ **Constituição de arguido**

Não causa transtorno para a investigação, até porque tal como vem expresso no art.º 58.º só pode ser constituído arguido quando existem fundadas suspeitas. E é prática comum na investigação a constituição de arguido só ser feita após o cumprimento da maioria das diligências de inquérito.

✓ **Medidas coacção**

A dificuldade imposta para aplicação da medida de coacção de prisão preventiva, em detrimento de outras medidas de coacção não privativas da liberdade, condiciona o desenrolar da investigação criminal, uma vez que não é possível executar demais diligências. Isto quando ao arguido foi explicado os factos pelo que o mesmo se encontra detido e o mesmo de tudo fará para que demais meios de prova não sejam encontrados, bem como outros potenciais suspeitos que deveriam ser presentes à justiça.

✓ **Validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos**

No que respeita ao segredo de justiça, normalmente todos os crimes violentos e os crimes de tráfico de droga, ou crimes de viciação de veículos, o Procurador determina logo no despacho de competência que ao processo se aplica o segredo de justiça. Nos casos em que o procurador não o determina de imediato, tem o OPC de ter o cuidado de não iniciar as diligências de inquérito antes de o requerer caso o entenda e ache necessário. O problema que existe é a falta de entendimento sobre

quando o processo não está abrangido. Quais são os actos públicos, por exemplo, num processo de violação. A inquirição da vítima é um acto público? Ainda não se obteve resposta a esta situação.

✓ **Processos Especiais**

Relativamente ao processo sumário, o mesmo não interfere na investigação criminal uma vez que, na globalidade dos casos, a mesma nesta fase está a iniciar-se.

Relativamente ao processo abreviado, não tem sido aplicado na maioria dos casos, passando a comum.

Classifique de 1 (um) (totalmente negativa) a 5 (cinco) (totalmente positiva), na globalidade, a Reforma Penal de 2007, quanto às alterações trazidas à investigação criminal?

Classificação: 1 (para não dizer nenhum).

Tem-se assistido a um aplicar de legislação avulsa para cada crime, o que vem complicar mais ainda a actuação dos militares. Aconteceu na legislação das armas e está a acontecer no crime de violência doméstica.

O Militar da Guarda acaba por se adaptar «às novas regras», apesar das dificuldades, não havendo qualquer benefício para a investigação criminal, mas antes um acréscimo de burocracia nos inquéritos levando à sua morosidade. Este excesso de burocracia retira os militares de investigação do local de trabalho («rua»), levando a que os mesmos sejam mais administrativos do que operacionais.

ANEXO K - ENTREVISTA MAJOR MARQUES

Entrevistado: Amândio Manuel de Jesus Marques

Com as alterações introduzidas com a Reforma, nas figuras a seguir elencadas, quais as implicações ao nível do *modus-operandi* da investigação criminal da Guarda Nacional Republicana?

✓ **Sanções Penais**

O reforço das penas não privativas aplica-se, essencialmente, a indivíduos detidos por situações relativas ao excesso de álcool no sangue, que vão trabalhar uns dias para a comunidade. Em termos do que eu tenho conhecimento relativamente aos nossos inquéritos mais complexos e mesmo nos outros de contrafacção.

A possibilidade de suspender as penas de prisão até 5 anos, para a investigação, em princípio, não tem grandes implicações, porque esta sanção é aplicada e é sinal que a investigação está concluída e também porque quantos mais indivíduos estiverem em liberdade, mais trabalho a IC tem.

Acredito na reinserção social? Sim e não. Em termos de investigação, até pode ser positivo, quantos mais estiverem cá fora, mais trabalho nós temos. Agora que isto provoca um aumento em termos de trabalho.

✓ **Liberdade Condicional**

A liberdade condicional terá mais que ver com a segurança e com o próprio aumento de trabalho também.

✓ **Detenção**

Neste momento, quanto à detenção fora de flagrante delito, o procedimento que se faz é notificar a pessoa para comparecer perante a autoridade judiciária, uma vez que nós fazemos uma prova de intenções é difícil e provarmos que um indivíduo não iria aparecer espontaneamente, perante a autoridade judiciária, para nós é complicado. Mas para a investigação em si não é restritivo.

✓ **Constituição de arguido**

Para nós a que tem maior implicação e que temos que ter mais cuidado é a nível do prazo da validação. Dantes, pedia-se a validação das apreensões. Agora também tem que se pedir a validação da constituição de arguido, porque senão isso implica estarmos a fazer novamente a constituição.

No novo requisito existe a suspeita fundada da prática do crime. Isto é importante até para a constituição do arguido pois digamos que era um pouco ao arbítrio de quem estava com a investigação. Neste caso, agora quando a pessoa é constituída arguida nós temos que ter fundada suspeita, mesmo coisas concretas e temos que lhe dizer daquilo que ela é suspeita quando é constituída arguido.

Não há portanto qualquer restrição para a investigação criminal.

O prazo de validação, relativamente à instrução, não é restritivo. De início é um pouco estranho, porque dantes só se pedia a validação nas 72 horas da mercadoria apreendida. Agora, cada vez que se constitui alguém arguido temos que solicitar essa validação no prazo de dois dias ao Ministério Público. Digamos que é mais uma diligência processual que se tem de fazer. Temos é que ter cuidado porque isso é uma nulidade, é mais um cuidado que o investigador tem que ter no cumprimento desse prazo dos 10 dias.

✓ **Interrogatório de Arguido**

Não é de todo restritivo à investigação criminal, restando somente o dever, pela nossa parte, de respeitar agora as horas e duração do mesmo, assim como os respectivos procedimentos.

✓ **Medidas coacção**

Relativamente às medidas de coacção, quanto aos inquéritos que nós desenvolvemos mais complexos não tem grande alteração. A pena de prisão que passou para 5 anos, para nós desde que o máximo seja superior a 3 e na associação criminosa habitualmente os processos mais complexos abrangem esta situação. Aqui, portanto a prisão preventiva têm-se mantido. Muitas vezes é decretada a preventiva e não a permanência na habitação por causa de destruição de prova, que têm outra liberdade que não têm estando na prisão, mas cada vez efectivamente vai sendo mais substituído uma pela outra. Em termos de acesso à prova, alguém que está numa permanência de habitação se quiser continuar a trabalhar, fá-lo mais facilmente do que se estivesse na prisão. Portanto, a continuidade do crime tem mais probabilidade de acontecer com permanência em habitação do que na prisão, se bem que na prisão ate telemóveis existem, mas isso é outra questão.

✓ **Validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos**

Relativamente ao segredo de justiça, causa-nos um grande embaraço, porque diligências são pedidas, o processo decorre, chega ao fim e são efectuadas as detenções, ou seja, teoricamente já acabou o segredo de justiça. De qualquer maneira, o Ministério Público vai sempre pedindo o segredo de justiça e aqui já há recursos de formas diferentes. Agora isto para nós efectivamente e desde que levado à risca, no nosso tipo de crime, cria-nos bastantes embaraços, porque é tudo muito curto e quando alguém sabe que está a ser investigado se vier aos autos e não se tiver decretado o segredo de justiça tem acesso a tudo o que o investigador vai fazer. E aí pode-se antecipar e estragar a prova.

✓ **Prova e meios de obtenção de prova**

Reconhecimento: a junção, se autorizada, de fotografias de quem participou no reconhecimento pode ser um factor inibidor para a participação do mesmo, não vislumbrando quaisquer vantagens para a diligência em concreto;

Buscas: os investigadores têm de ter mais cuidado porque se não cumprirem dentro do prazo, as provas são nulas. A realização de buscas durante a noite são importantes pois permitem desencadear as acções na melhor altura do ponto de vista operacional, desde que o tipo de crime o permita;

Escutas: o prazo de 3 meses implica uma maior aceleração na obtenção de provas; A apresentação para controlo judicial com resumos de 15 em 15 dias é benéfica para o OPC pois estabelece um prazo concreto deixando menos margem de manobra, desde que cumprido, aos advogados.

✓ **Processos Especiais**

Os processos especiais quando são processos que não são englobados noutros maiores, efectivamente resolvia-se o problema desde logo no sumário e levar-se-ia o indivíduo para este tipo de processo. Só que, na prática, inicia-se com todas as condições para sumário, mas baixa para inquérito e depois será delegada habitualmente a investigação em nós. Vai para comum e também para a investigação é irrelevante, pois nessa altura o nosso trabalho está completo.

Relativamente ao processo sumário, o mesmo não interfere na investigação criminal uma vez que, na globalidade dos casos, a mesma nesta fase está a iniciar-se.

Relativamente ao processo abreviado, não tem sido aplicado na maioria dos casos, passando a comum.

Classifique de 1 (um) (totalmente negativa) a 5 (5) (totalmente positiva), na globalidade, a Reforma Penal de 2007, quanto às alterações trazidas à investigação criminal?

Classificação: 3

É a nota do equilíbrio entre as alterações favoráveis e as desfavoráveis trazidas pela Reforma.

ANEXO L - ENTREVISTA MAJOR NASCIMENTO

Entrevistado: José Carlos Silva de Nascimento

Com as alterações introduzidas com a Reforma, nas figuras a seguir elencadas, quais as implicações ao nível do *modus-operandi* da investigação criminal da Guarda Nacional Republicana?

✓ **Sanções Penais**

Em termos práticos, nós continuamos na mesma realidade criminal. Estamos a falar de uma população reincidente a maior parte das vezes. Portanto isto não muda pelo facto de em vez de cumprirem penas, cumprirem outras medidas paralelas, como sejam as penas não privativas da liberdade.

É preciso ter a noção que teoricamente as prisões existem com uma função correctiva, mas chegou-se à conclusão, depois das primeiras investigações, que as prisões servem para tudo, menos para isso. São mais uma escola de crime, do que propriamente um estabelecimento de reinserção social. Isto é um pau de dois bicos, porque por um lado ao manter o arguido, neste caso, ou o condenado fora do ambiente da prisão, estamos também a preservá-lo de más influências. Por outro lado, estamos se calhar também a obrigá-lo a manter-se num ambiente social que de si também é perverso e que foi, muitas das vezes, o iniciador para aquele tipo de modo de vida.

Eu considero, por exemplo, que há determinado tipos de ilícitos que não me choca que um indivíduo cumpra uma pena não privativa da liberdade, que é a mesma coisa que agora se tem estado muito a apostar na questão das penas suspensas. As penas suspensas é evidente que têm a sua aplicação, mas faltam dados estatísticos. De qualquer das maneiras, considero que há determinadas molduras penais que não me choca a aplicação de penas não privativas da liberdade.

Em termos da investigação criminal, nós sabemos que a maior parte deles são reincidentes, estão lá fora, foram detidos, foram julgados, foram colocados novamente cá fora e depois foram outra vez detidos. Interessa depois ver até que ponto estas medidas estão ou não a ser bem sucedidas. Só que estamos a falar de um período que vai para dois anos. Dois anos são muito curtos para avaliar uma medida que tem um fim específico.

Esta pena de prestação de trabalhos a favor da comunidade é uma das penas não privativas da liberdade e que é capaz de ter algum efeito propedêutico, algum efeito didáctico, É capaz de ser uma medida ajustada.

✓ **Liberdade Condicional**

Aqui na liberdade condicional, a questão da metade da pena, sou capaz de compreender qual foi a intenção da medida. Todavia, do ponto de vista prático, não sei até que ponto uma condenação de 20 anos, que é cumprida 10 anos, fará alguma mudança de comportamento a nível da pessoa. Pressuponho que sim, até porque já temos muitas medidas que, não funcionando como liberdade condicional, funcionam em regime aberto. E não sei até que ponto isto poderá ou não ser benéfico. É preciso ver caso a caso, é preciso analisar que tipo de ilícito estamos a falar, em que circunstâncias, a personalidade da pessoa. Portanto, isso é tudo avaliação que é feita antes da concessão da liberdade condicional. Sobre isto tenho algumas reservas, mas não mais do que isso. Reservas no facto de ter passado para metade.

Em termos de implicação na investigação criminal, também tenho algumas reservas. É um pouco caso a caso. Estar a dizer que acho isso mal porque os indivíduos vem cá para fora e voltam a não ter um bom comportamento, não tenho dados nenhuns que me permitam concluir assim. Este tema é bom para ser tratado daqui a 10 anos. Estas duas últimas partes, sobretudo, a questão das

medidas não privativas da liberdade, a suspensão, prestação de trabalho a favor da comunidade e liberdade condicional são medidas que só podem ser avaliadas a médio e longo prazo. Não existem ainda dados que nos permitam, por exemplo, dizer de que de facto a liberdade condicional é uma medida eficaz. Em apenas 2 anos muitas das penas que entretanto foram aplicadas, ainda estão longe de ver esta liberdade condicional, portanto é relativo.

✓ **Detenção**

A fundada razão talvez seja uma das principais causas pelas quais, muitas das vezes, se possa proceder à detenção de alguém que é suspeito pela prática de um ilícito criminal, porque coloca-se logo a questão de saber (porque neste digamos que a detenção é pela negativa), se a pessoa em causa se não irá apresentar dentro do prazo que lhe é fixado e não ao contrário. Portanto, a partir daí, isso limita-nos bastante a acção.

Portanto, logo à partida isso também é um factor limitativo não só da nossa actuação, como isso também tem alguma repercussão a nível do sentimento de segurança das pessoas. Isto porque, muitas das vezes, estamos a falar de pessoas (não digo que não são compulsivas), que normalmente já têm um historial de prática de ilícitos e, muitas das vezes, quando as pessoas são identificadas e quando a GNR ou os OPC, mais genericamente, já se deslocaram a casa do indivíduo por vários motivos e toda a gente sabe que aquele é um indivíduo que pratica ilícitos e continua a fazê-lo impunemente (é esse o sentimento que passa às pessoas), existe esta questão da dificuldade em provar de que a pessoa em questão não se apresentará de livre e espontânea vontade. Funciona em relação a nós como um factor de redobrada debilidade do sistema. Portanto, não só passa a imagem de que nós não fazemos o nosso trabalho, mas também a imagem de que o próprio sistema em si não funciona. O sistema está mais para favorecer quem prevarica, do que as pessoas que vêm o seu património lesado.

✓ **Constituição de arguido**

As novas regras no geral exigem desde logo a necessidade de entender a contextualização da reforma penal. A questão da constituição de arguido é uma delas. Relativamente aos novos requisitos, desde logo talvez dos 3 eu ressalvo (não a questão da validação, porque esta para nós é completamente pacífica e até constitui a formalização de um acto que dantes já existia na prática: o envio da validação para que o Ministério Público proceda na mesma) a questão da constituição de arguido, no que toca ao requisito de existirem fundadas suspeitas. A questão põe-se logo (e aí podem haver interpretações dúbias) sobre o que se deve considerar como fundada suspeita. Por exemplo, num inquérito a decorrer onde a prova não seja bem consolidada, se calhar será mais difícil arranjar argumentos para justificar a constituição de arguido e submeter à validação por parte Ministério Público.

A notícia do crime também esbarra um pouco porque, muitas vezes, nós podemos ter conhecimento. O processo pode ser despoletado de várias formas e uma das formas é a nossa iniciativa e a outra forma é essa iniciativa vir até nós. Também esbarra, como eu disse, na questão de ,muitas vezes, nós não conseguirmos também ter logo à partida informação suficiente que nos permita, desde logo, iniciar uma investigação. Mas de qualquer das formas, isso também não é por aí que o procedimento não é tomado, porque, apesar de poder não haver fundadas suspeitas ou argumentos sólidos para dar início a uma investigação, o facto é que, como diz o CPP, qualquer facto ilícito deve ser investigado. Portanto, deve ser reportado às autoridades competentes. Neste caso, pode ser a nós ou pode ser directamente ao Ministério Público e esse facto tem de ser investigado. Nós não podemos, nesse aspecto, considerar logo à partida se há ou não essas tais fundadas razões, essa tal informação bem consolidada, bem argumentada, bem fundamentada sobre se de facto está ali, ou não, em causa um ilícito criminal. Aliás, até porque a própria orientação do Ministério Público, muitas das vezes, é no sentido de sermos nós próprios a, por via das dúvidas, dar conhecimento ao Ministério Público. E depois cabe ao Ministério Público, independentemente do

OPC poder considerar à partida que não está ali em causa um ilícito criminal, tomar essa decisão. Mas de qualquer das maneiras, mais vale pecar por excesso do que por defeito. Portanto, à cautela nós não vamos estar a “matar” aquilo que pode ser eventualmente uma boa investigação, só porque há uma decisão que ali não há prova fundamentada de estarmos em presença de um ilícito criminal. Portanto, por via das dúvidas, a regra é sempre dar conhecimento superior.

✓ **Interrogatório de arguido | Prova e Meios de Obtenção de Prova**

Em regra, penso que a introdução das alterações veio, de alguma forma, colocar regras mais apertadas aos OPC durante o inquérito, o que obriga, igualmente, a um acompanhamento mais próximo por parte do Ministério Público. Tal é o caso, em especial, das buscas e escutas. Não penso que, no geral, se tivessem implementado restrições às investigações, mas sim uma maior disciplina dos actos processuais e da forma como se podem operacionalizar.

É evidente que, quanto à investigação, o facto de terem de ser cumpridos prazos e requisitos de dar conhecimento a entidades externas pode provocar alguns constrangimentos, sobretudo quando o enfoque tem de ser nos suspeitos e não tanto em questões administrativas. Por outro lado, obriga os investigadores a controlarem de uma forma mais apertada a forma como gerem o seu trabalho.

Estamos, assim, perante novas regras que determinam novos hábitos de adaptação, mais do que pensarmos propriamente nos entraves que poderão ser colocados à investigação (talvez neste aspecto o maior seja o regime de detenção fora de flagrante delito).

✓ **Medidas coacção**

Esta questão da prisão preventiva para nós é um pouco mais complicado porque também nos vem limitar, fundamentalmente ao Ministério Público, as situações em que é admissível a medida de coacção de prisão preventiva. E nós sabemos que há muitas destas situações que cabem dentro deste leque até aos 5 anos que apesar de o crime não ser daqueles que mais ferem o escrutínio da sociedade, mas acaba também por interferir negativamente. Portanto, a nível da prisão preventiva, aquilo que vejo também é a substituição por novas medidas de coacção. Eu acho que se calhar em determinados crimes isso faz sentido, noutros, como seja por exemplo o da violência doméstica, a questão da prisão preventiva (que não é muita uma medida de coacção aplicada com frequência), a substituição da prisão preventiva por medidas de coacção de certa forma também considero uma medida ajustada. Como seja o caso das pulseiras electrónicas, apesar da prisão preventiva, dentro deste âmbito limita um pouco a liberdade de movimento das pessoas.

Se estivermos a pesar de um lado a questão da relevância que tem o número de prisões preventivas e o peso que isso acarreta em termos de orçamento e a nível da população prisional, se calhar é capaz de ser uma medida ajustada à questão das medidas de coacção de substituição. Dentro disso, digamos que não só sou contra esta adopção das novas medidas, em determinados casos que também estão considerados, mas de qualquer das maneiras, acho que a questão da admissão da prisão preventiva dos 3 para os 5 anos não é talvez tão grave quanto as duas anteriores (detenção fora de flagrante delito e os novos requisitos para a constituição de arguido). Se calhar dos 3, este será aquele que menos reserva levanta.

Mas isto depois tem de ser apreciado caso a caso. Em geral, é este o meu entendimento (pode restringir-se nuns e noutros não).

✓ **Validação do segredo de justiça e prorrogação e adiamento do acesso aos autos**

Quando foi a reforma penal houve reuniões a nível das procuradorias que vieram indicar expressamente quais seriam os crimes que estariam logo à partida abrangidos pelo segredo de justiça, como sejam, o tráfico de estupefacientes, a violência doméstica, entre outros. Até por uma questão de preservação da integridade e da confidencialidade da identidade das próprias vítimas e das testemunhas. A decisão foi ajustada em função do caso em concreto.

Em termos de investigação criminal, não acho que isso tenha muita relevância para nós porque há sempre (apesar de haver esta regra) situações de inquéritos em investigação que este segredo de

justiça pode vir sempre a ser pedido, mesmo que não esteja abrangido neste âmbito que foi referido, em função de determinadas particularidades. E sempre que essas particularidades estiverem reunidas, normalmente não tem havido grande dificuldade em considerar aquele processo em particular como abrangido pelo segredo de justiça. É preciso ter a noção de que o segredo de justiça, na prática, é algo muito concreto, é não ter acesso a determinadas peças processuais a quem elas não devem ter.

Quanto aos acessos aos autos, eu admito que em determinados processos em particular, isso represente uma fragilidade para a investigação. É preciso ter em consideração que o inquérito tem sempre duas entidades a participar: o Ministério Público e o OPC. Portanto, estas questões vão sendo dirimidas ao longo do processo. Ou seja, se o investigador chega à conclusão que apesar dessa situação isso causa prejuízo para a investigação, está sempre a tempo de colocar essa questão ao Ministério Público e eventualmente o Ministério Público aprecia e considera a hipótese de extensão do segredo de justiça. Não vejo que isso traga grandes inconvenientes no geral.

✓ **Processos Especiais**

As opiniões divergem. Uns dizem que é bom, porque é uma maneira expedita de resolver logo uma determinada situação. Para outros é capaz de não ser, porque por exemplo não há a possibilidade de cumprir a apresentação do indivíduo a tribunal no prazo, porque muitas das vezes esta questão do processo ir para sumário ou ser conduzido para forma abreviada ou para forma comum tem que ver depois com o seguimento que o Ministério Público e o tribunal dão à situação. Porque muitas das vezes eles querem resolver uma situação que para nós é pacífica e que é um processo sumário, portanto um processo por forma abreviada, e depois o advogado do Ministério Público remete para a forma comum. Nós nesse aspecto não temos interferência nenhuma no processo. Quem lá estiver é que determina. Depois há situações em que isso pode funcionar em prejuízo para nós e há outras em que isso não acontece.

A questão de alargar de 3 para 5 anos vai parar ao mesmo. Não tenho dados estatísticos sobre isto. Não sei até que ponto estas alterações, entretanto introduzidas, se vieram a nível do procedimento, introduzir grandes discrepâncias a nível do número de processos que estão a transitar da forma abreviada para a forma comum ou vice-versa. Processos que eventualmente antes eram comuns e estão a transitar para a forma abreviada. Isso também depende um pouco da organização de cada tribunal.

Relativamente ao processo abreviado, com o fim do debate instrutório não traz alteração nenhuma, até porque nós não participamos no debate instrutório.

Classifique de 1 (um) (totalmente negativa) a 5 (cinco) (totalmente positiva), na globalidade, a Reforma Penal de 2007, quanto às alterações trazidas à investigação criminal?

Daria 2,5, porque há aspectos positivos e há aspectos negativos.

Do ponto de vista da investigação criminal, se calhar houve um retrocesso, em relação àquilo que nós estávamos habituados com a legislação penal anterior. Porque muitas das medidas que este novo Código veio preconizar, como seja a questão da validação, a questão das detenções fora de flagrante delito, não eram situações que se nos punham. É um facto também que estão a ser trabalhadas muitas legislações e há muitos grupos de trabalho, neste momento, na alteração de muita legislação que entretanto se chegou à conclusão de que a reforma penal foi perniciosa. Começa-se, cada vez mais, a pensar não em alterar o penal e o processo penal, que foi alterado em 2007, mas própria lei das armas, que é uma lei de 2005. Exactamente para tentar encobrir esta lacuna que a lei penal veio um bocado abrir, que é a questão das detenções fora de flagrante delito e não só.

Mas tem havido alguma resposta ao nível das autoridades, quer do Ministério Público, em conjugação connosco. No âmbito de alguns inquéritos, tem-se feito algumas detenções fora de flagrante delito no âmbito desta criminalidade. Ou seja, não vamos dizer agora que a reforma veio

estragar tudo e que o que era possível antes não é agora. Isso não é verdade. Há aspectos positivos e há aspectos negativos, sendo que, normalmente estas alterações quando são feitas, raramente são para beneficiar as autoridades judiciárias e nós, OPC's. Normalmente vai sempre um pouco de encontro àquilo que são as medidas de protecção do arguido: direitos, liberdades e garantias, direitos fundamentais. Os nossos direitos ficam sempre para segundo plano, nesse aspecto. Porque considera-se sempre que a parte debilitada neste sistema é o arguido, que é privado da liberdade, que vê os seus direitos limitados.

Nesse aspecto, nós estamos um pouco em desfavor, em relação aos prevaricadores, estamos um pouco mais afectados de uma forma negativa do que eles. As alterações, muitas vezes é para beneficiá-los e não o nosso trabalho. Mas por outro lado, também há aspectos positivos. Por exemplo, na questão da validação, esta permite logo à partida detalhar uma situação que poderia correr até à altura do processo, ir para tribunal e chegar à conclusão que havia um acto nulo ou uma nulidade insanável e que logo, à partida, poderia ter sido atacada. Logo que há a validação da constituição de arguido, são enviados os pressupostos para o Ministério Público, este aprecia-os e pronuncia-se logo sobre eles. Portanto, nós temos a segurança de que aquela constituição de arguido, logo à partida, está bem feita e podemos continuar com o processo, considerando aquela pessoa como arguido.

ANEXO M - SANÇÕES PENAIS

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Substituição da pena de prisão	
A pena de prisão aplicada em medida não superior a 6 meses é substituída por pena de multa ou por outra pena não privativa da liberdade aplicável, excepto se a execução da prisão for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes	A pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano é substituída por pena de multa ou por outra pena não privativa da liberdade aplicável, excepto se a execução da prisão for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes (Artigo 43º, n.º 1, CP)
	A pena de prisão aplicada em medida não superior a três anos é substituída por pena de proibição, por um período de dois a cinco anos, do exercício de profissão, função ou actividade, públicas ou privadas, quando o crime tenha sido cometido pelo arguido no respectivo exercício, sempre que o tribunal concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição (Artigo 43º, n.º 3, CP)
Regime de permanência na habitação	
	Possibilidade de o condenado cumprir, em regime de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano ou o remanescente não superior a um ano da pena de prisão efectiva que exceder o tempo de privação da liberdade a que o arguido esteve sujeito em regime de detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação (Artigo 44º CP)
Prisão por dias livres	
A pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 meses, que não deva ser substituída por multa ou por outra pena não privativa da liberdade, é cumprida em dias livres sempre que o tribunal concluir que, no caso, esta forma de cumprimento realiza de forma adequada e suficiente as finalidades da punição	A pena de prisão aplicada em medida não superior a 1 ano, que não deva ser substituída por multa ou por outra pena não privativa da liberdade, é cumprida em dias livres sempre que o tribunal concluir que, no caso, esta forma de cumprimento realiza de forma adequada e suficiente as finalidades da punição (Artigo 45º CP)

Quadro M. 1 - Sanções Penais

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Regime de Semidetenção	
A pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 meses, que não deva ser substituída por multa ou por outra pena não privativa da liberdade, nem cumprida em dias livres, pode ser executada em regime de semidetenção, se o condenado nisso consentir	A pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano, que não deva ser substituída por multa ou por outra pena não privativa da liberdade, nem cumprida em dias livres, pode ser executada em regime de semidetenção, se o condenado nisso consentir (Artigo 46º CP)
Pena de multa	
Cada dia de multa corresponde a uma quantia entre 1 euro e 498,80 euros	Cada dia de multa corresponde a uma quantia entre 5 euros e 500 euros (Artigo 47º, n.º 2, CP)
Suspensão da Execução da Pena de Prisão	
O tribunal suspende a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição	O tribunal suspende a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 5 anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição (Artigo 50º CP)
O período de suspensão é fixado entre 1 e 5 anos a contar do trânsito em julgado da decisão	O período de suspensão tem duração igual à da pena de prisão determinada na sentença, mas nunca inferior a um ano, a contar do trânsito em julgado da decisão (Artigo 50º CP)
Prestação de trabalho a favor da comunidade	
Se ao agente dever ser aplicada pena de prisão em medida não superior a 1 ano, o tribunal substitui-a por prestação de trabalho a favor da comunidade sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição	Se ao agente dever ser aplicada pena de prisão em medida não superior a 2 anos, o tribunal substitui-a por prestação de trabalho a favor da comunidade sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição (Artigo 58º CP)
A prestação do trabalho é fixada entre trinta e seis e trezentas e oitenta horas	Cada dia de prisão fixado na sentença é substituído por uma hora de trabalho, no máximo de 480 horas
	Possibilidade de cumulação de imposição ao condenado do cumprimento de regras de conduta
Admoestação	
Se ao agente dever ser aplicada pena de multa em medida não superior a 120 dias, pode o tribunal limitar-se a proferir uma admoestação	Se ao agente dever ser aplicada pena de multa em medida não superior a 240 dias, pode o tribunal limitar-se a proferir uma admoestação

Quadro M. 2 - Sanções Penais

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO N - LIBERDADE CONDICIONAL

Anterior à reforma de 2007	Posterior à reforma de 2007
Os pressupostos e duração da liberdade condicional, constantes do artigo 61.º, n.º 4 do CP continham a excepção da colocação em liberdade condicional apenas quando cumpridos 2/3 da pena nos casos de condenação a pena de prisão superior a 5 anos pela prática de crime contra as pessoas ou de perigo comum A liberdade condicional tinha uma duração igual ao tempo de prisão que faltasse cumprir, até ao máximo de 5 anos (Artigo 61.º, n.º. 5, CP)	A liberdade condicional passou a poder ser concedida quando cumprida metade da pena, independentemente da duração desta e da natureza dos crimes que levaram à condenação, prevendo-se que o condenado a pena de prisão superior a seis anos seja colocado em liberdade condicional logo que houver cumprido cinco sextos da pena. A liberdade condicional tem uma duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, até ao máximo de 5 anos, considerando-se agora extinto o excedente da pena se a liberdade condicional não for revogada (Artigo 61.º, n.º. 5, CP)
Não existia o instituto de adaptação à liberdade condicional	O artigo 62.º do CP, relativo à adaptação à liberdade condicional, veio possibilitar a antecipação de colocação em liberdade condicional, por um período máximo de um ano, ficando o condenado obrigado durante o período da antecipação, para além do cumprimento das demais condições impostas, ao regime de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância
A lei não previa a recorribilidade do despacho de não concessão de liberdade condicional	Foi introduzida a possibilidade de recurso do despacho de não concessão de liberdade condicional (Artigo 485.º, n.º 6, CPP)
A lei não previa a recorribilidade do despacho que revogasse a liberdade condicional	Foi introduzida a possibilidade de recurso do despacho que revogar a liberdade condicional (Artigo 486.º, n.º 4, CPP)

Quadro N. 1 - Liberdade Condicional

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO O - DETENÇÃO | CONSTITUIÇÃO DE ARGUIDO

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Detenção fora de flagrante delito	
A detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do MP. (Artigo 257.º, n.º 1, CPP)	A detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do MP, quando houver fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria espontaneamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado. (Artigo 257.º, n.º 1, CPP)
Detenção em flagrante delito	
Em processo sumário, se houver razões para crer que os prazos de julgamento não poderão ser respeitados, o arguido é libertado imediatamente, e se for caso disso, é sujeito a TIR ou apresentado ao juiz para efeitos de aplicação de medida de coacção ou de garantia patrimonial. (Artigo 382.º, n.º 4, CPP)	Em processo sumário, se a apresentação ao juiz não tiver lugar em acto seguido à detenção, o arguido só continua detido se houver razões para crer que não se apresentaria espontaneamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado. (Artigo 385, n.º 1, CPP)

Quadro O. 1 - Detenção

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
É obrigatória a constituição de arguido logo que, correndo inquérito contra pessoa determinada, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal; tenha de ser aplicada a qualquer pessoa uma medida de coacção ou de garantia patrimonial; um suspeito for detido, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 254.º a 261.º; ou for levantado auto de notícia que dê uma pessoa como agente de um crime e aquele lhe for comunicado.	É obrigatória a constituição de arguido logo que, correndo inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada da prática de crime, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal; tenha de ser aplicada a qualquer pessoa uma medida de coacção ou de garantia patrimonial; um suspeito for detido, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 254.º a 261.º; ou for levantado auto de notícia que dê uma pessoa como agente de um crime e aquele lhe for comunicado, salvo se a notícia for manifestamente infundada. (Artigo 58º, nº 1, CPP)
	A constituição de arguido feita por órgão de polícia criminal é comunicada à autoridade judiciária no prazo de 10 dias e por esta apreciada, em ordem à sua validação, no prazo de 10 dias. (Artigo 58º, nº 3, CPP)
	A não validação da constituição de arguido pela autoridade judiciária não prejudica as provas anteriormente obtidas. (Artigo 58º, nº 6, CPP)

Quadro O. 2 - Constituição de Arguido

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO P - MEDIDAS DE COACÇÃO

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Requisitos gerais de aplicação de medidas de coacção	
Com excepção do termo de identidade e residência, nenhuma medida de coacção pode ser aplicada se em concreto se não verificar: a) fuga ou perigo de fuga; b) perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo e, nomeadamente, perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova; ou c) perigo, em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de perturbação da ordem e da tranquilidades públicas ou de continuação da actividade criminosa	Com excepção do termo de identidade e residência, nenhuma medida de coacção pode ser aplicada se em concreto se não verificar: a) fuga ou perigo de fuga; b) perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo e, nomeadamente, perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova; ou c) perigo, em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de que este continue a actividade criminosa ou perturbe gravemente a ordem e a tranquilidades públicas. (Artigo 204º CPP) Fundamentação do despacho que aplica qualquer medida de coacção, à excepção do TIR sob pena de nulidade (Artigo 194º, nº 4, CPP)
Proibição e imposição de condutas	
	Introdução de novas obrigações: a) não adquirir, não usar ou, no prazo que lhe for fixado, entregar armas ou outros objectos e utensílios que detiver, capazes de facilitar a prática de outro crime; b) sujeição, mediante prévio consentimento, a tratamento de dependência de que padeça e haja favorecido a prática do crime, em instituição adequada. (Artigo 200º CPP)

Quadro P. 1 - Medidas de Coacção

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO Q - PRISÃO PREVENTIVA

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Prisão preventiva	
Aplicabilidade a casos em que haja fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos	Aplicabilidade a casos em que haja fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a 5 anos ou de crime doloso de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada punível com pena de prisão de máximo superior a 3 anos (Artigo 202º CPP)
Reapreciação pelo juiz de três em três meses	Reapreciação pelo juiz de três em três meses e quando no processo forem proferido despacho de acusação ou de pronúncia ou decisão que conheça, a final, do objecto do processo e não determine a extinção da medida aplicada (Artigo 213º, nº.1, CPP)
	Decisão de manutenção de prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação é recorrível, mas não determina a inutilidade superveniente de recurso interposto de decisão prévia que haja aplicado ou mantido a medida em causa (Artigo 213º, nº.5, CPP)
Prisão preventiva extingue-se quando, desde o seu início, tiverem decorrido: a) 6 meses sem que tenha sido deduzida acusação; b) 10 meses sem que, havendo lugar a instrução, tenha sido proferida decisão instrutória; c) 18 meses sem que tenha havido condenação em 1.ª instância; d) 2 anos sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado. Possibilidade de elevação daqueles prazos, respectivamente, para 8 meses, 1 ano, 2 anos e 30 meses, para certo tipo de crimes, ou para 12 meses, 16 meses, 3 anos e 4 anos, para certo tipo de crimes e o quando o procedimento se revelar de excepcional complexidade	Prisão preventiva extingue-se quando, desde o seu início, tiverem decorrido: a) 4 meses sem que tenha sido deduzida acusação; b) 8 meses sem que, havendo lugar a instrução, tenha sido proferida decisão instrutória; c) 1 ano e 2 meses sem que tenha havido condenação em 1.ª instância; d) 1 ano e seis meses sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado. Possibilidade de elevação daqueles prazos, respectivamente, para 6 meses, 10 meses, 1 ano e seis meses e 2 anos, para certo tipo de crimes, ou para 12 meses, 16 meses, 2 anos e 6 meses e 3 anos e 4 meses, para certo tipo de crimes e o quando o procedimento se revelar de excepcional complexidade (Artigo 215º CPP)

Quadro Q. 1 - Prisão Preventiva

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO R - SEGREDO DE JUSTIÇA E ACESSO AUTOS

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Regime-regra	
O processo é público a partir da decisão instrutória (ou a partir do momento em que a instrução já não possa ser requerida).	O processo é público em qualquer fase. Excepções: a) O juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais. b) O Ministério Público pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, sempre que entenda que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justificam; esta decisão está sujeita a validação pelo juiz de instrução (art. 86.º CPP).
Publicidade interna	
O arguido, o assistente e as partes civis podem ter acesso a auto, para consulta, na secretaria ou noutro local onde estiver a ser realizada qualquer diligência, bem como obter cópias, extractos e certidões autorizados por despacho, ou independentemente dele para efeito de prepararem a acusação e a defesa dentro dos prazos para tal estipulados pela lei. Se, porém, o Ministério Público ainda não tiver deduzido acusação, aqueles sujeitos processuais só podem ter acesso a auto na parte respeitante a declarações prestadas e a requerimentos e memoriais por eles apresentados, bem como a diligências de prova a que pudessem assistir ou a questões incidentais em que pudessem intervir. Aqueles sujeitos processuais, relativamente a processos findos, àqueles em que não puder ou já não puder ter alugar a instrução e àqueles em que tiver havido já decisão instrutória, têm direito a examiná-los gratuitamente fora da secretaria, desde que o requeiram à autoridade judiciária competente e esta, fixando o prazo para tal, autorize a confiança do processo.	Durante o inquérito, o arguido, o assistente, o ofendido, o lesado e o responsável civil podem consultar, mediante requerimento, o processo ou elementos dele constantes, bem como obter os correspondentes extractos, cópias ou certidões, salvo quando, estando o processo em segredo de justiça, o Ministério Público a isso se opuser por considerar que pode prejudicar a investigação ou os direitos dos participantes processuais ou das vítimas. Quando o processo se tornar público, aqueles sujeitos processuais podem requerer à autoridade judiciária competente o exame gratuito dos autos fora da secretaria, devendo o despacho que o autorizar fixar o prazo para o efeito. Findos os prazos de duração máxima do inquérito (art. 276.º), o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos de processo que se encontre em segredo de justiça, salvo se o juiz de instrução determinar, a requerimento do Ministério Público, que o acesso aos autos seja adiado por um período máximo de três meses, o qual pode ser prorrogado, por uma só vez, quando estiver em causa a criminalidade a que se referem as alíneas i) a m) do artigo 1.º, e por um prazo objectivamente indispensável à conclusão da investigação (art. 89.º CPP).
Outras alterações	
	Nova incriminação (art. 88.º, n.º 4, CPP): Não é permitida, sob pena de desobediência simples, a publicação, por qualquer meio, de conversações ou comunicações interceptadas no âmbito de um processo, salvo se não estiverem sujeitas a segredo de justiça e os intervenientes expressamente consentirem na publicação.

Quadro R. 1 - Segredo de Justiça e Acesso aos Autos

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO S - PROVA POR RECONHECIMENTO | REVISTAS E BUSCAS

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
	Quem participar no processo reconhecimento, se a isso consentir, são fotografadas e as suas fotografias juntas aos autos (Artigo 147º, n.º 4, CPP).
	O reconhecimento por fotografia, filme ou gravação realizado no âmbito da investigação criminal só pode valer como meio de prova quando for seguido do reconhecimento presencial (Artigo 147º, n.º 5, CPP)
O reconhecimento que não obedecer à tramitação prevista para a sua realização não tem valor como meio de prova (Artigo 147º, n.º 4, CPP)	O reconhecimento que não obedecer à tramitação prevista para a sua realização não tem valor como meio de prova, seja qual for a fase do processo em que ocorrer (Artigo 147º, n.º 7, CPP)

Quadro S. 1 - Prova por Reconhecimento

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Inexistência de prazo de validade do despacho que ordena ou autoriza a revista ou busca	Prazo de validade de 30 dias do despacho que ordena ou autoriza a revista ou busca (Artigo 174º, n.º 4, CPP)
Impossibilidade de realização de buscas domiciliárias entre as 21 e as 7 horas	Possibilidade de realização de buscas domiciliárias entre as 21 horas e as 7 horas nos casos de terrorismo ou criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada; consentimento do visado; ou flagrante delito pela prática de crime punível com pena de prisão superior, no seu máximo, a 3 anos (Artigo 177º, n.º 2, CPP)

Quadro S. 2 - Revistas e Buscas

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO T - ESCUTAS TELEFÓNICAS

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Admissibilidade	
Autorização quando haja razões para crer que a diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova (Artigo 187º, n.º 1, CPP)	Autorização quando haja razões para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria, de outra forma, impossível ou muito difícil de obter (Artigo 187º, n.º 1, CPP)
Ausência de delimitação subjectiva das intercepções telefónicas	Intercepções telefónicas apenas podem ser autorizadas contra o suspeito ou arguido; pessoa que sirva de intermediário, relativamente à qual haja fundadas razões para crer que recebe ou transmite mensagens destinadas ou provenientes de suspeito ou arguido; ou vítima de crime, mediante o respectivo consentimento, efectivo ou presumido; atribuição da competência ao Supremo Tribunal de Justiça para autorização de intercepção, gravação e transcrição de comunicações em que intervenham o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República ou o Primeiro-ministro (Artigo 187º, n.º 4, CPP)
Ausência de delimitação temporal das intercepções telefónicas	Autorização por um prazo máximo de três meses, renovável por períodos sujeitos ao mesmo limite (Artigo 187º, n.º 6, CPP)
Formalidades	
Elaboração de auto que, juntamente, com as fitas gravadas ou elementos análogos é imediatamente levado ao conhecimento do juiz (Artigo 188º, n.º 1, CPP)	OPC elabora auto e relatório no qual indica as passagens relevantes, descreve de modo sucinto o respectivo conteúdo e explica o seu alcance para a descoberta da verdade. OPC leva ao conhecimento do MP de 15 em 15 dias a partir do início da primeira intercepção. MP leva ao conhecimento do juiz no prazo máximo de 48 horas (Artigo 188º, n.ºs 1, 3 e 4, CPP)

Quadro T. 1 - Escutas Telefónicas

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO U - PROCESSOS ESPECIAIS

ANTERIOR À REFORMA DE 2007	POSTERIOR À REFORMA DE 2007
Processo sumário	
Aplicável a casos de detenção em flagrante delito, por crime punível com prisão não superior a 3 anos. (Artigo 381.º, n.º 1, CPP)	Aplicável a casos de detenção em flagrante delito, por crime punível com prisão não superior a 5 anos. (Artigo 381.º, n.º 1, CPP)
	Admite-se que a detenção tenha sido efectuada por qualquer pessoa quando, num prazo que não exceda 2 horas, o detido tenha sido entregue à autoridade judiciária ou à entidade policial. (Artigo 381.º, n.º 1, al. b), CPP)
	A audiência de julgamento pode ser adiada até ao limite de 5 dias, quando houver interposição de um ou mais dias não úteis no prazo de 48 horas após a detenção. (Artigo 387.º, n.º 2, al. a), CPP)
Reenvio do processo para tramitar sob a forma comum nos casos de inadmissibilidade do processo sumário ou impossibilidade de desenvolver as diligências probatórias no prazo de 30 dias após a detenção. (Artigo 390.º CPP)	Reenvio do processo para qualquer outra forma de processo nos casos de inadmissibilidade do processo sumário, impossibilidade devidamente justificada de desenvolver as diligências probatórias no prazo de 30 dias após a detenção ou excepional complexidade do procedimento. (Artigo 390.º CPP)
Processo abreviado	
Ausência de concretização do conceito de provas simples e evidentes.	Considera-se que há provas simples e evidentes quando o agente tiver sido detido em flagrante delito, mas o julgamento não se puder efectuar sob a forma sumária; quando a prova for essencialmente documental e puder ser recolhida no prazo previsto para a dedução da acusação; ou quando a prova assentar em testemunhas presenciais com versão uniforme dos factos. (Artigo 391.º-A, n.º 3, als. a) b) e c), CPP)
Ausência de delimitação temporal para iniciar audiência de julgamento.	Introdução de um prazo de 90 dias, a contar da dedução da acusação, para se iniciar audiência de julgamento. (Artigo 391.º-D CPP)
Processo sumaríssimo	
Aplicável a crimes puníveis com prisão não superior a 3 anos ou só com pena de multa. (Artigo 392.º, n.º 1, CPP)	Aplicável a crimes puníveis com prisão não superior a 5 anos ou só com pena de multa. (Artigo 392.º, n.º 1, CPP)
Na hipótese de rejeitar o requerimento, o juiz reenvia o processo para a forma comum (Artigo 395, n.º 1, CPP)	Na hipótese de rejeitar o requerimento, o juiz reenvia o processo para outra forma que lhe caiba (Artigo 395, n.º 1, CPP)
Quando discordar da sanção proposta, o juiz pode fixar sanção diferente da proposta pelo Ministério Público, com a concordância deste (Artigo 395º, n.º 2, CPP)	Quando entender que a sanção proposta é manifestamente insusceptível de realizar as finalidades da punição, o juiz pode fixar sanção diferente da proposta pelo Ministério Público com a concordância deste e do arguido (Artigo 395º, n.º 2, CPP)

Quadro U. 1 - Processos Especiais

Fonte: Santos, B. S. & VV.AA (2008). *Monitorização da Reforma Penal - Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: s.e.

ANEXO V - MATRIZ RODADA, MÉTODO VARIMAX E REGRA DE KAISER

Tabela V.1 - *Rotated Component Matrix*

	Component				
	1	2	3	4	5
P09: Interrogatório Arguido 2	0,807				
P06: Constituição Arguido 3	0,729				0,361
P04: Constituição Arguido 1	0,710				
P10: Interrogatório Arguido 4	0,664				
P05: Constituição Arguido 2	0,659				
P28: Meios obtenção de prova - Escutas telefónicas (Admissibilidade) 3	0,644			0,350	
P26: Meios de obtenção de prova - Escutas telefónicas (Admissibilidade) 1	0,611				
P15: Medidas de coacção - Prisão preventiva 3	0,573	0,372			
P14: Medidas de coacção - Prisão preventiva 2	0,565	0,538			
P11: Interrogatório Arguido 4	0,552				
P27: Meios de obtenção de prova - Escutas telefónicas (Admissibilidade) 2	0,537		0,351		
P29: Meios obtenção prova - Escutas telefónicas (Formalidades)	0,489			0,389	
P12: Interrogatório Arguido 5	0,351			0,320	
P16: Alterações MEDIDAS DE COACÇÃO - PRISÃO PREVENTIVA		0,820			
P19: segredo de justiça e acesso aos autos (publicidade interna)		0,764			
P17: Segredo de justiça e acesso aos autos (regime-regra)		0,727			
P18: Segredo de justiça e acesso aos autos (publicidade interna)		0,721			
P37: Alterações PROCESSOS ESPECIAIS		0,602	0,436		
P38: A REFORMA PENAL NA SUA GLOBALIDADE		0,602	0,436		
P13: Medidas de coacção - Prisão preventiva 1					
P34: Processos especiais - Abreviado 1			0,808		
P35: Processos especiais - Abreviado 2			0,801		
P33: Processos especiais - Sumário 2			0,758		
P36: Processos especiais - Sumaríssimo 1			0,630		
P32: Processos especiais - Sumário 1			0,508		
P20: Alterações SEGREDO JUSTIÇA E ACESSO AOS AUTOS				0,781	
P22: Meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento 2	0,380			0,654	
P21: Meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento 1				0,654	
P23: Meios de obtenção de prova - Prova por reconhecimento 3		0,369		0,634	
P24: Meios de obtenção de prova - Revistas e buscas 1				0,564	
P25: Meios de obtenção de prova - Revistas e buscas 2				0,474	0,421
P31: Alterações MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA				0,444	
P03: Detenção 3			0,377		0,749
P08: Interrogatório Arguido					0,714
P07: Constituição Arguido 4	0,325				0,622
P01: Detenção					0,523
P30: Meios obtenção de prova - Prova digital e outras formas transmissão					0,484
P02: Detenção 2					0,451

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 8 iteration.